

1.000 QUESTÕES – DIREITO PENAL

01 - A respeito das penas, o Código Penal adotou o sistema vicariante. Por ele, o Juiz pode

- a) aplicar ao condenado pena privativa de liberdade ou medida de segurança.
- b) aplicar ao condenado pena privativa de liberdade e medida de segurança, cumulativamente.
- c) e deve aplicar ao condenado pena privativa de liberdade e pena restritiva de direitos.
- d) aplicar ao condenado pena restritiva de direitos ou medida sócio-educativa.

02 - Concurso formal de crimes é aquele

- a) que se concretiza mediante duas ou mais condutas, com dois ou mais resultados gerados por um só autor.
- b) que ocorre quando o agente, praticando uma só conduta, comete dois ou mais crimes.
- c) em que o agente estabelece uma forma de atuação, mas por razões alheias à sua vontade, ele não ocorre como idealizado.
- d) em que concorrem várias pessoas para a prática de um só ato delitivo.

03 - O Princípio da Legalidade é também denominado de

- a) Reserva Legal.
- b) Common Law.
- c) Analogia Legal.
- d) Liberdade Legal.

04- Por capacidade especial do sujeito ativo entende-se que

- a) certos crimes somente podem ser efetuados por intermédio de interposta pessoa que possua capacidade especial.
- b) certos crimes só podem ser praticados por pessoa imputável.
- c) certos crimes só podem ser praticados por agente que possua determinada posição jurídica ou de fato.
- d) o sujeito ativo deve praticar o crime em face de certos destinatários especiais da norma penal incriminadora.

05 - Nos crimes de mera conduta, o legislador só descreve o comportamento do agente, não havendo resultado naturalístico. Tal assertiva é

- a) correta, mas somente aplicável aos delitos materiais.
- b) parcialmente correta.
- c) equivocada diante da classificação dos crimes.
- d) absolutamente correta.

06 - Os crimes omissivos impróprios são

- a) de conduta mista.
- b) comissivos por omissão.
- c) comissivos propriamente ditos.
- d) puramente omissivos.

07 - Por *iter criminis* compreende-se o conjunto de

- a) atos de execução do delito.
- b) atos preparatórios antecedentes ao delito.
- c) atos de consumação do delito.
- d) fases pelas quais passa o delito.

08 - De acordo com o Código Penal, não é punível a subtração de coisa comum fungível, cujo valor não excede a quota a que tem direito o agente. Assim, caso o condômino subtraia coisa comum fungível, é alegável tal excludente?

- a) Não, tendo em vista que a assertiva é falsa.
- b) Não.
- c) Sim.
- d) Sim, mas deverá obter o consentimento dos outros condôminos para tal subtração.

09 - A calúnia consiste em imputar a alguém, falsamente, fato

- a) ofensivo à sua reputação.
- b) definido como crime.
- c) que ofenda à dignidade ou o decoro.
- d) que sabe não ter ele cometido.

10 - João da Silva faz uso de seu revólver legalmente registrado, disparando duas vezes em avenida com grande movimento de pessoas e automóveis. Neste caso, responde

- a) por crime cuja conduta é disparar arma de fogo ou acionar munição em lugar habitado ou em suas adjacências, em via pública ou em direção a ela.
- b) exclusivamente pela contravenção de disparo de arma de fogo (art. 28, LCP), uma vez que a contravenção de disparo de arma de fogo (art. 21, LCP) é atípica.
- c) pelo crime tipificado no artigo 132 do Código Penal (perigo para a vida ou a saúde de outrem).
- d) por tentativa de lesões corporais culposas.

11 - Pode o Magistrado conceder "sursis" num processo, sabedor que já fora concedido "sursis" ao mesmo sentenciado em outro processo?

- a) Tudo dependerá de que tipo de delito o réu praticou.
- b) Não pode, eis que o "sursis" só é concedido a réus primários.
- c) Pode, desde que preenchidos os requisitos previstos no Código Penal.
- d) Não pode, tendo em vista que só compete ao Juiz das Execuções Criminais a concessão do "sursis".

12 - Aponte a afirmação certa.

- a) Na fixação da pena de multa, o juiz deve atender, principalmente, à situação econômica do réu.
- b) A multa não pode ser aumentada até o triplo, se o juiz considerar que, em virtude da situação econômica do réu, é ineficaz, embora aplicada no máximo.
- c) A pena privativa de liberdade não superior a 6 meses não pode ser substituída pela de multa.
- d) Ao fixar a pena de multa, o juiz deve ter em mente o crime praticado pelo réu, com vistas a majorá-la ou não.

13 - Sérgio, com 19 anos, foi emancipado por seu pai Antônio. Vem ele a cometer crime de furto simples com quase 21 anos, apenando-se em 1 ano, concedido a ele o "sursis" pelo prazo de 2 anos. Em relação a isto, é correto dizer que

- a) se a sentença condenatória transitar em julgado após os 21 anos de Sérgio, a prescrição da pretensão executória operar-se-á em dois anos.
- b) a prescrição da pretensão punitiva conta-se por inteiro, devido à emancipação operada pelo pai de Sérgio.
- c) não se pode conceder "sursis" pelo prazo de 2 anos, mas sim pelo de 4 anos.
- d) a prescrição da pretensão executória conta-se pela metade, em virtude da menoridade de Sérgio.

14 - Assinale a alternativa correta.

- a) Entende-se em legítima defesa quem, usando moderadamente dos meios necessários, repele injusta agressão, atual ou iminente, a direito seu ou de outrem.
- b) Entende-se em legítima defesa quem pratica o fato para salvar de perigo atual, que não provocou por sua vontade nem poderia de outro modo evitar, direito próprio ou alheio, cujo sacrifício, nas circunstâncias, não era razoável exigir-se.
- c) Entende-se em legítima defesa o cônjuge que, desconfiado da fidelidade do outro, mata-o para defender sua honra.
- d) Entende-se em legítima defesa quem pratica o crime impelido por razões de ordem moral, religiosa ou social.

15 - Marque a variante incorreta com relação ao perdão do ofendido, nos crimes em que somente se procede mediante queixa.

- a) Perdão do ofendido obsta ao prosseguimento da ação.
- b) Perdão do ofendido não é causa extintiva da punibilidade.
- c) É impossível o perdão do ofendido antes de iniciada a ação penal.
- d) Perdão só se opera na ação penal exclusivamente privada.

16 - A Lei nº 9.714, de 25 de novembro de 1998, que alterou dispositivos do Código Penal relativos às penas restritivas de direito,

- a) somente criou uma nova espécie de penas restritivas de direito - perda de bens e valores -, admitindo a substituição da pena privativa de liberdade não superior a quatro anos nos crimes cometidos sem violência ou grave ameaça à pessoa.
- b) criou duas novas espécies de penas restritivas de direito - prestação pecuniária e perda de bens e valores -, admitindo a substituição da pena privativa de liberdade não superior a quatro anos nos crimes cometidos sem violência ou grave ameaça à pessoa.

- c) somente criou uma nova espécie de penas restritivas de direito - prestação pecuniária -, admitindo a substituição da pena privativa de liberdade não superior a quatro anos nos crimes cometidos sem violência ou grave ameaça à pessoa.
- d) criou duas novas espécies de penas restritivas de direitos - prestação pecuniária e perda de bens e valores -, admitindo a substituição da pena privativa de liberdade inferior a um ano.

17 - Para a configuração do crime culposo, além da tipicidade, torna-se necessária a prática de conduta com

- a) observância de dever de cuidado que cause um resultado não desejado e imprevisível.
- b) inobservância do dever de cuidado que cause um resultado não desejado e imprevisível.
- c) inobservância do dever de cuidado que cause um resultado cujo risco foi assumido pelo agente.
- d) inobservância do dever de cuidado que cause um resultado não desejado, mas previsível.

18 - Antônio de Souza e Pedro Soares, este último menor inimputável, com a unidade de propósitos, associaram-se para comercializar substâncias entorpecentes. Por denúncia anônima, foram autuados em flagrante delito em frente a uma escola municipal de segundo grau, portando pedras de "crack". Assinale a alternativa correta.

- a) No caso narrado, não há crime de associação, pois um dos agentes é menor inimputável.
- b) Antônio de Souza é réu primário e sem qualquer outro antecedente criminal. Assim, se condenado, poderá cumprir a pena em regime aberto.
- c) Por ter cometido crime hediondo, Antônio não terá direito à detração se vier a ser definitivamente condenado à pena privativa de liberdade.
- d) Antônio, se condenado, deverá cumprir sua pena privativa de liberdade, integralmente, em regime fechado.

19 - João da Silva e Antônio Soares, após adquirirem na Praça da Sé um talão de cheques e a carteira de identidade de Ernesto Alves, dirigiram-se à agência bancária e, falsificando a assinatura do correntista, tentaram descontar um cheque no valor de R\$ 500,00. Desconfiado, o caixa acionou a segurança do banco que deteve a ambos. João reagiu à prisão e acertou um tiro em um cliente do banco, que veio a falecer. A favor de João da Silva, sua defesa requereu incidente de insanidade mental que concluiu pela sua inimputabilidade à época dos fatos. Pode-se dizer que

- I. João e Antônio responderão por crime de homicídio qualificado em concurso material com o crime de estelionato;
- II. ambos os crimes a serem apurados serão da competência do júri;
- III. se o juiz acatar o laudo pericial, deverá aplicar a João da Silva medida de segurança com o prazo mínimo de um ano; é certo, porém, que João poderá permanecer sob custódia por tempo indeterminado;
- IV. ao agente Antônio Soares também será aplicada a medida de segurança, pois neste caso, havendo concurso de pessoas, as circunstâncias se comunicam.

Dos itens acima, estão corretos apenas

- a) III e IV.
- b) I, II e III.
- c) I e IV.
- d) I e II.

20 Mediante rompimento de obstáculo que consistiu na quebra de uma janela, Eustáquio furtou, do interior de um veículo, um toca-fitas, várias fitas-cassete e um pneu. A mãe de Eustáquio auxiliou-o a tornar seguros os produtos da subtração, sem visar a algum proveito e com a única finalidade de proteger o filho. Neste caso, a mãe

- a) responderá pela participação de menor importância em crime de furto qualificado.
- b) cometeu o crime de favorecimento pessoal ao tentar proteger seu filho.
- c) responderá por favorecimento real.
- d) não responderá por nenhum crime.

21 - João da Silva, que responde por crimes de roubo, decidiu fugir quando, devidamente escoltado, encontrava-se no Fórum para presenciar audiência de oitiva de testemunhas. Em dado momento saiu correndo pelos corredores e, após quebrar uma das portas, quando tentava alcançar a escadaria, logrou ser detido por um policial militar que impediu sua fuga. Diante dos fatos narrados, pode-se afirmar que João

- a) não cometeu nenhum crime, pois não usou de violência contra a pessoa.
- b) cometeu o crime de evasão consumado.
- c) cometeu crime de tentativa de evasão.
- d) perpetrado crime de evasão cujo objeto jurídico é a fé pública.

22 - "Taxatividade", em Direito Penal, significa que

- a) os fatos descritos na lei penal admitem ampliações de entendimento.
- b) fato é típico ou atípico.
- c) conjunto de normas incriminadoras admitem pena de multa.
- d) as regras de direito penal decorrem do princípio da reserva legal.

23 - As medidas de segurança previstas no Código Penal são:

- a) internação hospitalar e tratamento ambulatorial.
- b) internação hospitalar, tratamento ambulatorial e domiciliar.
- c) tratamento hospitalar, ambulatorial, domiciliar e penitenciário.
- d) tratamento psiquiátrico e internação hospitalar.

24 - João subtrai uma furadeira pertencente a seu vizinho José, sem que este saiba disto, com o intuito de usá-la para pendurar um quadro na sala de sua casa, devolvendo-a intacta, minutos depois, no mesmo lugar. José descobre tal fato. Na hipótese, ocorreu

- a) apropriação indébita – art. 168, caput, do Código Penal.
- b) furto simples – art. 155, caput, do Código Penal.
- c) furto de uso, que é fato atípico.
- d) roubo simples – art. 157, caput, do Código Penal.

25 - Delação premiada é o instituto de

- a) direito penal e processual penal, em que o delator de crimes funcionais é apenado com sensível diminuição de pena.
- b) direito penal, pelo qual o réu delata todos os detalhes envolvendo crimes contra a fé pública, obtendo a atenuação da pena.
- c) direito penal e processual penal, em que os co-autores são beneficiados com regime de cumprimento de pena mais brando, em virtude de terem obtido prêmio de delação por bom comportamento na execução da pena.
- d) direito penal, pelo qual o participante e o associado de crimes hediondos que denunciarem à autoridade bando ou quadrilha, possibilitando seu desmantelamento, terão a pena reduzida de um a dois terços.

26 - Henrique furtou a bicicleta de Carlos. Após alguns dias, envergonhado de tal ato, Henrique compra outra bicicleta nova e a restitui a Carlos. Nesta hipótese,

- a) a pena imposta a Henrique deverá se situar no patamar mínimo, sem qualquer diminuição.
- b) a pena imposta a Henrique será reduzida de um a dois terços, diante do arrependimento posterior.
- c) Carlos poderá perdoar Henrique e este não será processado por crime de furto.
- d) a ação penal só poderá ser proposta com a representação de Carlos.

27 - "Quando o agente, mediante mais de uma ação ou omissão, pratica dois ou mais crimes, idênticos ou não, aplicam-se cumulativamente as penas privativas de liberdade em que haja incorrido". Trata-se de

- a) concurso material.
- b) concurso formal.
- c) crime continuado.
- d) cúmulo material/formal.

28 - Rogério, amigo íntimo de Rubens, comenta com este que vai assaltar o Banco "Y" na manhã de segunda-feira, pedindo que guarde segredo. No dia do roubo, Rogério é preso e diz à polícia que Rubens sabia disto. Portanto, diante desta hipótese, é correto afirmar que

- a) Rogério responde pelo crime de roubo e Rubens terá a pena diminuída de um a dois terços por participação de menor importância.
- b) Rubens é partícipe, eis que tinha ciência do crime a ser praticado por Rogério.
- c) somente Rogério é autor do crime de roubo.
- d) Rogério é autor e Rubens é co-autor.

29 - Walter, 20 anos, comete crime contra a honra do Presidente da República, sendo apenado severamente por isto. Contudo, na análise da execução da pena, o Defensor Público nota que ocorreu a prescrição da pretensão punitiva de maneira retroativa. Assim, é correto aduzir que

- a) são reduzidos de metade os prazos de prescrição quando o criminoso era, ao tempo do crime, menor de vinte e um anos, ou, na data da sentença, maior de setenta anos.
- b) por exceção, não são reduzidos os prazos prescricionais nos crimes contra o Presidente da República.

- c) a redução do prazo prescricional é afastada se Walter for emancipado civilmente à época dos fatos.
- d) são reduzidos de metade os prazos prescricionais quando o sujeito ativo é menor de vinte e um anos ou maior de setenta anos à época da prolação da sentença.

30 - Pode ser sujeito ativo de infanticídio

- a) qualquer pessoa que cometa crime de homicídio contra crianças menores de quatorze anos.
- b) apenas os pais de criança com menos de trinta dias.
- c) somente a mãe do recém-nascido.
- d) os pais da criança recém-nascida.

31 - Para a fixação de pena,

- a) Código Penal vigente adotou o sistema bifásico, no qual o Juiz fixará a pena-base nos termos do artigo 59 do Código Penal e circunstâncias agravantes e atenuantes, passando, posteriormente, à verificação das causas de aumento e diminuição de pena.
- b) Código vigente adotou o sistema trifásico, no qual, após a fixação da pena-base nos termos do artigo 59, serão observadas as circunstâncias agravantes e atenuantes e, por fim, as causas de aumento e diminuição de pena.
- c) Código vigente adotou o sistema único no qual o Juiz, de uma só vez, fixa a pena entre o máximo e o mínimo abstratamente previstos.
- d) as circunstâncias atenuantes permitem que a pena final seja fixada abaixo do mínimo abstratamente previsto.

32 - Aos 30 minutos do dia de seu 18º aniversário, Crasso comete crime de estupro, na modalidade de violência presumida, ao manter conjunção carnal com sua namorada menor de 14 anos. Diante desta situação, Crasso

- a) é considerado imputável perante a lei penal, não importando a hora de seu nascimento.
- b) será considerado inimputável perante a lei penal, caso tenha nascido em horário posterior ao ocorrido.
- c) não pode ser considerado inimputável perante a lei penal, eis que houve consenso da vítima.
- d) pode ser considerado imputável perante a lei penal, desde que os pais de sua namorada assim desejem.

33 - O preso pode freqüentar curso de nível superior?

- a) Depende. O preso só pode freqüentar cursos compatíveis com o crime por ele praticado.
- b) Não. Em nenhuma hipótese o preso pode freqüentar curso de nível superior, por ser incompatível com o regime de abstinência de liberdade.
- c) Sim. O preso conserva todos os direitos não atingidos pela perda da liberdade, impondo-se a todas as autoridades o respeito à sua integridade física e moral.
- d) Não. A freqüência a cursos de nível superior fica subordinada à plena liberdade do sentenciado.

34 - Indique a alternativa incorreta perante o Código Penal Brasileiro.

- a) As penas mais leves prescrevem com as mais graves.
- b) O curso da prescrição não se interrompe pelo recebimento da denúncia ou da queixa.
- c) A sentença que conceder perdão judicial não será considerada para efeitos da reincidência.
- d) No caso de concurso de crimes, a extinção da punibilidade incidirá sobre a pena de cada um, isoladamente.

35 - Potiguar é um silvícola que vive em Brasília, onde freqüenta escola de ensino médio. Vem ele a cometer crime de estupro com 19 anos de idade. Potiguar

- a) deverá ser considerado inimputável por desenvolvimento mental incompleto.
- b) é inimputável.
- c) é semi-imputável.
- d) é imputável.

36 - Demócrito reage a fato típico previsto como roubo qualificado por emprego de arma. Como Demócrito é policial militar, mas estava à paisana, dispara um tiro contra o agente delitivo, vindo a causar sua morte por atingir o coração. Sabendo disto, mas estando perturbado com a ação criminosa, descarrega os outros cinco projéteis contra o ladrão. Demócrito

- a) não será beneficiado pela legítima defesa, eis que, apesar de ser policial militar, não está a serviço.
- b) agiu em excludente de criminalidade em virtude da legítima defesa, não respondendo por seu ato lesivo.
- c) responderá por excesso doloso na legítima defesa.
- d) não poderia, por ser policial militar, atingir o coração do ladrão, mas sim outras áreas não vitais de seu corpo, respondendo por homicídio doloso, mas beneficiando-se com a diminuição da pena de um a dois terços.

37 - Os crimes de lesão corporal culposa praticados após o advento da lei 9.099/95 exigem representação do ofendido, cujo prazo decadencial de

- a) seis meses, começa a fluir a partir da data em que foi descoberta a autoria.
- b) seis meses, começa a fluir a partir da data do fato.
- c) um mês, começa a fluir a partir da data do fato.
- d) um mês, começa a fluir a partir da intimação do ofendido.

38 - O sujeito ativo de um crime poderá beneficiar-se com o instituto do arrependimento posterior, desde que repare o dano ou restitua a coisa

- a) até a da sentença e o crime tenha sido cometido sem violência ou grave ameaça.
- b) até o recebimento da denúncia e o crime tenha sido cometido sem violência ou grave ameaça.
- c) a qualquer tempo, por uma questão de Política Criminal.
- d) até o oferecimento da denúncia e o crime tenha sido cometido sem violência ou grave ameaça.

39 - O Código Penal, em relação à aplicação da Lei Penal no tempo, determina a

- a) retroatividade da lei posterior mais benigna desde que o fato ainda não tenha transitado em julgado.
- b) retroatividade irrestrita da lei posterior mais benigna.
- c) retroatividade irrestrita apenas no caso de *Abolitio Criminis*.
- d) irretroatividade para os fatos já transitados em julgado.

40 - Ulisses seqüestrou a adolescente Penélope com o fim de obter certa quantia como resgate, levando-a para o Estado do Rio. Uma semana após, Ulisses descobriu que seqüestrara a pessoa errada e que Penélope era moça pertencente a família muito pobre. Diante disto, espontaneamente, libertou Penélope, ilesa, sem nada receber. Ocorre que, enquanto Ulisses mantinha Penélope privada de sua liberdade, outra lei entrou em vigor, dispondo de modo mais severo quanto à punição do crime.

Assinale a alternativa incorreta.

- a) A lei posterior será aplicada no caso narrado, pois "extorsão mediante seqüestro" é crime permanente.
- b) O fato praticado por Ulisses tipifica-se como crime impossível.
- c) No caso, não será aplicada a lei mais severa, pois a Constituição somente admite a retroatividade de lei posterior mais benéfica.
- d) De acordo com o Código Penal, Ulisses responderá por tentativa de "extorsão mediante seqüestro".

41 - A conduta de adolescente descrita como crime ou contravenção penal é denominada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8069/90) como ato

- a) anti-social.
- b) irregular.
- c) desviante.
- d) infracional

42 - De acordo com o art. 5º do Código Penal, "aplica-se a lei brasileira, em prejuízo de convenções, tratados e regras de direito internacional, ao crime cometido no território nacional". A legislação nacional adotou, para a aplicação da lei penal no espaço, o princípio da

- a) territorialidade.
- b) nacionalidade.
- c) competência real.
- d) competência universal.

43 - No tocante ao tema da imputabilidade penal, o Código Penal Brasileiro considerou que os menores de dezoito anos são penalmente inimputáveis, ficando sujeitos às normas estabelecidas na legislação especial. Tal assertiva é

- a) passível de contra-argumentação.
- b) incorreta.
- c) correta.
- d) passível de interpretação analógica.

44 - A reabilitação alcança quaisquer penas aplicadas em sentença definitiva, assegurando ao condenado o sigilo dos registros sobre seu processo e condenação. O lapso temporal requerido para pleitear tal benefício é de

- a) 5 (cinco) anos, eis que a prescrição quinquenal adotada pelo Código Penal é taxativa a respeito do assunto.
- b) 4 (quatro) anos, contados do dia em que a pena for extinta, ou daquele em que terminar a execução da mesma, ou do cumprimento do "sursis", ou do cumprimento do livramento condicional.

c) 3 (três) anos após o cumprimento da pena, desde que não haja mais nenhuma pena imposta e nenhum processo em julgamento.

d) 2 (dois) anos, contados do dia em que for extinta, de qualquer modo, a pena, ou terminar sua execução, computando-se o período de prova da suspensão e o do livramento condicional, se não sobrevier revogação.

45 - De acordo com o art. 15 do Código Penal, o agente que, voluntariamente, desiste de prosseguir na execução ou impede que o resultado se produza, só responde pelos atos já praticados. Diante disto, é possível dizer que

a) só há tentativa quando, tendo o agente iniciado a execução do crime, ele não se consuma por circunstâncias alheias à sua vontade.

b) a desistência voluntária e o arrependimento eficaz constituem causas de diminuição de pena.

c) o critério de redução da pena da tentativa no crime de roubo deve obedecer aos critérios acima aduzidos.

d) ocorre desistência voluntária quando o criminoso percebe que o alarme foi detonado e foge.

46 - Anaxágoras, com a intenção de seqüestrar o filho de seu patrão para obter vantagem monetária como preço do resgate, compra cordas, furta um carro e arruma o local que serviria como cativo. Dois dias antes de efetivar seu intento, seus planos são descobertos. Diante destes fatos, Anaxágoras

a) não responderá por qualquer crime.

b) responderá apenas por furto consumado.

c) responderá apenas por tentativas de extorsão mediante seqüestro e tentativa de furto.

d) responderá por furto e extorsão mediante seqüestro consumado.

47 - O crime de rixa tem o tipo qualificado quando ocorre o resultado morte ou lesão corporal de natureza grave. Assim, em relação ao participante que sofreu a lesão corporal grave, pode-se afirmar que

a) não responde por nenhum crime.

b) responde pela rixa de crimes, tipificada no caput.

c) é isento de pena.

d) responde pela rixa qualificada como os demais participantes.

48 - O funcionário público que exige de um indivíduo contribuição social, que sabe indevida, comete crime de

a) peculato.

b) concussão.

c) excesso de exação.

d) corrupção ativa.

49 - Constitui causa de diminuição de pena prevista na Parte Geral do Código Penal,

a) o crime impossível.

b) o arrependimento posterior.

c) a desistência voluntária.

d) o arrependimento eficaz.

50 - No calor de uma discussão em juízo, se o defensor de uma parte ofender a dignidade da adversa,

a) o fato será atípico.

b) comete crime de difamação.

c) comete crime de injúria.

d) comete crime de injúria real.

51 - De acordo com a Lei nº 9099/95, pode-se afirmar que se consideram infrações penais de menor potencial ofensivo

a) todas as contravenções penais e os crimes a que a lei comine pena mínima igual ou inferior a um ano, excetuados os casos em que a lei preveja procedimento especial.

b) todas as contravenções penais e os crimes a que a lei comine pena máxima igual ou inferior a um ano, excetuados os casos em que a lei preveja procedimento especial.

c) todas as contravenções penais e todos os crimes a que a lei comine pena mínima igual ou inferior a um ano.

d) somente os crimes a que a lei comine pena máxima igual ou inferior a um ano, excetuando-se os casos em que a lei preveja procedimento especial.

52 - Guilherme, ao ser preso por estelionato, fornece à autoridade policial o documento de identidade de seu irmão gêmeo falecido, Gustavo, com o fito de não caracterizar a reincidência sobre si. Após ser descoberta tal farsa, Guilherme pode ser processado por falsa identidade?

- a) Em termos. Se Guilherme for condenado pelo estelionato, não há que se falar em falsa identidade. Do contrário, é possível seu indiciamento e processamento pela falsa identidade.
- b) Sim, eis que se atribui falsa identidade para obter vantagem, em proveito próprio.
- c) Não. A conduta de agente que se atribui falsa identidade para escapar da ação policial não caracteriza infração penal, pois se trata do direito de buscar a liberdade almejada por todos os seres humanos.
- d) Sim. A falsa identidade é crime que independe da situação em que ele é cometido. Portanto, sempre que ele ocorrer, poderá seu autor ser processado.

53 - A defesa preliminar, prevista no procedimento para a apuração de crimes de responsabilidade dos funcionários públicos

- a) será cabível se o crime for apenado com reclusão, cuja pena mínima não seja superior a dois anos, e com detenção.
- b) é obrigatória, devendo ser oferecida três dias após o interrogatório.
- c) será cabível nos crimes apenados com reclusão, independentemente da pena mínima imposta, e com detenção.
- d) deixou de ser aplicada com o advento da Constituição Federal de 1988, que não recepcionou referido procedimento.

54 - Rodrigo pretende roubar transeuntes no centro da cidade, mas como não tem coragem para isso, embriaga-se dolosamente, com o intuito de praticar tais atos criminosos. Diante desta situação, a doutrina penal reconhece que

- a) Rodrigo não responderá pelos crimes cometidos, ante sua semi-imputabilidade.
- b) aplica-se a teoria da *actio libera in causa*.
- c) a embriaguez voluntária dolosa é causa de diminuição de pena.
- d) a consciência de Rodrigo viu-se abalada pela embriaguez, respondendo ele parcialmente por seus atos.

55 - O que se compreende por "sursis" etário e humanitário?

- a) O "sursis" etário é o aplicado aos maiores de 70 anos na data da sentença, e o humanitário é o concedido à pessoa enferma, desde que devidamente justificado, podendo a pena atingir até 4 anos.
- b) O "sursis" etário é o aplicado ao menor de 21 anos na data do fato e ao maior de 70 anos na data da sentença, e o humanitário é aquele concedido às mulheres grávidas.
- c) O "sursis" etário é o concedido em virtude da idade do condenado, e o humanitário é aquele aplicado aos homens que tiveram remidas suas penas.
- d) O "sursis" etário é o aplicado aos menores de 21 anos e aos maiores de 60 anos, e o humanitário é o concedido especialmente aos portadores do vírus HIV.

56 - Prescrição retroativa é a prescrição da pretensão

- a) executória após o trânsito em julgado, levando-se em conta a pena cominada no tipo penal.
- b) executória antes de transitar em julgado a sentença final.
- c) punitiva de maneira retroativa, levando-se em consideração, nos crimes permanentes, o dia em que se iniciou a permanência.
- d) punitiva com base na pena aplicada, sem recurso da acusação, ou improvido este, levando-se em conta os prazos anteriores à própria sentença.

57 - Maria de Lima, ao sair de um bar, onde trabalhava como garçonete, foi abordada em um lugar ermo e constrangida a manter relações sexuais com Antonio de Souza e Ermenegildo Flores. Os acusados foram devidamente denunciados, porém, no curso da ação penal Maria de Lima casou-se civilmente com Antonio de Souza. Neste caso,

- a) o juiz deverá declarar extinta a punibilidade de Antonio de Souza e a ação prosseguirá somente em relação a Ermenegildo.
- b) não ocorrerá a extinção da punibilidade por tratar-se de crime contra os costumes.
- c) o juiz deverá declarar extinta a punibilidade de ambos os acusados.
- d) o casamento de Maria com Antonio não é causa extintiva de punibilidade.

58 - O furto de energia elétrica, por meio de extensão clandestina (artigo 155, § 3º do Código Penal), é crime

- a) permanente.
- b) continuado.
- c) habitual.
- d) formal.

59 - A reincidência ocorre quando o agente comete

- a) mais de um crime no mesmo dia.
- b) novo crime, depois de transitar em julgado a sentença que, no país ou no estrangeiro, o tenha condenado por crime anterior.
- c) novo crime após ter sido indiciado por crime anterior.
- d) novo crime após ter sido condenado em processo ainda pendente de análise de apelação.

60 - A pena é calculada pelo sistema

- a) bifásico, fixando-se, primeiramente, a pena-base e, em seguida, considerando-se as circunstâncias atenuantes e agravantes.
- b) bifásico, fixando-se, primeiramente, a pena-base e, em seguida, considerando-se as causas de diminuição e de aumento.
- c) trifásico, fixando-se, primeiramente, a pena-base, considerando-se, em seguida, as causas de diminuição e de aumento e, por último, as circunstâncias atenuantes e agravantes.
- d) trifásico, fixando-se, primeiramente, a pena-base, considerando-se, em seguida, as circunstâncias atenuantes e agravantes e, por último, as causas de diminuição e aumento.

61 - A prescrição é interrompida

- a) por sentença condenatória transitada em julgado.
- b) pela instauração de inquérito policial.
- c) pelo término do cumprimento da pena.
- d) pela reincidência.

62 - Roberta é empregada doméstica de Carla, a qual tranca todas as portas dos armários ao sair de casa. Numa dessas ocasiões, Roberta abre os armários e foge com as jóias da patroa. O Ministério Público processa Roberta por furto qualificado pelo abuso de confiança. Como defensor de Roberta, alegar-se-ia que

- a) a qualificadora não se caracterizou, pois a relação empregatícia existente entre ambas exime o aumento de pena.
- b) o furto é qualificado independentemente de qualquer circunstância, ante o fato da empregada residir na casa da patroa.
- c) o abuso de confiança não se caracterizou, eis que a patroa não confiava na empregada, posto que trancava todos os armários.
- d) inobstante a natureza do trabalho doméstico, o qual pressupõe a confiança da patroa em relação à empregada, há necessidade da configuração de algum meio enganoso apto a iludir a patroa.

63 - João atira visando matar José, que já estava morto, em razão de ataque cardíaco. É correto afirmar que esta situação

- a) configura crime impossível ou de tentativa inidônea.
- b) diz respeito a crime de homicídio tentado.
- c) configura o que se denomina de "crime de ensaio".
- d) é a chamada "tentativa branca".

64 - Marco Aurélio nasceu às 22 horas e 35 minutos do dia 10 de outubro de 1982. Por fatalidade, à zero hora e 30 minutos do dia 10 de outubro de 2000 cometeu fato configurado como furto de veículo. Qual a opção verdadeira?

- a) É a lei civil que determina a idade das pessoas. Portanto, diante dela, Marco Aurélio é menor de dezoito anos para efeitos penais.
- b) Marco Aurélio deve ser considerado inimputável, ante o fato de não ter completado dezoito anos.
- c) Deve ser ele tido como semi-imputável, uma vez que, biologicamente, não completou dezoito anos.
- d) Considera-se penalmente responsável o agente que pratica a infração no dia em que comemora seu 18º aniversário.

65 - Isolda confessou a seu namorado Tristão estar grávida. Tristão extremamente irritado com a notícia, passou a agredir Isolda, provocando-lhe vários hematomas. Vendo sua namorada desfalecida, Tristão imediatamente levou-a ao Pronto-Socorro, onde os médicos constataram não ter ocorrido gravidez. Diante dos fatos narrados, Tristão

- a) poderá ser beneficiado pelo arrependimento posterior, uma vez que socorreu a vítima imediatamente.
- b) poderá ser beneficiado pelo arrependimento eficaz, uma vez que socorreu a vítima imediatamente.
- c) responderá pelo crime de lesões corporais e poderá ser beneficiado por uma circunstância atenuante, uma vez que socorreu a vítima procurando minorar as conseqüências de seus atos.
- d) responderá apenas por tentativa de homicídio uma vez que o crime de aborto não se tipificou por absoluta impropriedade do objeto.

66 - Em relação aos crimes contra a honra, tipificados no Código Penal, é inexato afirmar que

- a) não se admite a exceção da verdade no crime de calúnia, quando o ofendido foi absolvido por sentença irrecorrível.
- b) não se admite, em nenhuma hipótese, a exceção da verdade no crime de difamação.
- c) não se admite a exceção da verdade, em nenhuma hipótese, se qualquer dos crimes é cometido contra chefe de governo estrangeiro.
- d) se qualquer dos crimes é cometido mediante promessa de recompensa, a pena será aplicada em dobro.

67 - São crimes que admitem tentativa, os

- a) dolosos.
- b) culposos.
- c) preterdolosos.
- d) habituais.

68 - "É fundamental que a lei penal incriminadora seja editada antes da ocorrência do fato criminoso." Distinga os princípios que alicerçam essa afirmativa:

- a) da legalidade e da anterioridade da lei penal.
- b) da extra e da ultratividade condicional da lei penal.
- c) da *abolitio criminis* e do *in dubio pro reo*.
- d) da lei anterior e da lei posterior benignas.

69 - A pena restritiva de direitos não pode substituir a privativa de liberdade quando o réu for reincidente

- a) em qualquer crime, doloso ou culposo.
- b) exclusivamente em crime doloso.
- c) em crime culposo e a pena privativa de liberdade ultrapassar quatro anos.
- d) específico.

70 - O Estatuto da Criança e do Adolescente prevê que, verificada a prática de ato infrigente, a autoridade competente poderá aplicar ao adolescente, as medidas socioeducativas de

- a) advertência ou liberdade assistida ou multa.
- b) inserção em regime de semiliberdade ou liberdade assistida ou multa.
- c) advertência ou obrigação de reparar o dano ou prestação de serviços à comunidade.
- d) internação em estabelecimento educacional ou advertência ou pena privativa de liberdade.

71 - Eustáquio Silva foi condenado por sentença transitada em julgado a cumprir a pena de 08 (oito) anos de reclusão pela prática de estupro qualificado. Assim, pode-se dizer que

- a) o réu não terá direito à progressão do regime prisional nem ao livramento condicional.
- b) o réu terá direito à progressão de regime prisional, mas não ao livramento condicional.
- c) após cumprir 2/3 da pena, terá direito à progressão de regime prisional.
- d) após cumprir 2/3 da pena, terá direito ao livramento condicional.

72 - Qual é o conceito doutrinário de erro de proibição?

- a) É o erro quanto à existência dos limites da excludente.
- b) É o erro que recai sobre o elemento constitutivo do tipo penal.
- c) É o que se denomina de erro incidente sobre os elementos objetivos do tipo penal.
- d) É o erro incidente sobre a ilicitude do fato.

73 - No tocante ao tema "Eficácia das Leis Penais", considera-se Lei Penal Excepcional a

- a) que possui vigência previamente determinada pelo legislador.
- b) promulgada em casos de calamidade pública, guerras, revoluções, cataclismos, epidemias etc.
- c) outorgada pela Carta Magna para vigência por prazo determinado pelo Congresso Nacional.
- d) promulgada pelo Presidente da República, após determinação do Congresso Nacional, com prazo de vigência até certa e determinada data.

74 - Assinale a alternativa correta, partindo da premissa de que o Presidente da República do Brasil possa ser vítima de crime de homicídio quando de viagem ao exterior.

- a) Aplica-se o princípio do lugar do crime em que ocorreu a ação ou omissão, no todo ou em parte, bem como onde se produziu ou deveria produzir-se o resultado.
- b) Aplica-se o princípio da territorialidade, pelo qual a lei do território estrangeiro é soberana, eis que foi lá o crime praticado.

c) Nesta hipótese, por ser Presidente da República que goza de prerrogativa de foro em virtude da função, aplicam-se as regras pertinentes ao Direito Penal Internacional, com julgamento pelo Tribunal Penal Internacional.

d) Aplica-se o princípio da extraterritorialidade, ficando sujeito à lei brasileira, embora cometido no estrangeiro.

75 - De acordo com o Código Penal, extingue-se a punibilidade pela prescrição, decadência ou preempção. No que tange à pena de multa, é correto afirmar que

a) o curso da prescrição pecuniária ocorrerá em 4 (quatro) anos após o trânsito em julgado da sentença condenatória.

b) a prescrição ocorrerá no mesmo prazo em que ocorrer a prescrição da pena restritiva de direitos pelo mesmo crime.

c) a prescrição ocorrerá em 2 (dois) anos, quando a multa for única cominada ou aplicada.

d) não existem causas interruptivas da prescrição da pena de multa.

76 - Na extorsão mediante seqüestro, se o crime é cometido em concurso, o concorrente que o denunciar à autoridade, facilitando a libertação do seqüestrado, terá sua pena reduzida de um a dois terços. Este instituto de Direito Penal é conhecido por

a) delação premiada.

b) libertação delatada.

c) extorsão premiada.

d) redução por delação libertária.

77 - Nos casos de extraterritorialidade incondicionada da lei penal, o infrator, ingressando no Brasil após cumprir pena no estrangeiro, estará sujeito à punição pela lei nacional. Porém, para amenizar a não aplicação do princípio do *ne bis in idem*, o Código Penal determina que a pena cumprida no estrangeiro

a) atenua a pena imposta no Brasil pelo mesmo crime, quando idênticas.

b) é computada pena imposta no Brasil pelo mesmo crime, quando diversas.

c) atenua a pena imposta no Brasil pelo mesmo crime, quando diversas, ou nela é computada, quando idênticas.

d) é computada na pena imposta no Brasil pelo mesmo crime, quando diversas, ou é atenuada, quando idênticas.

78 - Em relação aos crimes contra a honra, é correto afirmar que

a) qualquer que seja o crime ou quem quer que seja o ofendido, somente se procede mediante queixa.

b) se procede mediante representação, quando o ofendido é funcionário público, e o crime é cometido em razão de suas funções, aumentando-se a pena de um terço.

c) se procede mediante representação do Ministro da Justiça, quando o crime é cometido contra o Presidente da República, ou contra chefe de governo estrangeiro.

d) a pena é aumentada de um terço se o crime é cometido mediante paga ou promessa de recompensa.

79 - Nos Estados Unidos da América, um número indeterminado de pessoas está recebendo, por via postal, envelopes contendo a bactéria "Antraz", altamente nociva à saúde, que pode, em certos casos, provocar a morte. A legislação brasileira tipifica a conduta de quem propaga germes patogênicos em determinado lugar, causando doença ou morte a várias pessoas, como

a) tentativa de homicídio qualificado pela dissimulação ou outro recurso que dificulte ou torne impossível a defesa do(s) ofendido(s).

b) tentativa de genocídio ou genocídio consumado, dependendo do resultado.

c) epidemia.

d) tentativa de lesões corporais de natureza grave, gravíssima ou seguida de morte, dependendo do resultado.

80 - O tempo de cumprimento das penas privativas de liberdade não pode ser superior a

a) 30 (trinta) anos.

b) 25 (vinte e cinco) anos.

c) 20 (vinte) anos.

d) 35 (trinta e cinco) anos.

81 - Antônio, com intuito de passar trote, telefonou para a Delegacia de Polícia de sua cidade, notificando a ocorrência de um acidente de veículo na rodovia, que sabia inexistente. Identificado, posteriormente, foi indiciado por denúncia caluniosa. Pode-se afirmar que

a) a autoridade policial tipificou corretamente o delito praticado por Antônio.

b) o delito não foi tipificado corretamente, pois o crime cometido por Antônio foi o de calúnia.

c) a autoridade não tipificou corretamente o crime, pois Antônio praticou o delito de comunicação falsa de crime.

d) Antônio somente teria praticado crime se tivesse comunicado a ocorrência por escrito ou verbalmente.

82 - Dispõe o Código Penal, em seu artigo 60, que "considerase praticado o crime no lugar em que ocorreu a ação ou omissão, no todo ou em parte, bem como onde se produziu ou deveria produzir-se o resultado." Trata-se da teoria

a) da ubiqüidade.

b) (do resultado.

c) da atividade.

d) da territorialidade.

83 - . Considera-se tipificado o crime de quadrilha quando

a) quatro pessoas associam-se para cometer um delito.

b) três pessoas associam-se permanentemente para cometer crimes.

c) quatro pessoas, sendo um adolescente, associam-se para cometer diversos crimes.

d) cinco pessoas associam-se, de modo estável, para praticar contravenções penais.

84 - A coação irresistível, de que trata o artigo 22 do Código Penal, é causa de

a) atipicidade.

b) exclusão de ilicitude.

c) exclusão de antijuridicidade.

d) exclusão da culpabilidade.

85 - Márcio mata Camila, temendo que esta o pudesse reconhecer por crime de estupro praticado anteriormente contra outra vítima. O homicídio é qualificado

a) por motivo torpe.

b) para assegurar a ocultação.

c) para assegurar a imputabilidade.

d) por motivo fútil.

86 - Daniel, perante a autoridade policial competente, assume a responsabilidade por disparo de arma de fogo em via pública realizado por sua namorada, com a finalidade de protegê-la. Daniel praticou, em tese,

a) nenhum crime, pois sua conduta é atípica.

b) auto-acusação falsa.

c) comunicação falsa de crime.

d) favorecimento real.

87 - Indique a disjuntiva verdadeira.

a) A fonte imediata do Direito Penal é a jurisprudência.

b) A fonte imediata do Direito Penal é a analogia.

c) A fonte imediata do Direito Penal é o costume do povo.

d) A fonte imediata do Direito Penal é a lei.

88 - Assinale a alternativa correta: Na contagem dos prazos penais,

a) inclui-se o dia do começo.

b) não se conta o dia do começo.

c) não se computam os feriados, sábados e domingos.

d) apenas não se computam os feriados.

89 - Considera-se concurso formal de crimes quando o agente pratica

a) dois ou mais crimes mediante duas ou mais ações.

b) dois ou mais crimes mediante uma só ação.

c) um crime mediante uma ação que se prolonga no tempo.

d) um crime complexo.

90 - Marque a alternativa exata: As medidas de segurança são aplicadas ao agente

a) condenado por crime doloso.

b) condenado por crime culposos.

c) condenado por crime doloso e culposos.

d) inimputável.

91 - Ocorre a figura do furto privilegiado quando o agente

- a) consegue furtar a vítima porque dispõe de sua confiança.
- b) pratica o furto utilizando-se de informações confidenciais sobre a vítima.
- c) é primário e a coisa furtada é de pequeno valor.
- d) emprega chave falsa.

92 - Com relação ao tema do livramento condicional, é correto afirmar:

- a) revoga-se o livramento se o liberado vem a ser condenado à pena privativa de liberdade em sentença irrecorrível, por crime cometido durante a vigência do benefício.
- b) não se revoga o livramento se o liberado vem a ser condenado à pena privativa de liberdade em sentença irrecorrível, por crime anterior à vigência do benefício.
- c) as penas que correspondem a infrações diversas não devem somar-se para efeito do livramento.
- d) revogado o livramento, poderá o réu, a qualquer tempo, pleitear novamente o benefício.

93 - Diz-se imputável o agente que tem capacidade de ser-lhe juridicamente atribuída a prática de fato punível. Assim, ausente a imputabilidade, não se aplica pena ao autor de fato típico e antijurídico, podendo sofrer medida de segurança. No caso concreto, Cristiano é preso totalmente embriagado após a prática de crime previsto na legislação penal, e seu defensor público sustenta a tese da inimputabilidade para isentá-lo de pena. Esta tese é sustentável perante o sistema penal brasileiro?

- a) Não. No tocante à embriaguez, o Código Penal dispõe que não excluirá a imputabilidade quando tenha decorrido de ato voluntário do agente, ou tenha decorrido de sua imprudência ou negligência no ato de ingerir em demasia bebida alcoólica.
- b) Sim. Esta tese é perfeitamente sustentável, levando-se em consideração que a embriaguez foi completa, não tendo o agente capacidade de discernir acerca de seu ato lesivo e de suas conseqüências.
- c) Neste caso, a tese que melhor se aplica é a de semi-imputabilidade, devendo o agente responder perante o sistema penal de forma reduzida, ou seja, a pena poderá ser reduzida de um a dois terços.
- d) Há que se considerar a tese acima referida diante da doutrina da embriaguez preordenada, a qual se dá quando o agente embriaga-se propositadamente, visando assegurar um alibi, ou criar coragem para a prática de um crime, o que afasta sua imputabilidade.

94 - Indique a alternativa incorreta perante o Código Penal.

- a) No caso de concurso de crimes, a extinção da punibilidade incidirá sobre a pena de cada um, isoladamente.
- b) não se interrompe pelo recebimento da denúncia ou da queixa.
- c) A sentença que conceder perdão judicial não será considerada para efeitos da reincidência.
- d) As penas mais leves prescrevem com as mais graves.

95 - "A", silvícola de dezenove anos de idade, vive em Brasília, onde freqüenta escola de ensino médio e aí praticou crime de estupro. O silvícola:

- a) deverá ser considerado inimputável por desenvolvimento mental incompleto.
- b) é inimputável.
- c) é imputável.
- d) é semi-imputável.

96 - João registrou Pedro como seu filho, quando na realidade era filho de José. Cometeu ele algum crime?

- a) Sim, o crime de "supressão ou alteração de direito inerente ao estado civil de recém-nascido".
- b) (B) Não cometeu crime algum, eis que presente o motivo de reconhecida nobreza.
- c) (C) Sim, cometeu o crime de "sonegação de estado de filiação".
- d) (D) Não, o Direito Penal não contempla qualquer espécie de crime em relação à conduta de João, que agiu no interesse do menor.

97 - Assinale a alternativa em que são apontados os crimes contra a administração pública, praticados por funcionário público.

- a) Corrupção ativa, contrabando ou descaminho e tráfico de influência.
- b) Concussão, peculato e prevaricação.
- c) Facilitação de contrabando e descaminho, violência arbitrária e usurpação de função pública.
- d) Corrupção passiva, violação de sigilo funcional e desacato.

98 - O que é aborto necessário?

- a) É o praticado por médico, não havendo outro meio de salvar a vida da gestante.
- b) É o praticado em caso de gravidez resultante de estupro.

- c) Compreende-se todo aquele praticado por médico, com a devida autorização da gestante e do Ministério Público, em casos específicos.
- d) É o cometido pela gestante e precedido do consentimento da Justiça, nos casos em que a gravidez é considerada indesejada.

99 - A sentença condenatória penal estrangeira pode ser homologada no Brasil para a seguinte finalidade:

- a) sujeitar o réu ao pagamento de multa.
- b) submeter o réu exclusivamente ao cumprimento da pena de prisão.
- c) obrigar o réu à reparação do dano.
- d) (obrigar o réu à reparação do dano, a restituições e a outros efeitos civis.

100 - Paulo, funcionário público, concorre culposamente para a apropriação de dinheiro proveniente dos cofres públicos, mas restitui antes da sentença penal irrecorrível. Diante de tal fato, terá

- a) extinta a punibilidade.
- b) praticado crime de corrupção, sem diminuição de pena.
- c) a pena reduzida de um a dois terços.
- d) a pena reduzida de metade.

DIREITO PENAL - GABARITO

- | | |
|-------|--------|
| 1) A | 51) B |
| 2) B | 52) C |
| 3) A | 53) A |
| 4) C | 54) B |
| 5) D | 55) A |
| 6) B | 56) D |
| 7) D | 57) C |
| 8) C | 58) A |
| 9) B | 59) B |
| 10) A | 60) D |
| 11) C | 61) D |
| 12) A | 62) C |
| 13) D | 63) A |
| 14) A | 64) D |
| 15) B | 65) C |
| 16) B | 66) B |
| 17) D | 67) A |
| 18) D | 68) A |
| 19) B | 69) D |
| 20) C | 70) C |
| 21) A | 71) D |
| 22) B | 72) D |
| 23) A | 73) B |
| 24) C | 74) D |
| 25) D | 75) C |
| 26) B | 76) A |
| 27) A | 77) C |
| 28) C | 78) B |
| 29) A | 79) C |
| 30) C | 80) A |
| 31) B | 81) C |
| 32) A | 82) A |
| 33) C | 83) C |
| 34) B | 84) D |
| 35) D | 85) C |
| 36) C | 86) A |
| 37) A | 87) B |
| 38) B | 88) A |
| 39) B | 89) B |
| 40) A | 90) D |
| 41) D | 91) C |
| 42) A | 92) A |
| 43) C | 93) A |
| 44) D | 94) B |
| 45) A | 95) C |
| 46) B | 96) A |
| 47) D | 97) B |
| 48) C | 98) A |
| 49) B | 99) D |
| 50) A | 100) A |

1) Quando a Ação Penal é movimentada por iniciativa do ofendido, o Jus Puniendi pertence:

- a) ao Estado e ao ofendido.
- b) ao ofendido e ao agente do delito.
- c) somente ao ofendido.
- d) somente ao Estado.

2) Determinado advogado passa a assistir os interesses, no mesmo processo, das partes contrárias, fazendo-o sucessivamente, sendo procurador judicial de ambos. Neste caso:

- a) não há crime, mas apenas infração disciplinar junto à OAB.
- b) cometeu o crime de tergiversação.
- c) não há crime, posto que esta situação é impossível ocorrer.
- d) cometeu o crime de patrocínio infiel.

3) A Lei nº 5.250/67, antes de sua declaração de inconstitucionalidade declarada pelo STF, ao dispor sobre os crimes de Imprensa, adotava o princípio da responsabilidade penal:

- a) sucessiva;
- b) simultânea;
- c) instantânea;
- d) unitária;

4) A coação moral irresistível é causa de:

- a) diminuição especial da pena
- b) exclusão de culpabilidade
- c) exclusão da antijuridicidade
- d) extinção de punibilidade

5) Sobre reincidência é correto afirmar:

- a) é uma agravante genérica e aumenta 1/3 o prazo da prescrição da pretensão punitiva.
- b) é apenas um agravante genérica, nada tendo com a prescrição;
- c) além de agravante genérica é uma causa impeditiva da prescrição;
- d) além de agravante genérica é uma causa de interrupção da prescrição;

6) A, imputável, jamaicano, sem assimilar a cultura brasileira, agindo como se estivesse em seu país, pratica conduta definida como crime, no Brasil. Na Jamaica, tal conduta é lícita. O fato configura erro de

- a) crime impossível
- b) proibição
- c) fato
- d) tipo

7) Afonso Arcanjo, engenheiro civil, era responsável pela construção de uma ponte sobre o Rio Vermelho. Descurou-se quanto ao controle do material empregado e não fez nenhuma inspeção durante todas as etapas da obra, até porque o mestre-de-obras era seu irmão, com mais de 15 (quinze) anos de experiência. O que é certo é que o mestre-de-obras terminou aceitando lingotes já comprometidos pela ferrugem. No dia da inauguração a ponte ruiu, causando ferimentos leves em 5 (cinco) pessoas, uma delas com apenas 13 (treze) anos de idade. O mestre-de-obras irmão de Afonso Arcanjo, veio a falecer esmagado por uma pilastra. Afonso sofreu grave ferimento e, finalmente, tivera a mão direita amputada.

- a) Cuida-se da ocorrência de crimes culposos, em concurso formal porque Afonso Arcanjo foi negligente, confiando na experiência do mestre-de-obras, deixou de inspecionar a obra e os materiais empregados, como era do seu dever. A toda evidência, as conseqüências da infração atingiram Afonso Arcanjo de forma muito grave, mesmo assim, o juiz não pode deixar de aplicar a pena porque uma das vítimas contava menos de 14 (quatorze) anos de idade.
- b) Cuida-se da ocorrência de crimes culposos, em concurso formal porque Afonso Arcanjo foi negligente, confiando na experiência do mestre-de-obras, deixou de inspecionar a obra e os materiais empregados, como era do seu dever. Contudo, considerando que as conseqüências da infração atingiram Afonso Arcanjo de forma tão grave, o juiz deve deixar de aplicar a pena.
- c) Cuida-se da ocorrência de crimes culposos, em concurso formal porque Afonso Arcanjo foi negligente, confiando na experiência do mestre-de-obras, deixou de inspecionar a obra e os materiais empregados, como era do seu dever. Contudo, considerando que as conseqüências da infração atingiram Afonso Arcanjo de forma tão grave, o juiz pode deixar de aplicar a pena.
- d) Cuida-se da ocorrência de crimes dolosos, em concurso formal, porque Afonso Arcanjo, deixando de inspecionar a obra, e os materiais empregados, como era do seu dever, assumiu o risco de produzir aquele resultado.

8) Para concepção positiva do Direito Penal, "mulher honesta" é:

- a) N.D.A.
- b) A que não tem comportamento dissoluto.
- c) Aquela que, embora não tendo conduta sexual irrepreensível, ainda não rompeu com o mínimo de decência exigido pelos bons costumes.
- d) A que tem conduta sexual irrepreensível.

9) A ofensa irrogada em juízo, na discussão da causa, pela parte ou seu procurador, constitui:

- a) nenhuma das hipóteses.
- b) crime de difamação;
- c) crime de calúnia;
- d) crime de injúria;

10) Aponte a alternativa correta:

- a) na legítima defesa a preservação do interesse ameaçado se faz através de ataque, enquanto no estado de necessidade essa preservação ocorre através de defesa;
- b) no estado de necessidade existe reação e na legítima defesa existe ação;
- c) há legítima defesa real contra legítima defesa real;
- d) há estado de necessidade contra estado de necessidade.

GABARITO:

01-D 02-B 03-A 04-B 05-D
06-B 07-C 08-A 09-A 10-D

1) Suponha-se que um médico, ante iminente perigo de vida, pratique uma intervenção cirúrgica arbitrariamente, ou seja, sem consentimento do paciente ou de seu representante legal. O seu comportamento deve ser considerado

- a) crime de lesão corporal dolosa.
- b) atípico.
- c) crime de constrangimento ilegal.
- d) crime de lesão corporal culposa.

2) Mário, médico, pratica cirurgia de aborto, tendo em vista que sua paciente engravidou após ser estuprada.

- a) A conduta do aborto é ilícita em qualquer hipótese.
- b) Não se pune a conduta de Mário, tendo em vista que a legislação recente descriminalizou a conduta delitiva do aborto, atendendo ao anseio popular.
- c) A conduta de Mário é absolutamente ilícita tendo em vista expressa previsão legal.
- d) A conduta de Mário é lícita, desde que haja consentimento da gestante ou, quando incapaz, de seu representante legal.

3) A respeito da imputabilidade penal, pode-se afirmar:

I - se na data do fato, o agente imputável for maior de 18 (dezoito) e menor de 21 (vinte e um) anos, a pena será atenuada e os prazos da prescrição serão reduzidos pela metade, exceto quando tratar-se de prescrição intercorrente ou retroativa;

II - a emoção não exclui a imputabilidade penal, podendo constituir circunstância atenuante ou causa de diminuição da pena;

III - a imputabilidade é pressuposto da culpabilidade, pois esta não existe quando ausente a capacidade psíquica de compreender a ilicitude;

IV - a embriaguez incompleta não exclui a imputabilidade, salvo se fortuita ou proveniente de força maior;

V - quanto à embriaguez, o Código Penal Brasileiro adota a teoria da actio in causa segundo a qual, a apreciação do dolo ou da culpa do injusto deve ser deslocada para a vontade presente no momento em que sujeito se colocou no estado de incapacidade de culpabilidade.

- a) I, II e III estão corretas
- b) I, IV e V estão corretas

- c) II, III e V estão corretas
- d) II, IV e V estão corretas

4) O agente que pratica crimes, em continuidade delitiva, antes e depois de atingir a maioridade penal,

- a) não responde por nenhum dos crimes.
- b) responde somente pelos crimes posteriores.
- c) responde por todos os crimes.
- d) responde apenas pelo último crime.

5) "A" manteve conjunção carnal com "B", menor de 14 anos de idade, com o consentimento desta, mediante fundada convicção de que "B" possuía 16 anos de idade, já que em termos físicos aparentava tal idade, sem prejuízo dela portar uma carteira de identificação de estudante, que dava conta de tal circunstância, talvez porque fora falsificada, embora não de forma visível. Nestes termos:

- a) "A" praticou contra "B" delito de estupro mediante violência real;
- b) "A" praticou contra "B" delito de estupro, mediante violência ficta ou presumida;
- c) "A" não praticou delito algum contra "B", porque o consentimento da vítima afastaria o crime;
- d) "A" não praticou delito algum, porquanto agiu sob a hipótese de erro, que exclui o dolo.

6) Assinale a alternativa CORRETA:

A edição de lei mais favorável ('abolitio criminis') possibilita ao réu:

- a) eximir-se da obrigação de indenizar o dano causado pelo crime.
- b) obter 'sursis'.
- c) ver cessada a execução e os efeitos civis da sentença condenatória.
- d) ver cessada a execução e os efeitos penais da sentença condenatória.

7) Durante uma partida de futebol, que terminou num conflito entre jogadores, o torcedor Raimundo invade o campo e passa a distribuir socos e pontapés nos contendores, um dos quais vem a sofrer ferimentos graves, causados por outra pessoa envolvida no tu multo. A infração penal cometida por Raimundo caracteriza-se como

- a) participação em crime de rixa simples.
- b) participação em rixa qualificada.
- c) crime de lesão corporal grave.
- d) contravenção de vias de fato.

8) Analise os itens abaixo e assinale a alternativa correta:

I - Quanto às intimações, o Código de Processo Penal estabelece que serão observadas, no que for aplicável, as disposições do Código de Processo Civil.

II - No processo penal, as intimações do Ministério Público e do defensor constituído se farão, sempre, pessoalmente.

III - Segundo os preceitos do Código de Processo Penal, o advogado do querelante pode vir a ser intimado por via postal com comprovante de recebimento, caso não haja na comarca órgão de publicação dos atos judiciais.

- a) Apenas o item I está correto.
- b) Apenas o item III está correto.
- c) Apenas o item II está correto.
- d) Apenas os itens I e II estão corretos.

9) Qual a afirmação incorreta?

- a) No nosso ordenamento jurídico existem delitos culposos sem resultado material, que podem ser considerados de mera conduta ou formais.
- b) Os crimes comissivos por omissão admitem tentativa quando realizados na forma dolosa.
- c) No nosso ordenamento jurídico todos os crimes culposos são materiais.
- d) Os crimes omissivos puros não admitem tentativa.

10) Dois indivíduos, previamente ajustados, saem de um supermercado, com mercadorias, sem passar pelo caixa, vindo um deles a ser preso em flagrante no estacionamento do supermercado, com parte das

mercadorias, enquanto seu comparsa consegue fugir com o restante das mercadorias. Com relação à situação apresentada, é correto afirmar que o indivíduo preso em flagrante

- a) não responderá por qualquer ilícito, pois a hipótese configura crime impossível.
- b) responderá por furto consumado.
- c) responderá por furto privilegiado.
- d) responderá por furto tentado.

GABARITO:

01-B 02-D 03-C 04-B 05-D

06-D 07-B 08-B 09-C 10-B

1) O juiz poderá converter uma pena restritiva de direitos em privativa de liberdade:

- a) desde que o agente não seja reincidente em crime doloso.
- b) desde que tenha o agente idade superior a 70 anos;
- c) quando ocorrer o descumprimento injustificado da restrição imposta;
- d) em nenhuma situação, por falta de previsão legal;

2) "A" (comerciante) recebe R\$ 500,00 de "B" (industrial) a pretexto de influir em "C" (funcionário público) no exercício da função. "C" aceita R\$ 200,00, dando a impressão a "A" de que faria o que lhe era solicitado. Todavia, nada faz em favor de "A", ou "B". "C" comete o crime de

- a) prevaricação
- b) corrupção passiva
- c) corrupção ativa
- d) estelionato

3) Notícia a mídia que alguns marginais possuidores de variadas armas de fogo estariam alugando as mesmas a outros criminosos cobrando para isso determinada participação nos eventuais lucros na empreitada criminosa a ser praticada. Estudando a Lei nº 9.437/97 - Lei do Porte de Arma - verifica-se que essa conduta de "alugar" armas de fogo

- a) está expressamente prevista e punida nessa legislação.
- b) embora não prevista expressamente nessa lei, está implícita nos verbos "fornecer" e "emprestar", utilizados pelo legislador.
- c) não está expressamente prevista nessa legislação criando o que se chama de "lacuna".
- d) embora não prevista expressamente nessa lei está implícita no verbo "ceder", utilizado pelo legislador.

4) "A", imputável, comete contravenção penal depois de haver praticado um crime. Depois de definitivamente condenado por contravenção penal, pratica outro crime. A hipótese caracteriza:

- a) reincidência de contravenção e crime
- b) reincidência de crime e contravenção
- c) reincidência de crime e crime
- d) inexistência de reincidência

5) A co-autoria é impossível nos crimes:

- a) comissivos;
- b) de mão própria;
- c) próprio;
- d) culposos.

6) João comprou, por R\$ 20,00, uma corrente de ouro, avaliada em R\$ 2.000,00, de um menino de 14 anos de idade, corrente esta que havia sido subtraída, por pessoa ignorada, de seu primo e companheiro de quarto Joaquim. Este não havia dado por falta da jóia, motivo porque sequer havia feito a comunicação da ocorrência à polícia. Nesse caso, João

- a) responderá por crime de receptação culposa.

b) é isento de pena, por ter sido o crime de que proveio a coisa cometido em prejuízo de seu primo, com o qual coabita.

c) não responderá por crime de receptação, por ser desconhecido o autor do crime de que proveio a coisa.

d) é isento de pena, por ter adquirido a jóia de pessoa inimputável.

7) Violação de segredo profissional - Artigo 154 - "Revelar alguém, sem justa causa, segredo de que tem ciência em razão de função, ministério, ofício ou profissão..." - Médico sabe, em razão da profissão, que ama-de-leite de uma criança é portadora de moléstia contagiosa. Denunciou o fato à família da criança. Não há crime, pois o médico praticou o fato:

a) não procedem nenhuma das afirmações. Cometeu o crime de violação de segredo profissional.

b) em estrito cumprimento de dever legal;

c) em legítima defesa de terceiro;

d) em estado de necessidade de terceiro;

8) A conduta do agente que retira uma mulher honesta de 15 anos de idade da casa de seus pais, com seu consentimento, e a leva, durante um fim de semana prolongado, para o hotel de uma cidade vizinha, onde, mediante fundada promessa de casamento, a deflora, perante a nossa legislação deve ser enquadrada da seguinte forma:

a) rapto consensual e sedução

b) rapto consensual

c) sedução

d) rapto mediante fraude

9) Segundo o Código Penal Brasileiro, o "crime de plágio" é:

a) nenhuma das anteriores.

b) contra a propriedade intelectual;

c) contra o privilégio de invenção;

d) contra a liberdade individual;

10) As descriminantes putativas são:

a) hipóteses de periculosidade;

b) causas de exclusão de crime;

c) hipóteses de inimputabilidade;

d) causas de isenção de pena;

GABARITO:

01-C 02-B 03-A 04-D 05-B

06-A 07-D 08-A 09-D 10-D

1) Se o partícipe instiga outrem a praticar um crime de homicídio, mas durante a execução do ataque quis impedir que o resultado se produzisse, porém sem sucesso,

a) é reconhecível a desistência voluntária.

b) é reconhecível o arrependimento posterior.

c) é reconhecível o arrependimento eficaz.

d) beneficia-se pela participação de menor importância.

2) O agente que é surpreendido de posse de um receituário médico falsificado, quando objetiva usá-lo para a aquisição de substância entorpecente, tem uma conduta classificada como:

a) ato preparatório

b) crime impossível

c) crime consumado

d) crime falho

3) O autor, chefe de seção de repartição pública, acusa o servidor, seu subordinado, de trabalhar todos os dias embriagado. O servidor ingressa com queixa-crime por difamação (art. 139 do CP).

- a) não cabe a exceção da verdade porque só em casos de calúnia, é cabível.
b) não cabe exceção da verdade porque a embriaguez não é crime, tão só contravenção.
c) não cabe exceção da verdade porque se trata de servidor e não, funcionário.
d) cabe a exceção da verdade por parte do autor.
- 4) Com relação ao delito de tortura, previsto na Lei no 9.455/97, assinale a alternativa correta.
- a) Quando praticado contra velho ou enfermo, constitui causa de aumento de pena prevista na Lei de Tortura.
b) A Lei de Tortura, a exemplo da Lei dos Crimes Hediondos, veda a concessão de indulto e anistia.
c) O crime de tortura distingue-se do delito de maus-tratos pela natureza do dolo que, em tese, neste é sempre de perigo.
d) A tortura infligida apenas por sadismo ou vingança tipifica o crime de tortura.
- 5) Concurso formal de crimes é aquele:
- a) em que concorrem várias pessoas para a prática de um só ato delitivo.
b) que ocorre quando o agente, praticando uma só conduta, comete dois ou mais crimes.
c) em que o agente estabelece uma forma de atuação, mas por razões alheias à sua vontade, ele não ocorre como idealizado.
d) que se concretiza mediante duas ou mais condutas, com dois ou mais resultados gerados por um só autor.
- 6) Márcia Má, pretendendo matar o filho, deixa de amamentá-lo. Qual o tipo de crime que praticou?
- a) comissivo propriamente dito.
b) comissivo por omissão.
c) omissivo próprio.
d) nenhuma das alternativas acima.
- 7) Bentinho, personagem do romance 'Dom Casmurro', de Machado de Assis, desconfiado do adultério de Capitu, resolve oferecer uma xícara de café com veneno ao filho Ezequiel, mas recua no momento em que a criança abre a boca para tomar a bebida. O preceito da lei penal em que se enquadraria a conduta de Bentinho é
- a) desistência voluntária.
b) tentativa de homicídio privilegiado.
c) arrependimento eficaz.
d) tentativa de homicídio qualificado.
- 8) Lei posterior que passa a cominar ao crime de uma pena menor:
- a) tem aplicação aos fatos anteriores, mas tão somente para fazer cessar os efeitos civis da sentença condenatória
b) tem aplicação aos fatos anteriores, ainda que decididos por sentença condenatória transitada em julgado
c) tem aplicação aos fatos anteriores, desde que não tenha ocorrido o trânsito em julgado da sentença condenatória
d) não tem aplicação aos fatos anteriores porque cometidos anteriormente à sua vigência
- 9) GRUPO DE GARIMPEIROS, IMPEDIDOS PELOS ÍNDIOS DE EXTRAIR MINÉRIOS EM SUA RESERVA, ENVENENARAM TODAS AS NASCENTES DE ÁGUA, COM O QUE TINHAM POR POTENTE VENENO MORTAL, PRETENDENDO MATAR TODA A PEQUENA TRIBO. POR EQUÍVOCO UTILIZARAM-SE DE MEDICAMENTO QUE APENAS ESTERILIZOU TODOS OS SILVÍCOLAS. TERIA HAVIDO:
- a) crime de envenenamento de água potável, na forma tentada.
b) crime de genocídio, na forma tentada;
c) crime culposo de lesões corporais graves;
d) crime de genocídio, na forma consumada;
- 10) Dentre os delitos abaixo arrolados, aponte a alternativa que contém apenas crimes praticados contra a administração da justiça:
- a) Desacato, motim de presos, sonegação de papel ou objeto de valor probatório;

- b) Desacato, denúncia caluniosa, falso testemunho;
- c) Resistência, arrebatamento de preso, exploração de prestígio;
- d) Favorecimento pessoal, denúncia caluniosa, exercício arbitrário das próprias razões;

GABARITO:

01-D 02-A 03-D 04-C 05-B

06-B 07-A 08-B 09-B 10-D

1) Não se admite a interceptação telefônica,

- a) quando a prova puder ser feita por outros meios disponíveis.
- b) quando houver indícios apenas razoáveis da autoria.
- c) nos crimes apenados com reclusão.
- d) no curso da investigação criminal.

2) A Lei nº 4.898/65 (Abuso de Autoridade) descreve vários crimes e define autoridade. O crime por ela praticado, nessa qualidade, quanto ao agente, é:

- a) próprio
- b) instantâneo
- c) comum
- d) privativo

3) Uma pessoa vai à praia com seu filho menor e, desejando refrescar-se nas águas do mar, pede a alguém que está ao lado para "dar uma olhada na criança", recebendo desse um rápido assentimento. Enquanto a mãe dá seu mergulho, a criança corre, entra na água e morre afogada, porque a pessoa que deveria vigiá-la resolve dormir ao sol. Esta pessoa responderá pelo crime de:

- a) sua conduta será atípica, cabendo à mãe qualquer responsabilidade penal;
- b) homicídio culposo;
- c) omissão de socorro;
- d) homicídio doloso;

4) Determinado empregador não repassa ou não recolhe o valor de tributo ou contribuição que antes descontara ou cobrara de seus empregados, alegando que não o fizera por falta de condições financeiras, pois, caso contrário, teria que também despedir tais empregados. Essa alegação é de

- a) estrito cumprimento de dever legal.
- b) legítima defesa.
- c) estado de necessidade ou inexigibilidade de conduta diversa.
- d) exercício regular de direito.

5) "A" desejando matar "B" vai a sua casa e, pela madrugada, penetra no quarto onde "B" dormia, descarregando o revólver que portava. Em seguida se retira. Submetido a exame cadavérico os legistas concluem que "B" morrerá em razão de um infarto horas antes de ser atingido por "A".

- a) Deu-se violação a cadáver.
- b) Houve Homicídio tentado.
- c) Deu-se o crime impossível por impropriedade do objeto material.
- d) Houve Homicídio doloso com a qualificadora do meio que tornou e impossibilitou a defesa da vítima.

6) Assinale a alternativa CORRETA:

O arrependimento posterior do agente, nos crimes cometidos sem violência ou grave ameaça à pessoa implica em redução da pena se:

- a) houver restituição ou reparação pessoal do agente.
- b) ocorrer devolução por coação moral ou física.
- c) decisão judicial determinar a reparação.
- d) houver apreensão da coisa pela polícia.

7) Qual dos enunciados abaixo não corresponde a entendimento jurisprudencial consagrado em Súmulas de Tribunais Superiores:

- a) "O crime de extorsão consuma-se com a obtenção da vantagem indevida"
- b) "No crime de estupro, praticado mediante violência real, a ação penal é pública incondicionada"
- c) "Há crime de latrocínio, quando o homicídio se consuma, ainda que não realize o agente a subtração dos bens da vítima"
- d) "Quando o falso se exaure no estelionato, sem mais potencialidade lesiva, é por este absorvido"

8) De acordo com o art. 36 da Lei nº 6.368/76 são consideradas entorpecentes:

- a) somente as substâncias especificadas em lei como entorpecentes ou capazes de produzir dependência física ou psíquica ou as assim relacionadas pelo órgão adequado do Ministério da Saúde.
- b) qualquer substância entorpecente que cause dependência física ou psíquica.
- c) somente as substâncias entorpecentes ou capazes de produzir dependência física ou psíquica constantes das relações publicadas conjuntamente com a Lei 6.368/76, por se tratar de norma penal em branco em sentido amplo.
- d) qualquer substância especificada em lei como entorpecente, por se tratar de norma penal em branco em sentido estrito.

9) O excesso na legítima defesa decorre:

- a) do uso inadequado de meio empregado e da falta de moderação na repulsa;
- b) da conduta em desacordo com o ordenamento jurídico;
- c) de uma provocação extremamente injusta;
- d) do uso inadequado de meio empregado ou da falta de moderação na repulsa;

10) Dos crimes abaixo, quais os que não admitem a modalidade da tentativa:

- a) Os crimes plurissubjetivos.
- b) Os crimes comissivos por omissão.
- c) Os crimes formais.
- d) Os crimes omissivos puros.

GABARITO:

01-A 02-A 03-B 04-A 05-C
06-A 07-A 08-A 09-D 10-D

1) As circunstâncias atenuantes

- a) podem ser constatadas pelo juiz independentemente de relacionadas na lei
- b) são incompatíveis com os crimes de perigo
- c) acompanham cada tipo legal de crime
- d) são exhaustivamente relacionadas na lei

2) O erro de tipo:

- a) isenta de pena;
- b) é erro sobre a ilicitude do fato;
- c) exclui o dolo;
- d) sempre exclui dolo e culpa;

3) O prefeito e seu motorista particular (não funcionário público), em co-autoria, se apropriaram do caminhão da municipalidade, valendo-se das prerrogativas do primeiro que lhe permitiam a posse do veículo. Sobre o concurso de pessoas aqui estabelecido, é correto afirmar:

- a) as circunstâncias pessoais se comunicam quando elementares do crime.
- b) não importam as circunstâncias pessoais, mas a medida da culpabilidade;
- c) as circunstâncias de caráter especial nunca se comunicam;
- d) as circunstâncias de caráter pessoal sempre se comunicam;

4) Pedro Roxin, valendo-se de nome suposto, comparece à 3ª Delegacia Policial e relata que João da Silva cometera crime de furto, sabendo, entretanto, que sua afirmativa não correspondia à realidade, uma vez que tinha ciência de que tal delito fora praticado por Paulo Roxin, seu irmão. A autoridade policial determina a instauração de investigação policial.

- a) Pedro cometeu o delito de falsa identidade e falsa comunicação de crime.
- b) Pedro cometeu o delito de denúncia caluniosa.
- c) Pedro cometeu o delito de denúncia caluniosa e falsa identidade.
- d) Pedro cometeu o delito de falsa comunicação de crime.

5) O prefeito e seu motorista particular (não funcionário público), em co-autoria, se apropriaram do caminhão da municipalidade, valendo-se das prerrogativas do primeiro que lhe permitiam a posse do veículo. Sobre o concurso de pessoas aqui estabelecido, é correto afirmar:

- a) as circunstâncias de caráter pessoal sempre se comunicam;
- b) as circunstâncias de caráter especial nunca se comunicam;
- c) não importam as circunstâncias pessoais, mas a medida da culpabilidade;
- d) as circunstâncias pessoais se comunicam quando elementares do crime.

6) A diferença prática entre minorante (causa especial de diminuição da pena) e atenuante está em que:

- a) as minorantes estão localizadas somente na parte geral;
- b) as atenuantes, ao contrário das minorantes, permitem a redução da pena abaixo do mínimo;
- c) as minorantes estão localizadas somente na parte especial;
- d) as minorantes, ao contrário das atenuantes, permitem a redução da pena abaixo do mínimo;

7) Policiais militares que, em serviço, cometeram crime de abuso de autoridade contra civis, em concurso com crimes militares:

- a) estará prevento o órgão jurisdicional, vara especializada militar ou vara comum, que primeiro tomar conhecimento do inquérito policial ou nele praticar algum ato, pois aí há a concorrência de competência.
- b) será competente o órgão de jurisdição especializada ou o da comum a que couber apreciar e julgar o crime mais grave;
- c) porque praticados em serviço, todos os crimes são de competência da vara especializada militar;
- d) serão julgados por órgão de jurisdição especial militar (Vara da Auditoria Militar no DF) em relação aos crimes militares e por vara da justiça comum no que toca ao abuso de autoridade;

8) O erro de proibição:

- a) não escusa, porque a ninguém é lícito ignorar a lei.
- b) só escusa, quando inevitável.
- c) escusa sempre, já que o agente julgava lícito seu comportamento.
- d) escusa, mesmo que inevitável.

9) A norma inserida no artigo 1º do Código Penal 'Não há crime sem lei anterior que o defina. Não há pena sem prévia cominação legal' é chamada de:

- a) princípio do conflito temporal de leis.
- b) princípio da reserva legal e da anterioridade;
- c) princípio da retroatividade da lei mais benigna;
- d) princípio do tempo do crime;

10) O crime é de perigo abstrato quando:

- a) meramente tentado, sem ter ocorrido qualquer ofensa ao bem jurídico.
- b) desistiu-se, evitando-se o resultado.
- c) de cuja realização presume-se o perigo.
- d) houve o arrependimento eficaz.

GABARITO:

01-A 02-C 03-A 04-B 05-D

1) Somente ocorre concurso material:

- a) Entre crimes idênticos ou não;
- b) Entre crimes heterogêneos, apenas;
- c) Entre crimes idênticos, apenas;
- d) Entre crimes idênticos ou não, desde que ambos sejam dolosos.

2) A, imputável, comete duas infrações penais. A segunda, depois de definitivamente condenado pela primeira. Assinale a hipótese de não reincidência.

- a) contravenção penal + crime
- b) crime + contravenção penal
- c) contravenção penal + contravenção penal
- d) crime + crime

3) São algumas das causas interruptivas da prescrição, exceto:

- a) A impronúncia.
- b) O recebimento da denúncia ou queixa;
- c) A pronúncia;
- d) A sentença condenatória recorrível;

4) Manter pessoa escondida por longo tempo sem que familiares tenham conhecimento do local onde se encontra, caracteriza o delito de:

- a) extorsão mediante sequestro;
- b) sequestro e cárcere privado;
- c) constrangimento ilegal;
- d) sequestro.

5) Marque a alternativa correta numa das situações.

- a) No peculato, a qualidade funcional ativa imposta pelo tipo comunica-se aos demais participantes, no caso de concurso de pessoas, mas excetuando-se os particulares.
- b) A prescrição, depois da sentença condenatória com trânsito em julgado para a acusação, ou depois de improvido o seu recurso, regula-se pela pena imposta e pode ter por termo inicial data anterior ao recebimento da denúncia ou queixa.
- c) No crime contra os costumes, a mãe da vítima, pobre no sentido legal, somente tem qualidade para oferecer representação com a autorização do marido.
- d) O conceito de licitude ou ilicitude, de jurídico ou injurídico, não é conceito geral válido para todo o ordenamento jurídico.

6) Assinale a alternativa em que o perdão judicial não é previsto.

- a) Lesão corporal culposa;
- b) Homicídio culposo;
- c) Adultério;
- d) Bigamia.

7) Sobre o “sursis”, indique a alternativa correta:

- a) A execução da pena privativa de liberdade, não superior a 4 anos, poderá ser suspensa por 2 a 3 anos, desde que o condenado seja maior de 65 anos de idade.
- b) A execução da pena privativa de liberdade, não superior a 2 anos, poderá ser suspensa, por 2 a 5 anos, respeitados os requisitos legais, se o condenado for maior de 65 anos de idade.
- c) A execução da pena privativa de liberdade, não superior a 4 anos, poderá ser suspensa, por 4 a 6 anos, desde que o condenado seja maior de 70 anos de idade.
- d) A execução da pena privativa de liberdade, superior a 4 anos, poderá ser suspensa por 4 a 6 anos, desde que o condenado seja maior de 70 anos de idade.

8) Averiguando notícia anônima que apontava o 'Bar do Luiz' como local de consumo de drogas, policiais civis lograram êxito em surpreender três frequentadores fumando cigarros de maconha. Apurou-se posteriormente que o Sr. Luiz, mesmo não se dedicando ao comércio nem ao uso de entorpecentes, consentia em ceder gratuitamente suas instalações para que os fregueses fizessem uso de tais substâncias proibidas. De acordo com a Lei n.º 6368/76, o Sr. Luiz incorreu:

- a) nas mesmas penas do artigo 16, sendo sua conduta equiparada pela referida legislação ao uso de drogas;
- b) nas mesmas penas do artigo 12, sendo sua conduta equiparada pela referida legislação ao tráfico de drogas;
- c) nas sanções do artigo 12, diminuídas de 1/6 (um sexto) a 1/3 (um terço) por força do disposto no artigo 29, §1º, do Código Penal (participação de menor importância);
- d) em delito algum, sendo sua conduta atípica;

9) Se o agente lesiona levemente a vítima, sabendo de seu estado de gravidez, e esta vem a abortar em virtude da ação do réu, o agente responderá por

- a) perigo para a vida ou à saúde de outrem.
- b) lesões gravíssimas.
- c) lesões graves.
- d) lesões leves.

10) O juiz, ao condenar alguém que é reincidente, com anterior condenação em crime doloso à pena privativa,

- a) poderá suspender a pena privativa, se o réu for menor de vinte e um anos e a pena for de detenção.
- b) poderá, quando a pena aplicada for de detenção, fixar regime inicial aberto.
- c) não poderá aplicar somente pena de multa.
- d) não poderá substituir a pena privativa de liberdade por pena restritiva.

GABARITO:

01-A 02-A 03-A 04-B 05-B
06-D 07-C 08-B 09-B 10-D

1) São elementos do crime culposo, sem os quais haverá fato atípico

- a) descumprimento de dever de cuidado, previsibilidade objetiva e resultado involuntário.
- b) conduta e resultado voluntários, previsibilidade subjetiva e tipicidade.
- c) conduta voluntária, previsibilidade subjetiva e descumprimento do dever de cuidado.
- d) negligência, imperícia e imprudência, conduta involuntária e nexo causal.

2) Numa luta de boxe, um dos contendores, ao atacar o adversário, vem a falecer em virtude de forte contra-golpe empregado por este, que, por sua vez, agira estritamente dentro da regra. Em face do Direito Penal, a conduta realizada pelo pugilista sobrevivente deverá se interpretada como sendo:

- a) Homicídio qualificado pela futilidade do motivo;
- b) Legítima defesa, em razão da agressão a que se submetia;
- c) Homicídio culposo;
- d) Exercício regular do direito.

3) O crime de genocídio:

- a) é considerado crime hediondo, conforme Lei 8.072/90, e possui definição em legislação ordinária.
- b) embora considerado crime hediondo, conforme a Constituição Federal, não possui definição em lei ordinária;
- c) embora insuscetível de graça ou indulto, conforme a Constituição Federal, não possui definição em legislação ordinária;
- d) embora imprescritível, conforme a Constituição Federal, não possui definição em lei ordinária;

4) “Constitui crime de tortura: I - constringer alguém com emprego de violência ou grave ameaça, causando-lhe sofrimento físico ou mental; a) com o fim de obter informação, declaração ou confissão da vítima ou de terceira pessoa” ‘Com o fim de obter informação’ configura:

- a) qualificadora
- b) elemento subjetivo do tipo
- c) preterdolo
- d) dolo

5) A exceção da verdade é admitida relativamente aos crimes de

- a) calúnia e difamação
- b) somente difamação
- c) injúria e calúnia
- d) somente calúnia

6) Segundo a Lei de Execuções Penais, o instituto da remição é relevante para:

- a) determinar o cumprimento do regime semi-aberto.
- b) permissão de saída temporária.
- c) progressão para regime penitenciário menos rigoroso.
- d) a concessão do livramento condicional.

7) Violação de segredo profissional - Artigo 154 - "Revelar alguém, sem justa causa, segredo de que tem ciência em razão de função, ministério, ofício ou profissão..." - Médico sabe, em razão da profissão, que ama-de-leite de uma criança é portadora de moléstia contagiosa. Denunciou o fato à família da criança. Não há crime, pois o médico praticou o fato:

- a) em estado de necessidade de terceiro;
- b) em estrito cumprimento de dever legal;
- c) em legítima defesa de terceiro;
- d) não procedem nenhuma das afirmações. Cometeu o crime de violação de segredo profissional.

8) Assinale a alternativa INCORRETA. São circunstâncias que sempre atenuam a pena:

- a) ter o agente cometido o crime sob a influência de violenta emoção, provocado por ato injusto da vítima;
- b) ser o agente maior de 70 anos na data da sentença;
- c) ter o agente confessado espontaneamente, perante a autoridade, a autoria do crime;
- d) ter o agente cometido o fato sob coação irresistível;

9) Assinale a alternativa CORRETA:

Absolvido em processo-crime porque teria agido sob o pálio da legítima defesa putativa, o réu é acionado pela vítima, no juízo cível, para haver indenização pelas lesões sofridas. No seu modo de ver, o que poderá acontecer?

- a) Não cabe pedido de indenização porque o ato não foi ilícito.
- b) A decisão na área criminal afastou a indenização pleiteada.
- c) Embora ilícito o ato, a absolvição afastou a reparação pretendida.
- d) O réu poderá ser obrigado a indenizar, apesar da absolvição na área criminal.

10) Açal Tanti, criminoso conhecido na região, embriaga-se completamente com intuito de praticar um furto. O fato criminoso efetivamente ocorreu. Neste caso verifica-se:

- a) a absolvição face a inexigibilidade de conduta diversa, evidenciando-se a embriaguez por caso fortuito.
- b) a atipicidade do delito;
- c) a não exclusão da imputabilidade;
- d) exclusão da imputabilidade, posto tratar-se de embriaguez voluntária;

GABARITO:

01-A 02-D 03-A 04-B 05-A
06-D 07-A 08-D 09-D 10-C

1) A inserção de declaração falsa, em documento público ou particular, colimando a criação de obrigação, é tipificada como

- a) falsificação de documento particular.
- b) falsidade ideológica.
- c) falsificação de documento público.
- d) falsificação de papéis públicos.

2) "A" e "B", sem que um soubesse da intenção do outro, atiram em "C" e o resultado é fatal. Provou-se depois que só a bala de "A" atingiu o coração de "C". A bala de "B", atingiu a vítima quando já estava morta.

- a) "B" praticou o crime de tentativa de homicídio.
- b) "B" teve ação de menor importância, portanto a pena pode ser diminuída de um sexto a um terço;
- c) "B" praticou um crime impossível;
- d) "B" concorreu para o crime, portanto incide nas penas a este cominadas;

3) Quando existe coação física irresistível, há:

- a) exclusão da culpabilidade;
- b) exclusão da tipicidade;
- c) exclusão da ilicitude;
- d) exclusão da punibilidade.

4) Se o agente, após o abandono e conseqüente exposição do abandonado a perigo concreto, reassume o dever de assistência, ocorre

- a) arrependimento eficaz.
- b) arrependimento posterior.
- c) desistência voluntária.
- d) consumação de crime de abandono de incapaz.

5) Em relação à execução penal, aponte a afirmação errada.

- a) A Lei Federal nº 7210/84 não prevê qualquer dispositivo a respeito do concurso de faltas disciplinares, no caso da prática de duas ou mais infrações.
- b) A aplicação de sanção disciplinar ao preso independe de que o fato considerado como falta ainda esteja sendo objeto de inquérito ou ação penal.
- c) Inexiste na Lei Federal nº 7210/84 a figura da falta disciplinar continuada.
- d) Não se aplica a Lei de Execução Penal ao condenado pela Justiça Militar, mesmo que recolhido a estabelecimento sujeito à jurisdição ordinária.

6) A, imputável, inimigo de B, agride-o fisicamente, dizendo: "É assim que se bate em cachorro!". O fato configura:

- a) calúnia.
- b) difamação.
- c) injúria verbal.
- d) injúria real.

7) A, imputável, comete duas infrações penais. A segunda, depois de definitivamente condenado pela primeira. Assinale a hipótese de não reincidência.

- a) crime + crime
- b) crime + contravenção penal
- c) contravenção penal + contravenção penal
- d) contravenção penal + crime

8) João e Pedro, armados de revólver, invadem o domicílio de Manoel, danificando a porta, e, na seqüência, subtraem vários objetos, ferindo levemente Manoel. João e Pedro cometeram:

- a) roubo qualificado;
- b) roubo qualificado, dano e invasão de domicílio;
- c) furto qualificado, invasão de domicílio e dano;
- d) latrocínio, invasão de domicílio e dano;

9) Assinale a alternativa CORRETA.

O "sursis" não é permitido quando o réu:

- a) é menor de 70 anos, está condenado a um ano de reclusão e é reincidente em crime doloso, posto que já condenado a um mês de detenção por crime de ameaça;
- b) é reincidente em contravenção penal;
- c) é maior de 70 anos e está condenado agora, pela primeira vez, a quatro anos de reclusão por crime doloso;
- d) é reincidente em crime culposo;

10) A, imputável, estimula B, imputável, a praticar um crime. No momento em que B está realizando a conduta sugerida, é preso em flagrante. A hipótese caracteriza

- a) flagrante esperado
- b) flagrante preparado
- c) tentativa
- d) consumação

GABARITO:

01-B 02-C 03-B 04-D 05-D
06-D 07-D 08-A 09-A 10-B

1) Na saída do Estádio Serra Dourada, aproximadamente seis torcedores (quatro do Vila Nova e dois do Goiás), devidamente uniformizados, vieram a se envolver em uma briga após provocações, ocorridas também em jogos anteriores, entre os dois grupos de torcedores. No entrevero, um torcedor do Goiás morreu em virtude das agressões provocadas por Antônio Bola, torcedor do Vila Nova. Este, conforme posição jurisprudencial dominante, será responsabilizado por qual(is) crime(s)?

- a) homicídio e rixa qualificada pelo resultado, em concurso formal, porém com aplicação cumulativa de penas em virtude dos crimes resultarem de desígnios autônomos.
- b) homicídio e rixa, na figura simples, em concurso material;
- c) homicídio e rixa qualificada pelo resultado morte, em concurso material;
- d) homicídio;

2) Na hipótese de legítima defesa,

- a) é possível seu reconhecimento em favor de quem atua contra excesso de outra legítima defesa, praticado pelo oponente.
- b) é exigível que a pessoa que se defende tenha antes procurado evitar a situação de confronto.
- c) é necessária a consciência da injustiça da agressão por parte do agressor.
- d) a sua modalidade chamada putativa constitui excludente de ilicitude.

3) O erro de tipo:

- a) sempre exclui dolo e culpa.
- b) é erro sobre a ilicitude do fato;
- c) exclui o dolo;
- d) isenta de pena;

4) No crime de ultraje a culto e impedimento ou perturbação de ato a ele relativo (artigo 208, CP). Entende-se por objeto de culto.

- a) os objetos que representam a crença judaica-cristã, protegidos pelo legislador pátrio.
- b) os objetos que tenham sido consagrados ou que já tenham sido utilizados em algum culto.
- c) todas as imagens e símbolos que sejam associados a algum culto.
- d) todos os objetos que representem a consagração da fé.

5) Comete crime de denunciação caluniosa o advogado que, recebendo incumbência de cliente, requer providência de caráter penal em nome do mesmo, sendo certo que este imputa falsamente crime contra terceira pessoa. Tal afirmação é

- a) totalmente correta, pois que inexistente o crime anterior.
- b) correta, mas dependente de assinatura de seu cliente, reafirmando a conduta delitiva da parte adversa.
- c) totalmente incorreta, pois o advogado se limitou a orientar o cliente de acordo com os dados por ele fornecidos.
- d) incorreta, mas subordinada à representação da parte adversa.

6) Julgue os itens abaixo. I - Tanto a desistência voluntária quanto o arrependimento eficaz precisam ser voluntários, mas não necessitam ser espontâneos. II - No crime de roubo, desde que não resulte lesão corporal de natureza grave à vítima, se for reparado o dano ou restituída a coisa até o recebimento da denúncia por ato voluntário do agente a pena será reduzida de um a dois terços. III - Se a preparação do flagrante pela polícia torna impossível a consumação do crime, está-se diante do crime impossível. IV - O preterdolo é a única hipótese de responsabilidade penal objetiva acatada pela lei penal brasileira. Estão certos apenas os itens:

- a) I e III
- b) II e IV
- c) I, II e III
- d) I, III e IV.

7) Consoante sua definição, prevista no art. 67 do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 11.09.90), o crime de publicidade enganosa consiste no seguinte: "Fazer ou promover publicidade que sabe ou deveria saber ser enganosa ou abusiva". O crime de indução criminosa na propaganda, tipificado no art. 68 do mesmo diploma legal, consiste, por sua vez, em: "Fazer ou promover publicidade que sabe ou deveria saber ser capaz de induzir o consumidor a se comportar de forma prejudicial ou perigosa a sua saúde ou segurança". A análise deles permite afirmar, à luz da doutrina, que

- a) apenas o segundo dos supracitados delitos é classificado como comissivo-alternativo.
- b) nenhum desses delitos admite a tentativa; ambos se configuram exclusivamente na forma consumada.
- c) apenas e tão-somente o primeiro daqueles crimes é classificado como comissivo-alternativo.
- d) ambos são classificados como comissivo-alternativos.

8) O infanticídio, por tratar-se de crime próprio, só poderá ter como sujeito ativo:

- a) A mãe.
- b) A mãe, sob a influência do estado puerperal.
- c) A mãe ou o pai.
- d) O pai, tutor ou curador.

9) Pode ser sujeito passivo do delito de atentado violento ao pudor:

- a) somente o homem.
- b) qualquer pessoa, homem ou mulher, com qualquer idade;
- c) qualquer pessoa maior de catorze e menor de dezoito anos;
- d) somente a mulher;

10) As medidas de segurança previstas no Código Penal são:

- a) tratamento psiquiátrico e internação hospitalar.
- b) tratamento hospitalar, ambulatorial, domiciliar e penitenciário.
- c) internação hospitalar, tratamento ambulatorial e domiciliar.
- d) internação hospitalar e tratamento ambulatorial.

GABARITO:

01-D 02-A 03-C 04-B 05-C
06-A 07-D 08-B 09-B 10-D

1) No crime de homicídio o meio de que possa resultar perigo comum:

- a) é causa indiferente ao Direito Penal.
- b) é causa especial de diminuição de pena;
- c) evidencia-se circunstância agravante do crime;
- d) qualifica o crime;

2) O excesso na legítima defesa decorre:

- a) do uso inadequado de meio empregado e da falta de moderação na repulsa;
- b) de uma provocação extremamente injusta;
- c) da conduta em desacordo com o ordenamento jurídico;
- d) do uso inadequado de meio empregado ou da falta de moderação na repulsa;

3) No estudo do dolo e da culpa as figuras que mais se distanciam são

- a) a culpa inconsciente da culpa consciente.
- b) o dolo direto da culpa inconsciente.
- c) o dolo direto do dolo eventual.
- d) o dolo eventual da culpa consciente.

4) No erro de tipo essencial vencível (ou inescusável) a punibilidade subsiste a título de:

- a) dolo genérico;
- b) culpa;
- c) dolo específico;
- d) dolo eventual.

5) Nos crimes contra a Administração da Justiça existe uma disposição legal que isenta o autor da pena. Trata-se de:

- a) auxiliar motim de presos;
- b) prestar auxílio à ascendente no crime de favorecimento pessoal;
- c) exercício arbitrário das próprias razões;
- d) imputar crime a alguém que sabe ser inocente para ajudar descendente.

6) Sobre os sistemas de aplicação da pena no concurso de crimes, não é correto afirmar que:

- a) ao concurso formal impróprio, aplica-se o cúmulo material
- b) ao concurso formal próprio, aplica-se a exasperação
- c) ao concurso material, aplica-se a exasperação
- d) ao crime continuado, aplica-se a exasperação

7) O Princípio da Legalidade em Direito Penal:

- a) o ordenamento brasileiro admite a incriminação de conduta grave não tipificada.
- b) é matéria expressa da Constituição Federal e do Código Penal;
- c) é matéria apenas doutrinária e jurisprudencial;
- d) é matéria específica do Código Penal;

8) A, imputável, inicia atos de execução de um crime; antes de ocorrer o resultado, deixa de praticar os demais atos para atingir a consumação. A consumação não acontece. A hipótese configura:

- a) arrependimento eficaz
- b) desistência voluntária
- c) arrependimento posterior
- d) tentativa

9) Os crimes abaixo admitem autoria mediata, exceto:

- a) Os de mera conduta.
- b) Os de "mão própria".
- c) Os instantâneos.
- d) Os conexos.

10) Bruno, previamente ajustado com Eduardo, subtrai dinheiro de entidade paraestatal, valendo-se da facilidade que lhe proporciona o cargo que nela exerce, circunstância entretanto desconhecida de Eduardo.

Mais tarde, em local seguro, dividem o produto do crime, quando são surpreendidos pela Polícia e presos em flagrante, sendo apreendido todo o dinheiro subtraído, enfim devolvido à vítima. Entende-se que

- a) Bruno e Eduardo cometeram peculato consumado.
- b) Bruno e Eduardo cometeram furto tentado.
- c) Bruno cometeu peculato e Eduardo cometeu furto, consumados.
- d) Bruno e Eduardo cometeram furto consumado.

GABARITO:

01-D 02-D 03-B 04-B 05-B

06-C 07-B 08-B 09-B 10-C

1) DURANTE O VOO SÃO PAULO-MIAMI, DA TRANSBRASIL, NA ALTURA DO MAR DO CARIBE UM PASSAGEIRO ALCOOLIZADO, DE NACIONALIDADE AMERICANA, MATA COMISSÁRIO DE BORDO, DE NACIONALIDADE BRASILEIRA:

- a) será obrigatoriamente processado nos Estados Unidos e no Brasil;
- b) só pode ser processado no Brasil;
- c) se for absolvido nos Estados Unidos, deve ser processado no Brasil;
- d) depende, entre outras condições, de o Brasil ter negado a extradição.

2) Quanto ao "locus delicti", o Código em vigor adotou a teoria:

- a) da defesa;
- b) da universalidade;
- c) da personalidade;
- d) da territorialidade;

3) A prescrição pela pena concretizada, quando ocorreu trânsito em julgado para a acusação:

- a) é prescrição da pretensão executória.
- b) somente aproveita o tempo mediado entre o fato e o oferecimento da denúncia.
- c) não aproveita o tempo mediado entre o fato e o recebimento da denúncia.
- d) é prescrição da pretensão punitiva, podendo ter por termo inicial, data anterior ao recebimento da denúncia ou queixa.

4) O funcionário público que se apodera do que recebeu indevidamente, depois do recolhimento do tributo aos cofres públicos, pratica o crime de:

- a) peculato;
- b) concussão;
- c) excesso de exação;
- d) apropriação indébita;

5) O agente que solicita dinheiro com a desculpa fantasiosa de que irá influenciar o juiz na decisão de uma causa comete crime de

- a) exploração de prestígio.
- b) corrupção passiva.
- c) tráfico de influência.
- d) advocacia administrativa.

6) Leia as proposições de I a V, escolhendo depois, dentre as alíneas "a" a "e", a única alternativa completamente correta, partindo do seguinte fato concreto: "O médico Doutor Monte Esquecida receitou uma injeção de 10 cm³ de determinada substância, fazendo-o por descuido e evidente desatenção (estava com pressa de sair, porque iria a uma festa), pois a dosagem máxima do medicamento prescrito seria 1 cm³. A enfermeira Ivana Terrível percebeu o engano do médico, mas mesmo assim, como não gostava do paciente, injetou as 10 cm³ e o doente morreu": I - O médico e a enfermeira são co-autores do crime. II - A enfermeira é partícipe do crime do médico. III - Inexistindo vínculo subjetivo entre eles, responderão por crimes culposos. IV - O médico e a enfermeira responderão por crimes autônomos. V - Responderão ambos por crimes dolosos (o médico, a título de dolo eventual, e a enfermeira, a título de dolo direto).

- a) Apenas a proposição IV está correta.
- b) Apenas as proposições II e V estão corretas.
- c) Apenas as proposições II e III estão corretas.
- d) Apenas as proposições I e V estão corretas.

7) Estudando o nosso Código Penal verifica-se que a denominada circunstância inominada também conceituada como atenuante inominada permite a redução de pena face circunstância relevante

- a) anterior ao crime e não posterior ao crime.
- b) anterior ou posterior ao crime.
- c) posterior ao crime e não anterior ao crime.
- d) elencada no rol das atenuantes e das agravantes.

8) Assinale a alternativa correta.

- a) O arrependimento posterior, previsto no art. 16 do Código Penal, importa em redução da pena e pode ser reconhecido em crimes de qualquer natureza.
- b) A desistência voluntária, para beneficiar o agente, deve ocorrer antes do resultado típico e os arrependimentos eficaz e posterior, até o recebimento da denúncia ou da queixa.
- c) A desistência voluntária e o arrependimento eficaz, para que possam beneficiar o agente, devem ocorrer antes do resultado típico, e o arrependimento posterior, até o recebimento da denúncia ou da queixa.
- d) O arrependimento eficaz, previsto no art. 15 do Código Penal, importa em tornar atípica a conduta do agente.

9) Quando o agente, disparando arma de fogo em direção a seu desafeto, mas, errando o alvo, vem a atingir pessoa não visada, pode-se dizer que ocorreu:

- a) Erro provocado por terceiro.
- b) Erro na execução;
- c) Erro sobre objeto;
- d) Erro sobre pessoa;

10) Nos crimes contra os costumes, o casamento da vítima com terceiro opera a extinção da punibilidade do agente

- a) pela renúncia do direito de queixa ou pelo perdão aceito, somente nos crimes que procedem mediante representação do ofendido.
- b) desde que o crime tenha sido cometido sem violência real ou grave ameaça e a ofendida não requeira o prosseguimento do inquérito policial ou da ação penal no prazo de 60 dias a contar da celebração.
- c) desde que ocorra o perdão judicial expressamente previsto em lei.
- d) sem qualquer condição, bastando que seja realizada a cerimônia do casamento civil.

GABARITO:

01-D 02-D 03-D 04-A 05-A
06-A 07-B 08-B 09-B 10-B

1) É correto afirmar:

- a) no dolo eventual o agente admite, mas não aceita o risco de produzir o resultado;
- b) no dolo indireto a vontade do agente não se dirige a um ou outro resultado;
- c) na culpa consciente o agente admite e aceita o risco de produzir o resultado;
- d) no dolo direto o agente visa resultado certo e determinado.

2) No crime de violação de correspondência, é correto afirmar quanto ao sujeito ativo, sujeito passivo, objeto material, elemento subjetivo e tentativa, respectivamente:

- a) qualquer pessoa diversa do destinatário; remetente e destinatário; devassar indevidamente conteúdo de correspondência fechada; dolo; admite tentativa;
- b) qualquer pessoa; remetente e destinatário; devassar indevidamente conteúdo de correspondência fechada; dolo ou culpa; admite tentativa;

- c) qualquer pessoa diversa do destinatário; destinatário somente; devassar indevidamente conteúdo de correspondência fechada; dolo; não admite tentativa;
- d) qualquer pessoa diversa do destinatário; remetente e destinatário; devassar indevidamente conteúdo de correspondência fechada; dolo ou culpa; não admite tentativa.

3) Nos crimes de mera conduta, o legislador só descreve o comportamento do agente, não havendo resultado naturalístico. Tal assertiva é:

- a) correta, mas somente aplicável aos delitos materiais.
- b) equivocada diante da classificação dos crimes.
- c) parcialmente correta.
- d) absolutamente correta.

4) Sobre os crimes comissivos por omissão, assinale a opção correta:

- a) para caracterizar o núcleo do tipo, necessária a violação ao dever de agir;
- b) nunca exigem a ocorrência de evento naturalístico para sua caracterização;
- c) o evento naturalístico é previsto exatamente pelo núcleo do tipo incriminador;
- d) por exigirem a ocorrência de um evento naturalístico, não admitem tentativa;

5) Assinale a alternativa correta.

- a) O estrangeiro pode ser extraditado, ainda que o fato tenha sido alcançado pela prescrição, segundo a lei brasileira.
- b) Não há culpabilidade quando o agente não possui sequer a potencial consciência da ilicitude do fato típico praticado.
- c) A lei brasileira é inaplicável a estrangeiro que cometer crime fora do Brasil.
- d) Um mês de prisão sempre corresponde a 30 dias de prisão.

6) Assinale a alternativa correta:

- a) no crime de rapto consensual, mesmo se a vítima for emancipada, ainda assim estará configurada a tipicidade da ação;
- b) no crime de receptação, o agente adquire, recebe, transporta, conduz ou oculta, em proveito próprio ou alheio, coisa que sabe ser produto de crime ou contravenção, ou influi para que terceiro de boa-fé a adquira, receba ou oculte;
- c) a delação premiada se configura como circunstância atenuante introduzida pela Lei nº 8.072/90;
- d) o consentimento do ofendido pode se constituir em causa suprallegal de justificação, podendo também se apresentar como elemento essencial do tipo, anulando a própria tipicidade;

7) Imputar a alguém fato ofensivo à sua reputação configura o crime de:

- a) Falso testemunho;
- b) Difamação;
- c) Injúria;
- d) Calúnia;

8) Se o partícipe instiga outrem a praticar um crime de homicídio, mas durante a execução do ataque quis impedir que o resultado se produzisse, porém sem sucesso,

- a) beneficia-se pela participação de menor importância.
- b) é reconhecível o arrependimento posterior.
- c) é reconhecível o arrependimento eficaz.
- d) é reconhecível a desistência voluntária.

9) Em relação ao tipo penal descrito no art. 219 do CP (rapto violento ou mediante fraude), a honestidade da mulher é:

- a) elemento normativo do tipo;
- b) elemento objetivo do tipo;
- c) elemento subjetivo do tipo;
- d) elemento indicativo do tipo.

10) São elementos do fato típico:

- a) conduta dolosa ou culposa - resultado - nexo causal - tipicidade;
- b) ação do agente - nexo causal - consciência da ilicitude - tipicidade;
- c) ação do agente - nexo causal - resultado;
- d) previsão legal - conduta do agente - tipicidade;

GABARITO:

01-D 02-A 03-D 04-A 05-B
06-D 07-B 08-A 09-A 10-A

1) É correto afirmar:

- a) a difamação se consuma no momento em que a ofensa chega ao conhecimento do ofendido.
- b) a injúria se consuma no momento em que a ofensa chega ao conhecimento de uma terceira pessoa;
- c) a calúnia e a difamação se consumam no momento em que a ofensa chega ao conhecimento de uma terceira pessoa;
- d) a calúnia e a difamação se consumam no momento em que a ofensa chegou ao conhecimento do próprio ofendido;

2) Com relação aos crimes contra a Ordem Tributária, previstos na Lei no 8.137/90, assinale a alternativa correta.

- a) Admitem a tentativa.
- b) A co-autoria decorre da adesão à vontade delitativa que, in casu, dá-se apenas por ação.
- c) O arrependimento posterior e a reparação do dano elidem a ação penal e afastam a responsabilidade.
- d) A comprovação de eventual justa causa elisiva é ônus do réu.

3) Dentro do tema "concurso de crimes" quais figuras mais se aproximam em termos de sua composição?

- a) Crime continuado com vítimas diversas e concurso material heterogêneo.
- b) Concurso material com concurso formal sem desígnios autônomos.
- c) Crime continuado com concurso formal.
- d) Crime continuado com vítimas diversas e concurso material homogêneo.

4) O pagamento do tributo devido e de seus acréscimos, antes do recebimento da denúncia, nos crimes de sonegação fiscal, após a edição da Lei 9.249/95, atualmente em vigor, configura:

- a) causa especial de extinção de punibilidade
- b) arrependimento eficaz
- c) arrependimento posterior
- d) abolitio criminis

5) A pena privativa de liberdade numa sentença condenatória com trânsito em julgado para o Ministério Público e com apelação da defesa:

- a) servirá como parâmetro para o cálculo da chamada e contestada "prescrição antecipada".
- b) não poderá servir como parâmetro de cálculo para qualquer tipo de prescrição em face da ausência do trânsito em julgado.
- c) servirá como parâmetro para o cálculo da prescrição superveniente ou intercorrente.
- d) servirá como parâmetro para o cálculo da prescrição retroativa visto a impossibilidade da "reformatio in pejus".

6) Caracteriza-se o crime de apropriação indébita:

- a) o dolo é contemporâneo ao recebimento lícito da coisa apropriada.
- b) a inversão no título da posse;
- c) a apropriação da coisa apenas para uso ocasional;
- d) o fato de existir posse anterior da coisa apropriada, ainda que ilícita a posse;

7) É correto afirmar:

- a) no dolo eventual o agente admite, mas não aceita o risco de produzir o resultado;
- b) na culpa consciente o agente admite e aceita o risco de produzir o resultado;
- c) no dolo indireto a vontade do agente não se dirige a um ou outro resultado;
- d) no dolo direto o agente visa resultado certo e determinado.

8) "A pena aumenta-se de um terço, se o crime é praticado durante o repouso noturno" (CP, art.155, § 10). A hipótese configura:

- a) agravante específico.
- b) causa especial de aumento de pena.
- c) agravante.
- d) qualificadora.

9) Consoante sua definição, prevista no art. 67 do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 11.09.90), o crime de publicidade enganosa consiste no seguinte: "Fazer ou promover publicidade que sabe ou deveria saber ser enganosa ou abusiva". O crime de indução criminosa na propaganda, tipificado no art. 68 do mesmo diploma legal, consiste, por sua vez, em: "Fazer ou promover publicidade que sabe ou deveria saber ser capaz de induzir o consumidor a se comportar de forma prejudicial ou perigosa a sua saúde ou segurança". A análise deles permite afirmar, à luz da doutrina, que

- a) ambos são classificados como comissivo-alternativos.
- b) nenhum desses delitos admite a tentativa; ambos se configuram exclusivamente na forma consumada.
- c) apenas e tão-somente o primeiro daqueles crimes é classificado como comissivo-alternativo.
- d) apenas o segundo dos supracitados delitos é classificado como comissivo-alternativo.

10) Sobre os efeitos da condenação:

I. a sentença que julga o agente inimputável, nos termos do art. 26, caput do Código Penal, aplicando-lhe medida de segurança, não constitui título executivo judicial na esfera civil;

II. as glebas em que se localizarem culturas ilegais de plantas psicotrópicas serão confiscadas como decorrência automática da sentença penal condenatória de tráfico de entorpecente;

III. para a declaração de incapacidade ao exercício do pátrio poder tutela ou curatela é indispensável que se trate de condenação por crime doloso, cometido contra filho, tutelado ou curatelado, desde que, em tese, seja aplicável pena de reclusão;

IV. a inabilitação para dirigir veículo é cabível quando este foi usado como meio material de execução do crime doloso, desde que motivadamente declarada na sentença;

V. a condenação por crime de tortura acarreta a suspensão do cargo, função ou emprego público.

- a) somente III e V estão corretas;
- b) I, II e III estão corretas;
- c) II, IV e V estão corretas;
- d) I, III e IV estão corretas;

GABARITO:

01-C 02-D 03-D 04-A 05-C

06-B 07-D 08-B 09-A 10-D

1) Na dosagem da pena, o juiz analisa as qualificadoras:

- a) logo após a fixação da pena-base.
- b) na segunda fase da dosimetria, juntamente com as agravantes;
- c) na terceira fase da dosimetria, juntamente com as causas de aumento de pena;
- d) quando da fixação da pena-base;

2) O crime de desobediência, quanto ao sujeito ativo, é

- a) de participação obrigatória
- b) especial
- c) próprio
- d) comum

3) Julgue os itens a seguir. I - Ao prescrever que o erro sobre elemento constitutivo do tipo legal de crime exclui o dolo, mas permite a punição por crime culposos, se previsto em lei, o CP abrange o erro de tipo essencial, mas não o erro de tipo acidental. II - O erro sobre elemento constitutivo do tipo legal de crime exclui o dolo, enquanto o erro sobre a ilicitude do fato exclui a culpabilidade. III - O ordenamento jurídico deve ser, necessariamente, um conjunto de normas harmônicas, não se compreendendo que possa, em seu íntimo, apresentar dissonâncias. O ilícito penal não é constitutivo, mas, simplesmente, complementar; de forma que a conduta considerada lícita em qualquer campo jurídico terá também licitude na esfera penal. Isso pode ser indicado como fundamento da excludente de ilicitude do exercício regular de direito. IV - Uma diferença entre o estado de necessidade e a legítima defesa reside em que, na legítima defesa, há reação contra agressão; no estado de necessidade, existe ação em razão de um perigo e não de uma agressão; acresce-se, ainda, que, na legítima defesa, pressupõe-se uma agressão humana e, no estado de necessidade, não. Assinale a opção correta.

- a) Todos os itens estão certos.
- b) Apenas os itens I, II e IV estão certos.
- c) Apenas os itens II, III e IV estão certos.
- d) Apenas os itens I e III estão certos.

4) Sobre os sistemas de aplicação da pena no concurso de crimes, não é correto afirmar que:

- a) ao concurso formal impróprio, aplica-se o cúmulo material
- b) ao concurso formal próprio, aplica-se a exasperação
- c) ao concurso material, aplica-se a exasperação
- d) ao crime continuado, aplica-se a exasperação

5) Tendo réu menor de 21 anos praticado crime com pena máxima de 04 anos, qual o prazo necessário à prescrição da pretensão punitiva?

- a) 02 anos.
- b) 04 anos;
- c) 12 anos;
- d) 08 anos;

6) Arnóbio e Bernardo, alta hora da noite, em via pública, abordam Creso, um travesti que acabara de deixar a "boite" em que trabalha, constringendo-o, mediante ameaça, a acompanhá-los a um beco ermo nas proximidades. Ali, após subtrair-lhe alguns pertences de valor, obrigam-no a manter relações sexuais com o primeiro.

Indique corretamente o(s) delito(s) realizado(s) por Bernardo:

- a) Furto qualificado em concurso com constrangimento ilegal.
- b) Roubo qualificado em concurso com atentado violento ao pudor.
- c) Furto qualificado em concurso com estupro.
- d) Roubo qualificado em concurso com estupro.

7) J SUBTRAI IMPORTÂNCIA DE X, DESATENTO, EM ÔNIBUS COLETIVO, EM QUE TODOS SÃO PASSAGEIROS E, EM SEGUIDA, A ATEMORIZAR H E Y, DE COMPLEIÇÃO FÍSICA MAIS AVANTAJADA QUE ELE, SACA DE ARMA, DESTES SUBTRAINDO UM RELÓGIO DE H E DE Y CORDÃO DE OURO.

- a) Há furto em continuação delitiva com roubos em concurso formal.
- b) Há roubos em concurso formal e em concurso material com o furto;
- c) Há roubo continuado em concurso material com o furto;
- d) Há roubo continuado, restando absorvido o furto em relação a X;

8) A natureza jurídica da competência é:

- a) o requisito intrínseco do juízo de admissibilidade dos recursos
- b) o pressuposto processual de validade do processo
- c) o pressuposto processual de existência do processo
- d) a condição para o regular exercício da ação penal

9) A interceptação de comunicações telefônicas é admitida para prova em:

- a) instrução processual penal
- b) instrução processual penal e bancária
- c) instrução processual penal e civil
- d) instrução processual penal e inquérito policial

10) Assinale a Alternativa correta:

- a) os crimes contra a vida, a liberdade e o patrimônio do Presidente da República ficam sujeitos à lei brasileira, mesmo se cometidos em outro país;
- b) a condenação irrecorrível a uma pena privativa de liberdade, pela prática de um crime culposo, implicará a automática revogação da suspensão condicional da pena daquele que estiver gozando de seu benefício;
- c) o agente que, de qualquer modo, logo após o crime, evita ou minora suas conseqüências, será beneficiado por uma circunstância atenuante;
- d) a distinção entre a teoria modificada do dolo e a teoria limitada do dolo, é que, para esta o erro de proibição evitável implica na punição do agente por crime culposo, enquanto para aquela o agente será punido com a pena do crime doloso, podendo ser atenuada;

GABARITO:

01-D 02-D 03-A 04-C 05-B
06-B 07-B 08-B 09-D 10-D

1) João argüiu nulidade da ação penal que lhe move a Justiça Pública através de habeas corpus. Concedida a ordem,

- a) será decretada a absolvição.
- b) o processo será renovado.
- c) o processo será arquivado.
- d) será declarada extinta a punibilidade.

2) A, imputável, desejando vingar-se de várias pessoas, joga, no recinto fechado em que estavam, gás tóxico, ofendendo a saúde de algumas. A hipótese configura:

- a) crime continuado
- b) concurso formal próprio
- c) concurso material
- d) concurso formal impróprio

3) Sobre os atos executórios do crime é correto afirmar:

- a) se do erro na execução do delito o agente atinge também a pessoa que pretendia ofender, ocorre crime continuado.
- b) se do erro na execução do delito o agente atinge também a pessoa que pretendia ofender, ocorre concurso formal;
- c) o erro sobre pessoa contra a qual se pretendia praticar o crime isenta o agente de pena;
- d) o erro sobre pessoa é uma discriminante putativa;

4) A falsificação e uso de documento público, pelo mesmo agente, configura o delito de:

- a) uso de documento falso e falsificação de documento público, em concurso formal;
- b) falsificação de documento público e uso de documento falso, em concurso material;
- c) uso de documento falso;
- d) falsificação de documento público.

5) Numa luta de boxe, um dos contendores, ao atacar o adversário, vem a falecer em virtude de forte contra-golpe empregado por este, que, por sua vez, agira estritamente dentro da regra. Em face do Direito Penal, a conduta realizada pelo pugilista sobrevivente deverá se interpretada como sendo:

- a) Homicídio qualificado pela futilidade do motivo;

- b) Homicídio culposo;
- c) Legítima defesa, em razão da agressão a que se submetia;
- d) Exercício regular do direito.

6) Tony Pablito, funcionário público, ciente de que seu subordinado cometeu determinada infração no exercício do cargo, deixou, por indulgência, de responsabilizá-lo. Neste caso Tony cometeu o seguinte crime:

- a) o fato é atípico.
- b) prevaricação;
- c) condescendência criminosa;
- d) favorecimento pessoal;

7) O Direito Penal, em princípio, estuda, respectivamente:

- a) o delinquente, o crime e depois a pena.
- b) a pena, o delinquente e o crime.
- c) o crime, a pena e o delinquente.
- d) a sociedade e o crime.

8) Mario Kalis é absolvido pelo Juiz de Direito da 26ª Vara Criminal, que julgou improcedente a pretensão acusatória, que afirmava ter ele praticado o delito de estupro. Ao julgar o recurso apelatório interposto pelo Parquet, o tribunal "ad quem" declara nulo o processo a partir da citação do réu por edital. No entanto, o Ministério Público recorreu com base na prova, exclusivamente, não arguindo a nulidade declarada pelo Tribunal. Assinale a alternativa correta:

- a) todas as respostas acima estão incorretas.
- b) o Tribunal não poderia acolher nulidade não argüida no apelo.
- c) o Tribunal deveria "ex officio" acolher a nulidade.
- d) o Tribunal poderia acolher a citada nulidade, pois o reexame da decisão não estaria limitado ao apelo ministerial.

9) Por iter criminis compreende-se o conjunto de:

- a) fases pelas quais passa o delito.
- b) atos de consumação do delito.
- c) atos preparatórios antecedentes ao delito.
- d) atos de execução do delito.

10) Em relação aos fatos que podem, em tese, configurar os chamados crimes agravados pelo resultado,

- a) o agente é apenado segundo as regras do crime continuado, considerado o fato conseqüente como continuação do antecedente.
- b) por ele responde quem objetivamente lhe tenha dado causa, ainda que sem dolo ou culpa.
- c) o agente que dolosamente o produziu responde, na verdade, por crime autônomo, se existente e que corresponda a tal resultado.
- d) por ele só responde o agente que o tiver causado com dolo, direto ou eventual.

GABARITO:

01-B 02-D 03-B 04-D 05-D
06-C 07-C 08-B 09-A 10-C

1) Se o agente, após o abandono e conseqüente exposição do abandonado a perigo concreto, reassume o dever de assistência, ocorre

- a) arrependimento eficaz.
- b) desistência voluntária.
- c) arrependimento posterior.
- d) consumação de crime de abandono de incapaz.

2) Determinado empregador não repassa ou não recolhe o valor de tributo ou contribuição que antes descontara ou cobrara de seus empregados, alegando que não o fizera por falta de condições financeiras, pois, caso contrário, teria que também despedir tais empregados. Essa alegação é de

- a) estrito cumprimento de dever legal.
- b) estado de necessidade ou inexigibilidade de conduta diversa.
- c) legítima defesa.
- d) exercício regular de direito.

3) No curso de ação penal, foi instaurado incidente para apuração da responsabilidade penal do réu. Concluíram os senhores peritos que não possuía este, por ocasião do crime, inteira capacidade para entender o caráter ilícito do fato. Sob tal fundamento, pode o juiz:

- a) isentar o réu de pena;
- b) optar entre diminuir a pena e aplicar medida de segurança;
- c) diminuir a pena e impor medida de segurança;
- d) absolver o réu;

4) Com relação às nulidades em processo penal, uma das proposições seguintes não é correta. Indique-a.

- a) É formalmente inexistente a sentença sem assinatura do juiz.
- b) A falta de intimação das partes sobre a expedição de carta precatória é nulidade relativa.
- c) Há nulidade se a defesa não receber cópia do libelo, com o elenco de testemunhas, no prazo legal, bem como se ela não apresentar contrariedade ao libelo, dentro do respectivo prazo.
- d) A ilegitimidade "ad causam" passiva é insanável.

5) Sobre reincidência é correto afirmar:

- a) é uma agravante genérica e aumenta 1/3 o prazo da prescrição da pretensão punitiva.
- b) além de agravante genérica é uma causa impeditiva da prescrição;
- c) é apenas um agravante genérica, nada tendo com a prescrição;
- d) além de agravante genérica é uma causa de interrupção da prescrição;

6) Qual a afirmação correta?

- a) Nenhuma das afirmações está correta.
- b) Todo crime material é de dano ou então de perigo concreto.
- c) O crime de quadrilha ou bando é delito eventualmente plurissubjetivo.
- d) A embriaguez preordenada é uma forma de inimputabilidade, porquanto exterioriza sempre a denominada embriaguez patológica.

7) INSCREVENDO-SE O PRINCÍPIO DA CULPABILIDADE COMO FUNDAMENTO DA PENA:

- a) é correto dizer-se que o sistema penal projeta-se em perspectiva eticizante;
- b) a pena é resposta a uma concepção de prevenção geral;
- c) a perspectiva assim posta ao sistema penal é nitidamente utilitarista;
- d) todas as opções estão corretas.

8) A falsificação e uso de documento público, pelo mesmo agente, configura o delito de:

- a) uso de documento falso e falsificação de documento público, em concurso formal;
- b) uso de documento falso;
- c) falsificação de documento público e uso de documento falso, em concurso material;
- d) falsificação de documento público.

9) Tem direito a curador especial:

- a) o incapaz cujo representante legal foi nomeado pelo juiz nos trinta dias anteriores ao da citação;
- b) o réu que foi citado por edital;
- c) o réu que, embora citado com hora certa, é revel;
- d) o réu cuja citação foi feita pelo correio, porém sem indicação do prazo para a resposta;

10) Assinale a alternativa correta.

- a) Na detração penal não se computa, na pena privativa de liberdade e na medida de segurança, o tempo de prisão administrativa determinada pela autoridade judiciária.
- b) Na segunda fase da operação de dosagem da pena, após fixar a pena-base, deve o juiz levar em consideração as causas de diminuição e de aumento.
- c) No concurso formal e no crime continuado, a dosagem da multa segue o mesmo critério adotado para a pena privativa de liberdade.
- d) A condenação anterior a pena de multa não impede a concessão da suspensão condicional da pena.

GABARITO:

01-D 02-A 03-B 04-C 05-D
06-A 07-A 08-D 09-C 10-D

1) Relativamente ao tempo, as leis temporárias são:

- a) Retroativas, se beneficiar o agente;
- b) Retroativas, independentemente de prejudicar ou beneficiar o agente;
- c) Retroativas se, embora prejudicando o agente, beneficiarem a sociedade;
- d) Ultrativas.

2) Assinale a alternativa CORRETA. O "sursis" não é permitido quando o réu:

- a) é reincidente em crime culposos;
- b) é reincidente em contravenção penal;
- c) é maior de 70 anos e está condenado agora, pela primeira vez, a quatro anos de reclusão por crime doloso;
- d) é menor de 70 anos, está condenado a um ano de reclusão e é reincidente em crime doloso, posto que já condenado a um mês de detenção por crime de ameaça;

3) Confrontando o arrependimento eficaz com a desistência voluntária, no campo penal, é correto dizer que:

- a) enquanto o arrependimento eficaz se volta para evitar o resultado de uma ação delituosa já praticada, a desistência voluntária se dirige contra a continuidade do processo de execução de uma ação típica começada
- b) enquanto o arrependimento eficaz isenta o agente dos atos típicos anteriormente praticados, a desistência voluntária não produz essa isenção
- c) somente quanto aos efeitos punitivos as duas figuras se equivalem à tentativa
- d) ambos produzem uma redução de pena de um a dois terços

4) É correto dizer-se que, quando o agente produz dolosamente um incêndio, mas logo depois, para salvar do sinistro um terceiro, vem a sacrificar a vida de outra pessoa,

- a) comete o crime de homicídio.
- b) age sob a égide de estado de necessidade de terceiro.
- c) age sob a égide do exercício regular de direito.
- d) é de reconhecer-se a inexigibilidade de outra conduta.

5) Manter pessoa escondida por longo tempo sem que familiares tenham conhecimento do local onde se encontra, caracteriza o delito de:

- a) seqüestro.
- b) constrangimento ilegal;
- c) seqüestro e cárcere privado;
- d) extorsão mediante seqüestro;

6) De acordo com os postulados da teoria da imputação objetiva é correto afirmar, exceto:

- a) para a identificação do risco proibido, além do princípio do incremento do risco permitido, é indispensável que se observe o princípio da finalidade protetiva da norma;
- b) a imputação é excluída quando a conduta geradora do resultado se configurar como uma ação que diminuiu o risco existente ao invés de incrementá-lo;

c) sendo a imputação objetiva tema afeto à tipicidade, a atuação nos limites do risco permitido não é penalmente típica, estando ausente o desvalor da conduta;
d) para que ocorra a imputação objetiva da conduta típica basta que o agente provoque situação de risco juridicamente proibido, pouco importando a materialização desse risco em resultado lesivo;

7) Bentinho, personagem do romance 'Dom Casmurro', de Machado de Assis, desconfiado do adultério de Capitu, resolve oferecer uma xícara de café com veneno ao filho Ezequiel, mas recua no momento em que a criança abre a boca para tomar a bebida. O preceito da lei penal em que se enquadraria a conduta de Bentinho é

- a) desistência voluntária.
- b) tentativa de homicídio privilegiado.
- c) arrependimento eficaz.
- d) tentativa de homicídio qualificado.

8) Constitui(em) requisito(s) genérico(s) do crime:

- a) a tipicidade e antijuridicidade.
- b) consciência e vontade;
- c) a culpabilidade;
- d) as circunstâncias elementares do crime;

9) "A" e "B" recebem de "C" coisa furtada. "A" tinha conhecimento de que a coisa era furtada. Todavia, "B" não tinha conhecimento da origem da coisa. Ambos vendem os respectivos objetos que lhes foram entregues. Indicar alternativa correta:

- a) "A" responde pelo crime de receptação e "B" pelo crime de apropriação indébita tendo como sujeito ativo o dono da coisa roubada.
- b) ambos cometem o crime de receptação e de apropriação indébita.
- c) "A" responde pelo crime de receptação e "B" pelo crime de apropriação indébita tendo como sujeito passivo o ladrão.
- d) ambos cometem o crime de apropriação indébita e "A" comete também o crime de favorecimento real.

10) O advogado ou procurador judicial que defende na mesma causa, simultânea ou sucessivamente, partes contrárias:

- a) não comete crime algum, apenas viola o Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil.
- b) comete o crime de advocacia administrativa.
- c) comete o crime de tergiversação.
- d) comete o crime de patrocínio infiel.

GABARITO:

01-D 02-D 03-A 04-A 05-C
06-D 07-A 08-A 09-A 10-D

1) São crimes contra a economia popular, exceto:

- a) Transgredir tabelas oficiais de gêneros e mercadorias ou de serviços essenciais.
- b) Favorecer comprador em detrimento de outro, ressalvados os sistemas de entrega ao consumo por intermédio de distribuidores ou revendedores.
- c) Omitir dizeres sobre a nocividade de produtos nas embalagens.
- d) Sonegar mercadoria ou recusar vendê-la a quem esteja em condições de comprar a pronto pagamento.

2) Na saída do Estádio Serra Dourada, aproximadamente seis torcedores (quatro do Vila Nova e dois do Goiás), devidamente uniformizados, vieram a se envolver em uma briga após provocações, ocorridas também em jogos anteriores, entre os dois grupos de torcedores. No entrevero, um torcedor do Goiás morreu em virtude das agressões provocadas por Antônio Bola, torcedor do Vila Nova. Este, conforme posição jurisprudencial dominante, será responsabilizado por qual(is) crime(s)?

a) homicídio e rixa qualificada pelo resultado, em concurso formal, porém com aplicação cumulativa de penas em virtude dos crimes resultarem de desígnios autônomos.

- b) homicídio e rixa, na figura simples, em concurso material;
- c) homicídio e rixa qualificada pelo resultado morte, em concurso material;
- d) homicídio;

3) O condutor de veículo automotor que na direção do mesmo causa lesão corporal culposa ou homicídio culposos e deixa de prestar socorro à vítima do acidente quando possível fazê-lo sem risco pessoal, responde por lesão corporal culposa ou homicídio culposos, crimes previstos

- a) no Código de Trânsito Brasileiro, em concurso com a omissão de socorro prevista no Código Penal.
- b) no Código de Trânsito Brasileiro, em concurso com a omissão de socorro prevista no mesmo Código.
- c) no Código de Trânsito Brasileiro, ficando absorvida a omissão de socorro.
- d) no Código de Trânsito Brasileiro, com pena agravada.

4) O sujeito passivo no delito de abuso de autoridade é:

- a) comum
- b) o Estado e o cidadão titular da garantia constitucional lesada ou molestada
- c) o cidadão, titular da garantia constitucional lesada ou molestada
- d) o Estado

5) Assinale a alternativa correta:

- a) quem pratica eutanásia está isento de pena, pois o Direito Penal não pode exigir um sacrifício heróico do agente;
- b) quem, dolosamente, transmite o vírus da AIDS a outrem, pode ser responsabilizado pelo crime de lesões corporais gravíssimas;
- c) não se admite a possibilidade de verificação de um homicídio privilegiado-qualificado;
- d) a autorização judicial de interceptação telefônica pode ser obtida para provar crime de ameaça, punido com pena de detenção;

6) O crime de usurpação de função pública pode ser cometido

- a) somente por funcionário público.
- b) somente por funcionário que exerce função que não lhe compete.
- c) por qualquer pessoa.
- d) somente por particular.

7) "A", inimigo de "B", o procura e, em plena via pública lhe desfere um pontapé no rosto. Com o impacto sofrido, "B" vai ao solo e batendo com a cabeça no meio-fio, vem a falecer:

- a) O Crime cometido foi de homicídio doloso.
- b) O Crime cometido foi de homicídio culposos.
- c) O Crime cometido foi de lesões corporais seguida de morte.
- d) O Crime foi de lesões corporais e homicídio em concurso formal.

8) Quanto ao processo e julgamento dos crimes falimentares, pode-se dizer: I - a ação penal não poderá iniciar-se antes de declarada a falência no juízo cível e extinguir-se-á quando a sentença que a tiver decretado, for reformada por decisão transitada em julgado; II - o credor somente terá legitimidade para propor a ação penal por crime falimentar em caso de desídia do Curador de Massas Falidas e se a sentença de habilitação do seu crédito houver passada em julgado; III - o inquérito judicial apura a ocorrência de crime falimentar e é presidido pelo juiz civil competente para o processo de falências; IV - a ausência de fundamentação do despacho de recebimento de denúncia por crime falimentar enseja nulidade processual, salvo se já houver sentença condenatória; V - a ocorrência de crime falimentar deve ser apurada através de inquérito judicial sumário quando a falência possuir passivo inferior a duzentas vezes o salário mínimo vigente no país.

- a) I, II e V estão corretas
- b) I, III e IV estão corretas
- c) II, IV e V estão corretas
- d) I, II e III estão corretas

9) Sabendo-se portador do vírus H.I.V. positivo, Carlos manteve relações sexuais com Joana, a qual, em decorrência desse contágio, e após longo tratamento, veio a falecer.

Carlos praticou crime de:

- a) Homicídio doloso.
- b) Crime de perigo em concurso com homicídio doloso.
- c) Homicídio culposo.
- d) Lesão corporal gravíssima com resultado morte.

10) O homicídio praticado sob coação a que o agente poderia resistir implica o reconhecimento:

- a) De causa que qualifica o homicídio.
- b) De circunstância que atenua a pena do agente;
- c) De causa que privilegia o agente;
- d) De causa que isente o agente de pena;

GABARITO:

01-C 02-D 03-D 04-B 05-B

06-C 07-C 08-B 09-A 10-B

1) Quanto ao tempo de duração da execução de pena privativa de liberdade, assinale a opção correta.

- a) Quando fixadas em mais de um processo, as penas devem ser cumpridas a começar por aquelas aplicadas para o crime de menor gravidade e assim progressivamente até o de maior gravidade, não havendo previsão legal para o tempo de encerramento.
- b) Poderá ser perpétua, se assim dispuser lei complementar.
- c) Quando fixada em mais de um processo, a pena total resultará do somatório de todas as condenações, sem restrição quanto a limite mínimo ou máximo.
- d) Não poderá ser superior a trinta anos.

2) Quem pratica o crime contra a saúde pública de omissão de notificação compulsória de doença é:

- a) o médico.
- b) o policial de plantão;
- c) o atendente;
- d) o auxiliar de enfermagem;

3) Qual o recurso cabível contra decisão de 2ª Instância, não unânime, e desfavorável ao réu:

- a) Carta Testemunhável.
- b) Embargos de Nulidade.
- c) Recurso em Sentido Estrito.
- d) Recurso de Apelação.

4) Aponte a alternativa errada. Constitui exceção à teoria monista do crime, adotada pelo Código Penal:

- a) oferecer vantagem indevida a funcionário público para determiná-lo a retardar ato de ofício;
- b) prestar auxílio, para subtrair-se à ação da autoridade policial, o pai ao filho, que tenha sido autor de crime punido com reclusão;
- c) casar pessoa solteira com pessoa casada;
- d) provocar aborto na gestante com o consentimento dela;

5) Dois ladrões chegaram de carro em frente a uma residência para a prática de crime de furto. Porém, antes de descerem do veículo, foram obstados pela polícia, que os observava, e, levados para a Delegacia, lavrou-se o auto de prisão em flagrante. Em relação aos agentes, marque a alternativa correta.

- a) Desistiram voluntariamente da prática do delito.
- b) Praticaram tentativa de furto pelo concurso de duas pessoas.
- c) A intenção dos agentes constitui mero ato preparatório impunível.
- d) Iniciaram a prática de crime de furto que não se consumou por circunstâncias alheias à vontade dos agentes, face à chegada da polícia.

6) "A", acusando-se perante a autoridade de crime praticado por outrem, configura o delito de:

- a) auto-acusação falsa.
- b) denúncia caluniosa;
- c) comunicação de falso crime;
- d) calúnia;

7) Há somente uma alternativa correta em relação ao enunciado da questão. Pode-se afirmar, na seara criminal, que:

- a) todas as normas têm caráter incriminador, mesmo as consideradas permissivas.
- b) não é de sua exclusividade a definição de infrações e cominação de penas.
- c) nem todas as normas têm caráter incriminador.
- d) o Estado exerce o "jus perseguendi", que, em algumas circunstâncias, deverá se sobrepor às garantias constitucionais, por prevalência do interesse público.

8) Assinale a alternativa CORRETA:

Paulo, para defender-se de João, retira a arma que está na posse de Aldo. Haverá:

- a) legítima defesa subjetiva e legítima defesa sucessiva.
- b) estado de necessidade e exercício regular de direito.
- c) legítima defesa putativa e legítima defesa sucessiva,
- d) legítima defesa e estado de necessidade.

9) A tese de que o crime de concussão é de natureza formal

- a) dificulta a legalidade de uma eventual prisão em flagrante no ato do recebimento da propina exigida pelo agente.
- b) facilita a legalidade de uma eventual prisão em flagrante no ato do recebimento da propina exigida pelo agente.
- c) dificulta para saber qual a pena cominada para o crime.
- d) facilita o entendimento de que é possível a sua forma tentada.

10) A única hipótese abaixo que NÃO admite tentativa é:

- a) peculato;
- b) latrocínio;
- c) induzimento ao suicídio;
- d) infanticídio;

GABARITO:

01-D 02-A 03-B 04-B 05-C
06-A 07-B 08-D 09-A 10-C

1) Caio desejando manter relações sexuais com Tícia, e sabendo que ela é prostituta, propõe-lhe a prática mediante paga. Tícia lhe diz que não irá manter relações com ele, nem mesmo mediante pagamento. Caio, então, obtém a ajuda de seu amigo Mévio que, sob o pretexto de realizar uma fantasia sexual, contrata Tícia a prática de relações sexuais fantasiado, mantém relações com Tícia, paga o combinado e, finalmente, retira sua máscara revelando o estratagema. Tícia comparece à Delegacia de Polícia e narra o fato. A conduta de Caio:

- a) configura posse sexual mediante fraude
- b) configura estupro
- c) configura estelionato
- d) é atípica

2) Quanto ao "locus delicti", o Código em vigor adotou a teoria:

- a) da territorialidade;
- b) da personalidade;
- c) da universalidade;

d) da defesa;

3) Para os que defendem poder pessoa do sexo masculino ser condenada por crime cometido sob influência de estado puerperal, fenômeno próprio e peculiar a mulheres, a justificação será:

- a) Eis que homem e mulher concorrem para o fenômeno do puerpério, seria injusto considerar a agravante em relação à mulher e dela isentar o homem co-autor;
- b) porque, em sendo o estado puerperal uma circunstância pessoal de um dos agentes do crime, comunica-se obrigatoriamente ao co-autor;
- c) porque, em sendo o estado puerperal uma circunstância elementar de crime, comunica-se ao co-autor;
- d) se o co-autor for pai do neonato, e só assim, a circunstância se comunica dadas as regras que informam o crime próprio.

4) Cracátoa, jogador de futebol, em uma partida normal e em jogada normal, provoca a queda de Ed Imundo que, em virtude do ferimento, vem a falecer. Cracátoa praticou algum crime?

- a) Não, pois agiu em exercício regular de direito;
- b) Sim, lesão corporal seguida de morte;
- c) Sim, tentativa de homicídio;
- d) Não, pois agiu em estrito cumprimento do dever legal.

5) Para a consumação do crime de estupro, é exigida(o)

- a) a introdução completa do pênis na vagina da vítima.
- b) somente a introdução parcial do membro viril na vagina da ofendida.
- c) a introdução completa do pênis na vagina da ofendida, com ejaculação.
- d) rompimento do hímen.

6) Médico, funcionário público, deu atestado falso a terceiro para habilitá-lo a alguma vantagem de natureza pública. Cometeu o crime de:

- a) falsidade de atestado médico.
- b) falsidade ideológica;
- c) certidão ou atestado ideologicamente falso;
- d) falsidade de documento público;

7) "A", inimigo de "B", o procura e, em plena via pública lhe desfere um pontapé no rosto. Com o impacto sofrido, "B" vai ao solo e batendo com a cabeça no meio-fio, vem a falecer:

- a) O Crime foi de lesões corporais e homicídio em concurso formal.
- b) O Crime cometido foi de lesões corporais seguida de morte.
- c) O Crime cometido foi de homicídio culposo.
- d) O Crime cometido foi de homicídio doloso.

8) Recém-nascido, com apenas seis (6) meses de gestação e com pouca possibilidade de sobrevivência, foi expulso espontaneamente do ventre materno e, em seguida, teve sua morte abreviada, por ato violento da própria mãe. A espécie é de:

- a) Homicídio qualificado.
- b) Aborto.
- c) Infanticídio.
- d) Homicídio privilegiado.

9) Rogério, com a intenção de causar a morte de Paulo, e sabendo que este coloca ração, todas as manhãs, para um cachorro num terreno próximo a sua residência, passa na vasilha destinada à colocação do alimento do animal um veneno que acarreta a morte em algumas horas, com um simples contato do corpo. Entretanto, para surpresa de Rogério, na manhã esperada, em lugar de Paulo, comparece para alimentar o cão o filho de seu desafeto, Lucas, que acaba por tocar a vasilha e contaminar-se. Com o escopo de afastar qualquer suspeita, Rogério tranca Lucas num cômodo existente no local, impedindo-o de solicitar socorro. Em seguida, ao constatar que Lucas já havia falecido, Rogério retira-lhe o relógio do pulso, guardando-o em sua residência. Indique o(s) crime(s) perpetrado(s) por Rogério:

- a) tentativa de homicídio em relação a Paulo e homicídio culposo em relação a Lucas;
- b) latrocínio;
- c) homicídio qualificado e roubo;
- d) homicídio qualificado e furto;

10) Assinale a alternativa incorreta:

- a) prescrição penal é a perda do direito de punir do Estado, causada pelo decurso do tempo fixado em lei;
- b) prescrição penal é a perda do direito de agir do Estado, antes de transitada a sentença condenatória;
- c) perempção é a perda do direito de prosseguir na ação, por inércia ou abandono;
- d) decadência é a extinção do direito de ação do ofendido, em razão do decurso do prazo que a lei fixa para o seu exercício.

GABARITO:

01-D 02-A 03-C 04-A 05-B
06-C 07-B 08-C 09-D 10-B

1) Assinale a Alternativa correta:

- a) a distinção entre a teoria modificada do dolo e a teoria limitada do dolo, é que, para esta o erro de proibição evitável implica na punição do agente por crime culposo, enquanto para aquela o agente será punido com a pena do crime doloso, podendo ser atenuada;
- b) o agente que, de qualquer modo, logo após o crime, evita ou minora suas conseqüências, será beneficiado por uma circunstância atenuante;
- c) a condenação irrecorrível a uma pena privativa de liberdade, pela prática de um crime culposo, implicará a automática revogação da suspensão condicional da pena daquele que estiver gozando de seu benefício;
- d) os crimes contra a vida, a liberdade e o patrimônio do Presidente da República ficam sujeitos à lei brasileira, mesmo se cometidos em outro país;

2) "A" fere e mata "B", por qualquer motivo, sem a finalidade de roubar; porém, após o homicídio consumado, subtrai coisas de "B". "A" pratica:

- a) somente homicídio, pois este absorve o furto.
- b) homicídio em concurso formal com furto.
- c) homicídio em concurso material com furto.
- d) latrocínio.

3) "A", condenado irrecorrivelmente no Brasil por vadiagem (trânsito em julgado da sentença em 01.12.96 e cumprimento da pena em 02.02.97), praticou também no Brasil a contravenção de perturbação do trabalho em 22.12.99. Partindo desses dados, pode-se dizer que

- a) "A" é reincidente, devendo suportar efeitos dessa circunstância agravante
- b) "A" só seria reincidente se a condenação anterior tivesse ocorrido no estrangeiro.
- c) "A" não é reincidente porque o fato posterior não diz respeito a crime.
- d) "A" não é reincidente porque foi anteriormente condenado por contravenção.

4) O curso da prescrição interrompe-se, exceto:

- a) pelo recebimento da denúncia ou da queixa;
- b) pela decisão confirmatória da pronúncia;
- c) pela sentença condenatória recorrível;
- d) pelo acórdão confirmatório de condenação;

5) Tarcísio logra em pleito de "habeas corpus" anular a sentença por vício na fixação da pena:

- a) está anulada unicamente a parte do "decisum" que fixou a sanção, mantida a conclusão condenatória;
- b) não se concilia o "habeas corpus" com a discussão sobre critério de fixação da pena;
- c) pelo princípio da "na reformatio in pejus" indireta a nova sanção pode ser aplicada além do que se fixa na decisão anterior anulada;
- d) o princípio da "na reformatio in pejus" só condiz com anulação de sentenças condenatórias sujeitas ao crivo recursal por força de apelação (princípio da adequação recursal).

6) Assinale a alternativa correta:

- a) Em qualquer crime contra os costumes, o casamento do agente com a vítima é causa de extinção de punibilidade.
- b) No crime de estupro cometido mediante violência real, o casamento da ofendida com terceiro é causa de extinção de punibilidade, caso ela não requeira o prosseguimento do inquérito policial ou da ação penal em sessenta dias.
- c) No crime de sedução, o concubinato entre o agente e a vítima é causa de extinção de sua punibilidade.
- d) No crime de rapto mediante violência, o casamento do agente com a vítima é causa de extinção de sua punibilidade.

7) Pitágoras, dirigindo um veículo corsa, em alta velocidade e em sentido proibido colidiu com Muriel que trafegava pela avenida das Flores, com velocidade aproximada de 70 Km/h. No acidente morreu Jane e ficou gravemente ferido Gerônimo, passageiros do veículo conduzido por Pitágoras. Muriel, ciente de que não contribuíra para o acidente, deixou o local dirigindo o seu veículo que possuía condição de uso. Pitágoras fugiu para se eximir da responsabilidade. Após a fuga dos condutores dos veículos envolvidos no acidente, um taxista prestou socorro às vítimas, conduzindo-as para o hospital mais próximo. Nessa situação, segundo o Código de Trânsito (Lei nº 9.503/97);

- a) praticou Pitágoras o crime de homicídio e lesão corporal culposos, sob a forma simples, em concurso formal heterogêneo;
- b) a conduta de Muriel de se afastar do local do acidente, para fugir à responsabilidade penal ou civil que porventura lhe pudesse ser atribuída, é considerada tipo penal;
- c) a conduta de Muriel não pode ser tida como ilícita;
- d) praticou Muriel o crime de omissão de socorro;

8) Sob o aspecto da qualificação doutrinária dos crimes, não se pode afirmar:

- a) Crimes políticos relativos são aqueles que compreendem os delitos políticos mistos ou complexos.
- b) Crimes políticos puros são os de exclusiva natureza política.
- c) Os denominados crimes políticos impróprios são aqueles que ofendem simultaneamente a ordem político-social e um interesse privado.
- d) Existe o crime complexo em sentido amplo, quando um crime, em todas ou algumas hipóteses contempladas na norma incriminadora, contém em si outro delito menos grave, necessariamente.

9) Assinale a alternativa correta:

- a) a embriaguez completa exclui a imputabilidade penal.
- b) a embriaguez voluntária não exclui a imputabilidade penal.
- c) a emoção e a paixão excluem a imputabilidade penal.
- d) quando se trata de embriaguez proveniente de caso fortuito e força maior a pena é aumentada de 1/3 a 2/3.

10) Quando o agente, disparando arma de fogo em direção a seu desafeto, mas, errando o alvo, vem a atingir terceira não visada, pode-se dizer que ocorreu:

- a) erro sobre pessoa.
- b) erro na execução.
- c) erro sobre objeto.
- d) erro provocado por terceiro.

GABARITO:

01-A 02-B 03-A 04-D 05-A
06-D 07-D 08-C 09-B 10-B

1) O Código Penal, ao adotar o sistema vicariante, aboliu a aplicação sucessiva da pena e da medida de segurança, prevendo esta para os:

- a) autores de crimes, reconhecida a imputabilidade, com pena máxima abstratamente cominada superior a 10 anos;
- b) autores de crimes hediondos, reconhecida a imputabilidade, por imperativo legal;

- c) menores, diante do fato de que, sendo inimputáveis, não se lhes aplica pena;
- d) inimputáveis, após regular processo, restando absolvidos, por lhes faltar culpabilidade;

2) O lapso de 24 horas tem significativo papel no Código de Processo Penal; quando trata de prisão processual do acusado:

- a) é limite temporal para a autoridade proceder à prisão em flagrante do infrator; após cometer infração penal, é de boa técnica que o infrator se resguarde oculto para fugir ao flagrante;
- b) é limite temporal estabelecido para a soltura do acusado preso, contado a partir da prisão, nos casos em que a lei lhe permita livrar-se solto;
- c) é limite temporal estabelecido para a autoridade, pena de abuso e arbítrio, informar ao acusado preso em flagrante, por escrito, o motivo de sua prisão, nome de condutor e de testemunhas ;
- d) é limite estabelecido para a oitiva, pela autoridade policial, de acusado em liberdade (meramente detido para averiguação), sem prisão preventiva ou temporária decretadas e sem flagrante lavrado.

3) Somente ocorre concurso material:

- a) entre crimes idênticos ou não, desde que ambos sejam dolosos.
- b) entre crimes idênticos, apenas;
- c) entre crimes heterogêneos, apenas;
- d) entre crimes idênticos ou não;

4) Relativamente ao tempo, as lei temporárias são:

- a) Retroativas, se beneficiar o agente;
- b) Retroativas se, embora prejudicando o agente, beneficiarem a sociedade;
- c) Retroativas, independentemente de prejudicar ou beneficiar o agente;
- d) Ultrativas.

5) Aumenta-se a pena de um terço até a metade, se o crime de extorsão (artigo 158 do Código Penal):

- a) É cometido por duas ou mais pessoas, e com emprego de armas, necessariamente.
- b) É cometido por duas ou mais pessoas, ou com emprego de armas.
- c) É cometido por duas ou mais pessoas, e durante o repouso noturno.
- d) É cometido por duas ou mais pessoas armadas e contra menores.

6) Assinale a opção incorreta.

- a) Se o sujeito, mediante violência ou grave ameaça, pretende que a vítima realize determinado comportamento para que dela obtenha vantagem econômica devida, estará incidindo no crime de extorsão dita comum ou "in genere".
- b) O crime de extorsão indireta admite a modalidade tentada.
- c) A extorsão mediante seqüestro consuma-se com a privação da liberdade de locomoção da vítima por espaço de tempo juridicamente relevante, sendo de todo despidendo que o agente obtenha, efetivamente, a vantagem pretendida.
- d) A extorsão mediante seqüestro, simples ou qualificada, tentada ou consumada, é crime hediondo, o que impede que o seu autor seja beneficiado com a anistia, a graça, o indulto, a fiança ou a liberdade provisória.

7) Marque a alternativa incorreta. Não há crime quando o agente pratica o fato:

- a) mediante coação irresistível.
- b) no exercício regular de direito;
- c) em estrito cumprimento do dever legal;
- d) em estado de necessidade;

8) Antônio chama seu 'capanga' Marcelo e determina que mate seu desafeto Mário. Marcelo se arma com uma clava, esconde-se atrás de uma árvore, mas, no momento em que Mário passa, não tem coragem de golpeá-lo e desiste. Diante disso, Antônio

- a) não responderá por crime algum, pois Marcelo não chegou a dar início à execução do homicídio.
- b) responderá por tentativa de homicídio, em co-autoria.
- c) responderá por crime de favorecimento pessoal.

d) responderá por tentativa de homicídio, em co-autoria, com pena atenuada pela ocorrência de arrependimento posterior.

9) A PRESCRIÇÃO:

- a) subsequente é uma forma da prescrição da pretensão executória;
- b) da pretensão executória regula-se pela pena imposta, não se computando o acréscimo da continuação;
- c) da pena em abstrato regula-se pelo máximo da pena privativa de liberdade cominada ao crime, computando-se inclusive o acréscimo da continuação;
- d) interrompe-se com o aditamento de denúncia que altera a capitulação legal do fato.

10) No caso de concurso material de que forma incidirá a prescrição?

- a) Incidirá sobre a soma das penas.
- b) Incidirá apenas sobre a pena mais leve
- c) Em caso de concurso material não é possível extinguir a punibilidade pela prescrição
- d) incidirá sobre a pena de cada um, isoladamente.

GABARITO:

01-D 02-C 03-D 04-D 05-B
06-A 07-A 08-A 09-B 10-D

1) Constitui(em) requisito(s) genérico(s) do crime:

- a) as circunstâncias elementares do crime;
- b) a culpabilidade;
- c) consciência e vontade;
- d) a tipicidade e antijuridicidade.

2) Se o agente, após o abandono e conseqüente exposição do abandonado a perigo concreto, reassume o dever de assistência, ocorre

- a) arrependimento eficaz.
- b) desistência voluntária.
- c) arrependimento posterior.
- d) consumação de crime de abandono de incapaz.

3) Annon Rab e Adonibaal, este com 19 anos de idade e aquele com 22 anos de idade praticaram homicídio simples. Ao conhecer de recurso em sentido estrito, o Tribunal de Justiça reconheceu inépcia da denúncia e rejeitou-a, já haviam se passado dez anos desde o dia em que o delito se consumara. Contra o despacho de recebimento da nova denúncia Adonibaal impetrou Habeas-Corpus alegando constrangimento ilegal uma vez que haviam transcorrido mais de dez anos entre a prática do delito e o recebimento da nova denúncia. A prescrição foi reconhecida, entretanto o processo continuou contra Annon Rab, que foi condenado. Diante desse fato, assinale a alternativa correta:

- a) O Tribunal agiu corretamente pois somente o recebimento válido da denúncia é causa de interrupção da prescrição e o benefício legal assegurado a Adonibaal é de natureza incomunicável.
- b) O Tribunal violou o princípio da isonomia, ao conferir tratamento desigual aos co-réus;
- c) O Tribunal agiu incorretamente pois o recebimento da denúncia é causa interruptiva da prescrição;
- d) O Tribunal agiu incorretamente pois a prescrição da pretensão punitiva só se operaria após vinte anos;

4) Qual dos requisitos abaixo relacionados não é exigível para a concessão do chamado 'sursis' simples?

- a) não cabimento da substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direito
- b) condenação à pena privativa de liberdade não superior a dois anos
- c) reparação do dano
- d) não reincidência em crime doloso em que a condenação anterior não tenha sido à pena de multa

5) O inciso V do art. 121 do Código Penal prevê, como forma qualificada, a prática do crime de homicídio "para assegurar a execução, a ocultação, a impunidade ou vantagem de outro crime". Essa circunstância é um bom exemplo para explicar o que são crimes

- a) plurissubjetivos.
- b) preterdolosos.
- c) complexos.
- d) conexos.

6) O crime de suprimir ou reduzir tributos, ou contribuição social e qualquer acessório, mediante omissão de informação às autoridades fazendárias não admite

- a) consumação
- b) tentativa
- c) exaurimento
- d) desistência voluntária

7) A única hipótese que NÃO constitui elemento do crime culposo é:

- a) nexo de causalidade;
- b) imprevisibilidade;
- c) resultado involuntário;
- d) imperícia;

8) Para estabelecer o lugar do crime para efeitos penais, o Código Penal Brasileiro adota a teoria;

- a) da prevalência do interesse nacional;
- b) da ubiqüidade;
- c) do resultado;
- d) da ação;

9) No tocante à apelação, pode-se afirmar:

I - no caso de apelação do Ministério Público no interesse da defesa, a fuga do réu implica em deserção do recurso;

II - a apelação da sentença absolutória em crime de competência do juiz singular impedirá que o réu seja posto imediatamente em liberdade quando houver recurso da acusação e estiverem presentes, no caso, os pressupostos da prisão preventiva;

III - ocorre a reformatio in pejus indireta quando a sentença condenatória é anulada em virtude de recurso exclusivo da defesa e, na Segunda sentença, vem a ser aplicada pena mais elevada ao réu;

IV - se o recurso de apelação não é conhecido, a decisão que se estabiliza é a do juízo ou tribunal a quo; se o recurso é conhecido, ainda que improvido e mantida integralmente a decisão anterior, a decisão do juízo ou tribunal ad quem substitui a do juízo ou tribunal a quo;

V - não tem o Ministério Público legitimidade para apelar nos crimes de ação penal privada exclusiva, se a sentença foi absolutória e o querelante não recorreu.

- a) I, II e III estão corretas
- b) III, IV e V estão corretas
- c) I, II e IV estão corretas
- d) II, IV e V estão corretas

10) Excluem a imputabilidade penal:

- a) a emoção;
- b) a paixão;
- c) a embriaguez, voluntária ou culposa, pelo álcool ou substância de efeitos análogos;
- d) a embriaguez completa proveniente de caso fortuito ou força maior sendo o agente, ao tempo da ação ou da omissão, inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato.

GABARITO:

01-D 02-D 03-A 04-C 05-D
06-B 07-B 08-B 09-B 10-D

1) Quanto ao delito, são princípios informadores da extradição, EXCETO:

- a) Princípio da jurisdicionalidade.
- b) Princípio da especialidade.
- c) Princípio da identidade da norma.
- d) Princípio da legalidade.

2) O Código Penal brasileiro adota as seguintes espécies de pena:

- a) privativas de liberdade, restritivas de direito, multa e medida de segurança.
- b) reclusão, detenção e multa;
- c) privativas de liberdade, restritivas de direitos e de multa;
- d) privativas de liberdade e restritivas de direitos;

3) Paulo, maior, com a total ajuda de Pedro, menor de 18 (dezoito) anos, que jamais praticara furto anteriormente, subtraiu, durante a noite e mediante arrombamento, vários objetos na residência de Joaquim, que foram vendidos para Marcelo a preço de mercado. Qual das afirmativas é falsa:

- a) Pedro é inimputável;
- b) a menoridade de Pedro beneficiará a Paulo;
- c) o crime de invasão de domicílio é absorvido pelo crime mais grave, que é o furto qualificado;
- d) Marcelo responderá pelo crime de receptação culposa.

4) Como sabemos, na Lei dos Crimes Hediondos - Lei nº 8.072/90 - consta norma reguladora dos crimes nela inseridos quando praticados por meio de quadrilha ou bando estabelecendo, para esse delito autônomo, a pena de reclusão de três a seis anos. Essa determinação legal

- a) conflita com o dispositivo da Lei de Entorpecente - Lei nº 6.368/76 - que prevê o crime de formação de quadrilha ou bando para o tráfico, estabelecendo para esse delito autônomo pena idêntica à citada no enunciado da questão, dificultando saber qual legislação a ser aplicada.
- b) conflita com dispositivo da Lei de Entorpecente - Lei nº 6.368/76 - que prevê o crime de formação de quadrilha ou bando, para o tráfico, com pena superior à citada no enunciado da questão.
- c) está em pleno vigor, sem qualquer colidência com outra legislação especial.
- d) conflita com dispositivo da Lei da Tortura - Lei nº 9.455/97 - que trata do assunto.

5) Em sendo aplicada pena privativa de liberdade inferior a seis meses a réu primário e de bons antecedentes, o juiz

- a) pode, facultativamente, substituir a pena pela de multa, se prevista como pena alternativa cominada ao crime;
- b) só deve operar a substituição, se, além das condições constantes da letra anterior, concorrer o ofendido com sua aquiescência;
- c) só deve substituir a pena pela de multa se prevista como pena alternativa ao crime e constar de proposta pelo Ministério Público de aplicação imediata;;
- d) tem o poder - dever de substituir a pena privativa de liberdade pela de multa, ainda que não conste esta como pena alternativa ao crime descrito na parte especial do Código Penal.

6) Analise os itens abaixo, considerando o Código de Processo Penal, e assinale a alternativa correta:

- I - Para que o réu seja citado mediante precatória, basta que se encontre fora do território de jurisdição do juiz processante, seja onde for.
- II - A citação por edital pode ser feita mesmo quando o réu se encontra fora do território de jurisdição do juiz processante.
- III - Quando a citação é realizada mediante precatória, é vedado ao juiz deprecado determinar a citação do réu por mandado.

- a) Apenas os itens I e II estão corretos.
- b) Apenas o item III está correto.
- c) Apenas o item II está correto.
- d) Apenas o item I está correto.

7) Sob o aspecto da qualificação doutrinária dos crimes, não se pode afirmar:

- a) Existe o crime complexo em sentido amplo, quando um crime, em todas ou algumas hipóteses contempladas na norma incriminadora, contém em si outro delito menos grave, necessariamente.
- b) Crimes políticos puros são os de exclusiva natureza política.
- c) Os denominados crimes políticos impróprios são aqueles que ofendem simultaneamente a ordem político-social e um interesse privado.
- d) Crimes políticos relativos são aqueles que compreendem os delitos políticos mistos ou complexos.

8) O agente que pratica um crime de estupro e, em seguida, submete a vítima, mediante violência, a ato libidinoso diverso da conjunção carnal, deve responder por

- a) estupro e atentado violento ao pudor, em concurso formal.
- b) estupro e atentado violento ao pudor, em concurso material.
- c) atentado violento ao pudor em caráter continuado.
- d) estupro em caráter continuado.

9) Entende-se por dolo normativo:

- a) a presença do dolo no tipo, de acordo com a teoria finalista da ação;
- b) a consciência da ilicitude como integrante do dolo;
- c) o dolo como elemento da culpabilidade mas desvinculado da consciência da ilicitude;
- d) o dolo como pressuposto da culpabilidade;

10) Crime contra a Administração da Justiça. Advogado devidamente constituído retirou os autos em cartório e os reteve por 06 (seis) meses. Intimado para efetuar a devolução em 24 horas, fê-lo decorridos 05 (cinco) dias. Houve comunicação à OAB. Pergunta-se sobre a tipificação do crime ou de mera tentativa:

- a) a retenção dos autos deságua em comunicações administrativas, passível de multa. Não há falar em crime ou tentativa.
- b) a retenção dos autos com posterior devolução, desatendendo a prazo assinado pelo juiz, tipifica a tentativa.
- c) a retenção dos autos com posterior devolução, ainda que desatendendo a prazo assinado pelo juiz, consubstancia o arrependimento eficaz.
- d) a retenção dos autos com devolução posterior ao prazo assinado pelo juiz tipifica crime.

GABARITO:

01-A 02-C 03-B 04-B 05-D
06-C 07-C 08-B 09-B 10-D

1) Somente ocorre concurso material:

- a) entre crimes idênticos ou não, desde que ambos sejam dolosos.
- b) entre crimes heterogêneos, apenas;
- c) entre crimes idênticos, apenas;
- d) entre crimes idênticos ou não;

2) O Juiz de Direito da Comarca de Jupiri condena Mévio a pena de dois anos e três meses de reclusão, pela prática do delito de furto, na sua forma qualificada. A defesa de Mévio interpõe recurso apelatório, alegando que o processo seria nulo, por falta de nomeação de curador, tendo em vista ser o acusado menor de 21 anos. Acrescente-se que o mencionado Juiz nomeou defensor dativo ao acusado, já que o mesmo não havia constituído defensor de sua confiança. Assinale a alternativa correta:

- a) O processo não é nulo, já que foi nomeado defensor dativo.
- b) O processo é relativamente nulo, já que não foi nomeado curador.
- c) O processo é absolutamente nulo, já que não foi nomeado curador.
- d) Todas as respostas acima estão incorretas.

3) Assinalar a alternativa correta:

- a) Segundo o princípio da personalidade da pena (art. 5º, XLV/CF), a sanção penal deve ser imposta ao autor material do delito. Como possui personalidade jurídica, a pessoa moral pode receber pena.

b) A teoria da ficção de Savigny diz que a pessoa moral é independente dos indivíduos que a compõem, é um ser real que pode atuar mal, delinquir e ser punido.

c) A Lei 9.605/98, quando dispõe sobre os crimes contra o meio ambiente, adota a teoria da responsabilidade penal por empréstimo ou ricochete, porque é imprescindível a responsabilidade penal da pessoa natural, para haver responsabilidade penal da pessoa moral.

d) No Direito brasileiro vige, em regra, o princípio *societas delinquere potest*.

4) Nos chamados crimes preterdolosos, ocorre:

a) apenas a culpa "stricto sensu";

b) dolo na conduta antecedente e culpa no resultado;

c) somente o dolo eventual;

d) dolo específico;

5) O Magistrado, ao fixar a pena atribuída ao réu, deverá adotar o sistema trifásico para seu cálculo. Entende-se por este sistema que

a) a pena-base deve ser fixada considerando-se as circunstâncias judiciais, para, após, serem aplicadas as circunstâncias atenuantes e agravantes e, por fim, as causas de diminuição e de aumento de pena.

b) a pena-base deverá ser fixada em três fases distintas, não importando a ordem em que serão analisadas as circunstâncias judiciais, as causas de diminuição e de aumento de pena e as circunstâncias atenuantes e agravantes.

c) a pena-base é fixada de acordo com a dosimetria de pena estabelecida pelo juiz, sempre considerando os três tipos de pena existentes no nosso sistema penal.

d) é indispensável que o juiz analise todas as três circunstâncias de aumento ou de diminuição de pena.

6) Pode ser sujeito passivo do delito de atentado violento ao pudor:

a) somente a mulher;

b) qualquer pessoa, homem ou mulher, com qualquer idade;

c) qualquer pessoa maior de catorze e menor de dezoito anos;

d) somente o homem.

7) As medidas assecuratórias são providências de natureza processual que se destinam a evitar o prejuízo que adviria da demora na conclusão da ação penal. Quanto às medidas assecuratórias é incorreto afirmar:

a) a hipoteca legal recai sobre bens imóveis lícitos do réu visando à futura reparação do dano ex delicto, e somente pode ser promovida depois de instaurada a ação penal;

b) o seqüestro pode ser decretado de ofício, mediante representação da autoridade policial, a requerimento do ofendido ou do Ministério Público quando o ofendido for pobre e o requerer;

c) o seqüestro, o arresto e a hipoteca legal serão levantados ou cancelados se, por sentença penal irrecorrível, o réu for absolvido ou julgada extinta a punibilidade;

d) o seqüestro é medida destinada a efetuar a constrição dos bens adquiridos com os proventos da infração penal, somente decretado quando houver prova plena da proveniência ilícita dos bens;

8) A lei excepcional ou temporária é aplicada ao fato praticado durante sua vigência,

a) embora não decorrido o período de sua duração.

b) somente quando decorrido o período de sua duração.

c) somente quando cessadas as circunstâncias que a determinaram.

d) embora decorrido o período de sua duração ou cessadas as circunstâncias que a determinaram.

9) Nos crimes de ação pública condicionada o inquérito policial somente será iniciado:

a) mediante queixa-crime;

b) mediante representação do ofendido;

c) de ofício pela autoridade policial;

d) por requisição do ministério público.

10) A rixa qualificada ocorre quando, nesta hipótese abstrata contida na norma, houver morte ou lesão corporal grave. Assim, em face dos termos da lei os referidos eventos devem ocorrer:

- a) Durante a rixa.
- b) Antes e durante a rixa;
- c) Antes, depois e durante a rixa;
- d) Antes e depois da rixa;

GABARITO:

01-D 02-A 03-C 04-B 05-A

06-B 07-D 08-D 09-B 10-A

1) Assinale a alternativa correta:

- a) quando se trata de embriaguez proveniente de caso fortuito e força maior a pena é aumentada de 1/3 a 2/3.
- b) a emoção e a paixão excluem a imputabilidade penal.
- c) a embriaguez voluntária não exclui a imputabilidade penal.
- d) a embriaguez completa exclui a imputabilidade penal.

2) No cálculo da pena, a juiz deverá considerar, sucessivamente,

- a) a menoridade da acusado, a tentativa e os antecedentes do agente.
- b) a concurso formal, o fato de o crime ter sido praticado contra ascendente e a personalidade do agente.
- c) As consequências da infração, o crime continuado e a confissão espontânea.
- d) a culpabilidade do agente, a reincidência e a tentativa.

3) Aponte a alternativa correta:

- a) a prescrição é matéria de ordem pública.
- b) indulto é sinônimo de anistia;
- c) livramento condicional extingue a multa;
- d) detração equivale a remição de pena;

4) Como sabemos na hipótese de homicídio doloso praticado contra menor de 14 anos haverá um aumento de pena para o agente. Essa determinação de acréscimo está

- a) expressa na Lei 8.072/90 - Lei dos Crimes Hediondos.
- b) inserida no § 4º do art. 121 do Código Penal, o mesmo parágrafo que trata de várias hipóteses de acréscimo relacionadas com a forma culposa.
- c) expressa na Lei 8.069/90 - Estatuto da Criança e do Adolescente quando define claramente o que são atos infracionais.
- d) num dos parágrafos do art.121 do Código Penal mas não no mesmo que trata do acréscimo para a modalidade culposa.

5) É correto afirmar:

- a) o curso da prescrição interrompe-se pela decisão confirmatória da pronúncia.
- b) no caso de concurso de crimes, a extinção da punibilidade não incidirá sobre a pena de cada um isoladamente;
- c) a sentença que conceder perdão judicial será considerada para efeitos de reincidência;
- d) as penas mais leves prescrevem primeiro que as mais graves, quando aplicadas conjuntamente;

6) Delação premiada é o instituto de

- a) direito penal e processual penal, em que o delator de crimes funcionais é apenado com sensível diminuição de pena.
- b) direito penal e processual penal, em que os co-autores são beneficiados com regime de cumprimento de pena mais brando, em virtude de terem obtido prêmio de delação por bom comportamento na execução da pena.
- c) direito penal, pelo qual o réu delata todos os detalhes envolvendo crimes contra a fé pública, obtendo a atenuação da pena.
- d) direito penal, pelo qual o participante e o associado de crimes hediondos que denunciarem à autoridade bando ou quadrilha, possibilitando seu desmantelamento, terão a pena reduzida de um a dois terços.

7) João Santos saiu de casa com o carro sem freio e na estrada imprimiu velocidade excessiva, fez ultrapassagem mal feita e colidiu com outro veículo.

- a) Nenhuma das respostas acima.
- b) Não cometeu nenhum delito.
- c) Cometeu crime doloso.
- d) Cometeu crime culposo por imprudência, negligência e imperícia.

8) Na extorsão mediante seqüestro, pode ser aplicada redução de pena em razão do que doutrinariamente se denomina “delação premiada”, somente quando

- a) o crime é cometido por quadrilha ou bando e, ainda que se diga inocente e noticie que não sabe onde está o seqüestrado, o concorrente denuncia o fato à autoridade.
- b) o crime é cometido por pelo menos quatro pessoas, e uma delas delata o concorrente à autoridade.
- c) o crime é cometido por uma só pessoa e ela se entrega à autoridade e indica onde está o seqüestrado.
- d) o crime é cometido em concurso e o concorrente denuncia-o à autoridade, facilitando a libertação do seqüestrado.

9) O FAZENDEIRO H E SURPREENDIDO POR FISCAIS DA D.R.T., MANTENDO TRABALHADORES RURAIS EM TRABALHO DE SOL A SOL, COM BREVE DESCANSO, NO PERÍODO - IO MINUTOS -, PARA DIGERIR POUCA RAÇÃO, QUE DOS MESMOS COBRA, IMPEDINDO-OS DE SAIR DO LOCAL DE TRABALHO. OUVIDOS, OS EMPREGADOS CONSENTEM COM ESTA SITUAÇÃO, QUE, DIZEM, ASSUMIRAM A QUE NÃO FICASSEM DESEMPREGADOS.

- a) Por estar o ilícito previsto em Tratado, ainda que pendente da aprovação parlamentar, cabe seja reconhecido como crime.
- b) Há redução à condição análoga à de escravo;
- c) O consentimento dos ofendidos impede a caracterização de ilícito contra a liberdade;
- d) Há cárcere privado;

10) Walter, 20 anos, comete crime contra a honra do Presidente da República, sendo apenado severamente por isto. Contudo, na análise da execução da pena, o Defensor Público nota que ocorreu a prescrição da pretensão punitiva de maneira retroativa. Assim, é correto aduzir que

- a) são reduzidos de metade os prazos de prescrição quando o criminoso era, ao tempo do crime, menor de vinte e um anos, ou, na data da sentença, maior de setenta anos.
- b) por exceção, não são reduzidos os prazos prescricionais nos crimes contra o Presidente da República.
- c) a redução do prazo prescricional é afastada se Walter for emancipado civilmente à época dos fatos.
- d) são reduzidos de metade os prazos prescricionais quando o sujeito ativo é menor de vinte e um anos ou maior de setenta anos à época da prolação da sentença.

GABARITO:

01-C 02-D 03-A 04-B 05-A
06-D 07-A 08-D 09-B 10-A

1) Assinale a alternativa correta:

- a) quando se trata de embriaguez proveniente de caso fortuito e força maior a pena é aumentada de 1/3 a 2/3.
- b) a emoção e a paixão excluem a imputabilidade penal.
- c) a embriaguez voluntária não exclui a imputabilidade penal.
- d) a embriaguez completa exclui a imputabilidade penal.

2) No cálculo da pena, a juiz deverá considerar, sucessivamente,

- a) a menoridade da acusadoo, a tentativa e os antecedentes do agente.
- b) a concurso formal, o fato de o crime ter sido praticado contra ascendente e a personalidade do agente.
- c) As consequências da infração, o crime continuado e a confissão espontânea.
- d) a culpabilidade do agente, a reincidência e a tentativa.

3) Aponte a alternativa correta:

- a) a prescrição é matéria de ordem pública.
- b) indulto é sinônimo de anistia;
- c) livramento condicional extingue a multa;
- d) detração equivale a remição de pena;

4) Como sabemos na hipótese de homicídio doloso praticado contra menor de 14 anos haverá um aumento de pena para o agente. Essa determinação de acréscimo está

- a) expressa na Lei 8.072/90 - Lei dos Crimes Hediondos.
- b) inserida no § 4º do art. 121 do Código Penal, o mesmo parágrafo que trata de várias hipóteses de acréscimo relacionadas com a forma culposa.
- c) expressa na Lei 8.069/90 - Estatuto da Criança e do Adolescente quando define claramente o que são atos infracionais.
- d) num dos parágrafos do art.121 do Código Penal mas não no mesmo que trata do acréscimo para a modalidade culposa.

5) É correto afirmar:

- a) o curso da prescrição interrompe-se pela decisão confirmatória da pronúncia.
- b) no caso de concurso de crimes, a extinção da punibilidade não incidirá sobre a pena de cada um isoladamente;
- c) a sentença que conceder perdão judicial será considerada para efeitos de reincidência;
- d) as penas mais leves prescrevem primeiro que as mais graves, quando aplicadas conjuntamente;

6) Delação premiada é o instituto de

- a) direito penal e processual penal, em que o delator de crimes funcionais é apenado com sensível diminuição de pena.
- b) direito penal e processual penal, em que os co-autores são beneficiados com regime de cumprimento de pena mais brando, em virtude de terem obtido prêmio de delação por bom comportamento na execução da pena.
- c) direito penal, pelo qual o réu delata todos os detalhes envolvendo crimes contra a fé pública, obtendo a atenuação da pena.
- d) direito penal, pelo qual o participante e o associado de crimes hediondos que denunciarem à autoridade bando ou quadrilha, possibilitando seu desmantelamento, terão a pena reduzida de um a dois terços.

7) João Santos saiu de casa com o carro sem freio e na estrada imprimiu velocidade excessiva, fez ultrapassagem mal feita e colidiu com outro veículo.

- a) Nenhuma das respostas acima.
- b) Não cometeu nenhum delito.
- c) Cometeu crime doloso.
- d) Cometeu crime culposo por imprudência, negligência e imperícia.

8) Na extorsão mediante seqüestro, pode ser aplicada redução de pena em razão do que doutrinariamente se denomina “delação premiada”, somente quando

- a) o crime é cometido por quadrilha ou bando e, ainda que se diga inocente e noticie que não sabe onde está o seqüestrado, o concorrente denuncia o fato à autoridade.
- b) o crime é cometido por pelo menos quatro pessoas, e uma delas delata o concorrente à autoridade.
- c) o crime é cometido por uma só pessoa e ela se entrega à autoridade e indica onde está o seqüestrado.
- d) o crime é cometido em concurso e o concorrente denuncia-o à autoridade, facilitando a libertação do seqüestrado.

9) O FAZENDEIRO H E SURPREENDIDO POR FISCAIS DA D.R.T., MANTENDO TRABALHADORES RURAIS EM TRABALHO DE SOL A SOL, COM BREVE DESCANSO, NO PERÍODO - IO MINUTOS -, PARA DIGERIR POUCA RAÇÃO, QUE DOS MESMOS COBRA, IMPEDINDO-OS DE SAIR DO LOCAL DE TRABALHO. OUVIDOS, OS EMPREGADOS CONSENTEM COM ESTA SITUAÇÃO, QUE, DIZEM, ASSUMIRAM A QUE NÃO FICASSEM DESEMPREGADOS.

- a) Por estar o ilícito previsto em Tratado, ainda que pendente da aprovação parlamentar, cabe seja reconhecido como crime.
- b) Há redução à condição análoga à de escravo;
- c) O consentimento dos ofendidos impede a caracterização de ilícito contra a liberdade;
- d) Há cárcere privado;

10) Walter, 20 anos, comete crime contra a honra do Presidente da República, sendo apenado severamente por isto. Contudo, na análise da execução da pena, o Defensor Público nota que ocorreu a prescrição da pretensão punitiva de maneira retroativa. Assim, é correto aduzir que

- a) são reduzidos de metade os prazos de prescrição quando o criminoso era, ao tempo do crime, menor de vinte e um anos, ou, na data da sentença, maior de setenta anos.
- b) por exceção, não são reduzidos os prazos prescricionais nos crimes contra o Presidente da República.
- c) a redução do prazo prescricional é afastada se Walter for emancipado civilmente à época dos fatos.
- d) são reduzidos de metade os prazos prescricionais quando o sujeito ativo é menor de vinte e um anos ou maior de setenta anos à época da prolação da sentença.

GABARITO:

01-C 02-D 03-A 04-B 05-A
06-D 07-A 08-D 09-B 10-A

1) EMPRESÁRIO QUE DEIXA DE RECOLHER, NA ÉPOCA PRÓPRIA, CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS ARRECADADAS DE SEUS EMPREGADOS E UTILIZA O DINHEIRO NA COMPRA DE OBRAS DE ARTE, PRÁTICA:

- a) crime apenado como se fora crime contra o sistema financeiro.
- b) crime contra a ordem tributária previsto na Lei n. 8.137/90;
- c) sonegação fiscal e apropriação indébita;
- d) crime contra a previdência social e lavagem de dinheiro;

2) Assinale a alternativa correta.

I - Os crimes de adultério e bigamia são delitos plurissubjetivos, conhecidos como de conduta paralela.

II - A antijuridicidade material é um conceito pelo qual, além da contrariedade com a norma, exige a ocorrência de um resultado material.

III - O veículo alvo de alienação fiduciária, utilizado na execução de crime de tráfico de entorpecentes, não está sujeito a confisco.

IV - Computa-se, para fins de detração, o tempo de prisão decorrente de sentença condenatória recorrível.

V - Os crimes comissivos por omissão não admitem tentativa.

- a) As afirmativas I, II e V estão corretas.
- b) As afirmativas I, III e IV estão corretas.
- c) As afirmativas III e IV estão corretas.
- d) As afirmativas II e IV estão corretas.

3) No caso de concorrência de culpas entre dois agentes no *eventus delicti*, deve o Juiz, ao prolatar sua decisão,

- a) reconhecer que a culpa de um dos agentes afasta a do outro.
- b) admitir que os dois agentes são responsáveis pelo evento lesivo.
- c) declarar extinta a punibilidade de ambos os agentes.
- d) optar, na fixação da pena, pela compensação das culpas, atento ao princípio da equidade.

4) Oferecida "exceção da verdade" em processo da competência do primeiro grau de jurisdição contra pessoa que goza de foro privilegiado por prerrogativa de função:

- a) o juiz terá a sua competência prorrogada para processar e julgar a exceção da verdade.
- b) o processo deverá ser remetido imediatamente ao Tribunal para admissão, ou não, da exceção;
- c) o processo, admitida a exceção, será remetido ao Tribunal;

d) o processo continuará no juízo em que se encontra até a fase de julgamento da exceção, o qual deverá ser feito pelo Tribunal competente;

5) O arrependimento posterior nos crimes cometidos sem violência ou grave ameaça à pessoa, reparado o dano ou restituída a coisa, até o recebimento da queixa, por ato voluntário do agente permite:

- a) reconhecer causa obrigatória de diminuição de pena, que pode ser reduzida de um a dois terços;
- b) receber atenuante;
- c) conceder ao sentenciado benefício em sede de execução penal;
- d) facultativa redução de pena;

6) Em relação aos semi-imputáveis, é correto afirmar que tais indivíduos não apresentam:

- a) capacidade total de discernimento e, por isso, estarão sujeitos a uma pena reduzida e uma medida de segurança
- b) capacidade total de discernimento e, por isso, estarão sujeitos a uma pena reduzida ou uma medida de segurança
- c) culpabilidade por não apresentarem potencial conhecimento da ilicitude
- d) capacidade de se auto-determinar, por não terem maturidade

7) A conduta típica de iludir o pagamento de direito ou imposto devido pela entrada, pela saída ou pelo consumo de mercadoria configura:

- a) Contrabando.
- b) Fraude processual.
- c) Descaminho.
- d) Fraude fiscal.

8) Assinale a alternativa correta:

- a) Para a aplicação do regime aberto, observa-se exclusivamente o tempo da pena, que deverá ser aplicado independente de outras causas.
- b) Aplica-se o regime aberto, no caso de condenação do agente a pena inferior a 5 (cinco) anos.
- c) Aplica-se o regime fechado de prisão, no caso de condenação do agente a pena superior a 6 (seis) anos de reclusão.
- d) Aplica-se o regime de prisão semi-aberta, no caso de condenação do agente a 7 (sete) anos de reclusão.

9) Se o agente, em virtude de perturbação de saúde mental ou por desenvolvimento mental incompleto ou retardado, não era inteiramente capaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se, de acordo com esse entendimento, a pena pode ser reduzida de

- a) um quinto a um terço.
- b) um terço à metade.
- c) um a dois terços.
- d) um sexto a um terço.

10) Sobre aplicação da pena é incorreto afirmar:

- a) As circunstâncias atenuantes e agravantes são consideradas após a fixação da pena-base.
- b) O desconhecimento da lei é uma circunstância atenuante.
- c) Atenua a pena ser o agente maior de 70 (setenta) anos na data da sentença.
- d) Na fixação da pena de multa o juiz deve atender, principalmente, à situação econômica da vítima.

GABARITO:

01-A 02-C 03-B 04-C 05-A
06-B 07-C 08-D 09-C 10-D

1) O funcionário público Anátoles, que exerce cargo de agente administrativo, utilizou-se do serviço de pintura de seu subordinado Paulo, também funcionário público, levando-o por uma semana para a sua casa em Itaipava, onde o mesmo executou a pintura de todo o imóvel de seu superior hierárquico. Anátoles praticou:

- a) fato atípico;
- b) crime de peculato de uso;
- c) crime de peculato desvio;
- d) crime de peculato apropriação indébita;

2) Constituem elementos do fato típico culposo, exceto:

- a) resultado.
- b) previsibilidade objetiva;
- c) tipicidade;
- d) resultado voluntário;

3) A inabilitação temporária para o exercício de função pública cominada aos delitos de abuso de autoridade, previstos na Lei 4.898/65, quando aplicada de forma isolada e autônoma, tem a natureza de:

- a) pena principal
- b) pena acessória
- c) pena administrativa
- d) pena restritiva de direito

4) Quando o Juiz concede o perdão judicial significa que:

- a) não extingue a punibilidade
- b) extingue a punibilidade, mas, no entanto, será considerado para efeitos de reincidência
- c) foi extinta a ação penal, haja vista que trata-se de inexistência do fato delituoso.
- d) A sentença que conceder o perdão judicial não será considerada para efeitos de reincidência

5) Assinale a assertiva INCORRETA:

- a) No crime de homicídio doloso praticado contra uma pessoa com 8 anos de idade incide a agravante do art. 61, II, "h" do Código Penal (crime contra criança);
- b) Desobediência é crime de mera conduta, enquanto que abandono material é crime permanente;
- c) Em delitos culposos de trânsito, cuja pena fixada é inferior a seis meses, pode ser operada a substituição por uma pena de multa;
- d) A limitação de fim de semana é uma pena substitutiva;

6) J. Roque é condenado pela prática do delito de estelionato. Ocorre que durante todo o andamento do processo, não foi possível ao acusado exercer amplamente sua defesa, tendo sido inexistente sua defesa técnica. Pergunta-se: A falta da defesa do acusado constitui:

- a) Nulidade absoluta, sendo o prejuízo do acusado presumido.
- b) Mera irregularidade.
- c) Nulidade relativa, devendo o prejuízo do acusado ser demonstrado.
- d) Todas as respostas acima estão incorretas.

7) A substituição da pena privativa de liberdade por restritivas de direitos

- a) cabe nos crimes culposos se a condenação não for superior a quatro anos.
- b) não cabe para o condenado reincidente.
- c) pode ser feita apenas por multa, se a condenação for de um ano.
- d) não pode ser feita por multa, ainda que cumulada com restritiva de direitos, se superior a um ano.

8) Omitir dizeres sobre a nocividade de produtos em publicidade (Lei nº 8.078/90, art. 61) configura:

- a) consumação antecipada
- b) impossibilidade de tentativa
- c) culpa consciente
- d) crime culposo

9) A falsidade de documento, reconhecida por decisão irrecorrível, obrigará o Juiz a:

- a) requisitar á Autoridade Policial a instauração de inquérito policial.

- b) setenciar o autor da falsidade em processo apartado.
- c) desentranhar o documento e remetê-lo, com os autos do processo incidente, ao Ministério Público.
- d) condenar o autor da falsidade no mesmo processo.

10) A relação de causalidade

- a) não está regulada, em nosso sistema, pela teoria da equivalência dos antecedentes causais.
- b) é normativa no crimes omissivos impróprios ou comissivos por omissão.
- c) é dispensável nos crimes materiais.
- d) é imprescindível nos crimes formais.

GABARITO:

01-A 02-D 03-A 04-D 05-A
06-A 07-C 08-B 09-C 10-B

1) No que concerne ao erro na execução, julgue os itens subseqüentes. I Ocorre aberratio ictus com unidade simples quando o agente, por acidente ou erro no uso dos meios de execução, atinge pessoa diversa da que pretendia ofender. II Se, por acidente ou erro no uso dos meios de execução, for atingida outra pessoa, além daquela visada pelo agente, aplica-se a regra do concurso formal para o cálculo da pena. III Para a caracterização do crime e suas circunstâncias, consideram-se sempre as condições ou qualidades da pessoa atingida. Assinale a opção correta.

- a) Todos os itens estão certos.
- b) Apenas os itens II e III estão certos.
- c) Apenas os itens I e III estão certos.
- d) Apenas os itens I e II estão certos.

2) Nas agravantes pelo concurso de pessoas, pune-se mais gravemente:

- a) o coacto e o co-autor;
- b) o autor intelectual e o partícipe;
- c) o coacto e o partícipe;
- d) o autor intelectual, o autor mediato e o mercenário.

3) "A" manteve conjunção carnal com "B", menor de 14 anos de idade, com o consentimento desta, mediante fundada convicção de que "B" possuía 16 anos de idade, já que em termos físicos aparentava tal idade, sem prejuízo dela portar uma carteira de identificação de estudante, que dava conta de tal circunstância, talvez porque fora falsificada, embora não de forma visível. Nestes termos:

- a) "A" não praticou delito algum, porquanto agiu sob a hipótese de erro, que exclui o dolo.
- b) "A" não praticou delito algum contra "B", porque o consentimento da vítima afastaria o crime;
- c) "A" praticou contra "B" delito de estupro, mediante violência ficta ou presumida;
- d) "A" praticou contra "B" delito de estupro mediante violência real;

4) Assinale a alternativa CORRETA. O "sursis" não é permitido quando o réu:

- a) é menor de 70 anos, está condenado a um ano de reclusão e é reincidente em crime doloso, posto que já condenado a um mês de detenção por crime de ameaça;
- b) é maior de 70 anos e está condenado agora, pela primeira vez, a quatro anos de reclusão por crime doloso;
- c) é reincidente em contravenção penal;
- d) é reincidente em crime culposos;

5) É correto dizer-se que, quando o agente produz dolosamente um incêndio, mas logo depois, para salvar do sinistro um terceiro, vem a sacrificar a vida de outra pessoa,

- a) comete o crime de homicídio.
- b) age sob a égide do exercício regular de direito.
- c) age sob a égide de estado de necessidade de terceiro.
- d) é de reconhecer-se a inexigibilidade de outra conduta.

6) Considerando os posicionamentos sumulados pelo Supremo Tribunal Federal (STF) e pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ), ainda em vigor, assinale a opção incorreta.

- a) Há crime de latrocínio, quando o homicídio se consuma, ainda que não realize o agente a subtração dos bens da vítima.
- b) O crime de extorsão consuma-se independentemente da obtenção da vantagem indevida.
- c) No crime de roubo, a intimidação feita com arma de brinquedo autoriza o aumento da pena.
- d) Comprovado não ter havido fraude, não se configura o crime de emissão de cheque sem fundos.

7) Assinale a alternativa CORRETA:

- a) A pena de prestação pecuniária se confunde com a multa reparatória.
- b) A pena de prestação pecuniária é limitada a dois salários mínimos.
- c) Se o ofendido propuser ação civil para reparação do dano e ocorrer condenação, desta será descontada a prestação pecuniária.
- d) Recolhimento domiciliar também é pena restritiva de direitos.

8) Segundo a teoria normativa pura, são elementos da culpabilidade:

- a) imputabilidade, possibilidade de conhecimento do injusto e exigibilidade de conduta diversa;
- b) imputabilidade, elemento psicológico normativo - dolo ou culpa e exigibilidade de conduta diversa;
- c) inimputabilidade, exigibilidade de conduta diversa e possibilidade de conhecimento do injusto;
- d) inimputabilidade, possibilidade de conhecimento do injusto e elemento psicológico normativo - dolo ou culpa;

9) Assinale a alternativa CORRETA

'A', 'B', 'C' e 'D' participam de um 'racha' (corrida automobilística sem licença da autoridade) em rua de pouco movimento, presentes várias pessoas. Os veículos de 'B' e 'D' derrapam durante a disputa e se precipitam sobre a platéia improvisada, matando duas pessoas. O processo correspondente deverá indicar que:

- a) todos os participantes do 'racha' responderão pelas infrações ocorridas.
- b) 'B' responderá por uma morte e 'D' por outra.
- c) 'A' e 'C' responderão por contravenção.
- d) só 'B' e 'D' responderão pelos crimes.

10) A retratação, como causa extintiva da punibilidade, só é cabível nos delitos:

- a) de falso testemunho e falsa perícia.
- b) exclusivamente de ação penal privada;
- c) de calúnia, difamação e falso testemunho;
- d) de injúria, calúnia e difamação;

GABARITO:

01-D 02-D 03-A 04-A 05-A
06-C 07-C 08-A 09-A 10-C

1) A, imputável, desejando vingar-se de várias pessoas, joga, no recinto fechado em que estavam, gás tóxico, ofendendo a saúde de algumas. A hipótese configura:

- a) concurso formal impróprio
- b) concurso material
- c) concurso formal próprio
- d) crime continuado

2) O homicídio praticado sob coação a que o agente poderia resistir implica no reconhecimento:

- a) de causa que qualifica o homicídio.
- b) de causa que privilegia o agente.
- c) de circunstância que atenua a pena do agente.

d) de causa que isente o agente de pena.

3) Em relação ao tipo penal descrito no art. 219 do CP (rapto violento ou mediante fraude), a honestidade da mulher é:

- a) elemento indicativo do tipo.
- b) elemento subjetivo do tipo;
- c) elemento objetivo do tipo;
- d) elemento normativo do tipo;

4) Quando um particular oferece vantagem indevida a um funcionário público, para determiná-lo a praticar, omitir ou retardar ato de ofício, e este a recusa, ocorre:

- a) corrupção ativa em concurso com corrupção passiva.
- b) corrupção passiva em concurso com tentativa de corrupção ativa.
- c) corrupção ativa.
- d) corrupção ativa em concurso com tentativa de corrupção passiva.

5) Paulo, movido por um sentimento altruísta, assume a autoria de um crime de atropelamento de pedestre, cometido por sua namorada Lúcia, dando origem à abertura de inquérito policial sobre o fato. Qual o crime praticado, em tese, por Paulo?

- a) Denúncia caluniosa.
- b) Auto-acusação falsa.
- c) Comunicação falsa de crime.
- d) Favorecimento pessoal privilegiado.

6) O Princípio da Legalidade, aliado ao Princípio da Anterioridade, assegura que não há crime sem lei anterior que assim o defina. Considerando-se que o agente tenha sido condenado por sentença transitada em julgado, cujo crime a lei não mais considere como fato punível,

- a) observar-se-á aplicação do instituto do "sursis" (suspensão condicional da pena), se atendidos os seus requisitos ensejadores.
- b) Observar-se-á cessação de todos os efeitos da sentença penal condenatória, inclusive quando em fase de execução de sentença, em virtude dessa lei posterior.
- c) não se observará nenhum efeito, uma vez que a sentença com trânsito em julgado decide de forma definitiva o mérito da causa.
- d) observar-se-á redução da pena de um a dois terços, punindo-se o fato como crime tentado.

7) O consentimento do ofendido:

- a) é corolário do princípio da adequação social;
- b) extingue a culpabilidade nos delitos em que o tipo requer expressamente o não-consentimento (p. ex.: violação de domicílio - CP, art. 150);
- c) pode funcionar como causa suprallegal de exclusão da antijuridicidade quando decorrer de vontade juridicamente válida do titular de um bem disponível (p. ex.: crime de dano - CP, art. 163);
- d) é irrelevante para o nosso direito penal;

8) O rapto violento ou mediante fraude, previsto no art. 219 do CP, é crime contra os costumes. Para que haja sua consumação, faz-se necessário que

- a) a ofendida permaneça por longo lapso de tempo à mercê do agente, ainda que não afastada da sua órbita normal de vida.
- b) a mulher honesta seja arrebatada para fora de sua órbita normal de vida, de modo a recair sob o poder do agente.
- c) haja, tão-somente, a subtração da mulher honesta, nada importando que se a afaste de sua esfera de proteção legal.
- d) haja a prática efetiva de ato libidinoso com a mulher honesta, que é a finalidade última do agente.

9) Tício, após esconder no mato uma bicicleta que havia furtado, viu-se despojado dela por parte de Névio, que a subtraiu para si, com pleno conhecimento da origem do velocípede. Pode-se afirmar que o segundo ladrão

- a) não responde por nenhum delito, porque subtraiu para si coisa já furtada.
- b) cometeu crime de receptação dolosa.
- c) cometeu crime de furto, em concurso com Tício.
- d) cometeu crime de apropriação de coisa achada.

10) Pune-se o furto qualificado com Reclusão de:

- a) 04 a 12 anos.
- b) 02 a 06 anos;
- c) 02 a 08 anos;
- d) 01 a 04 anos;

GABARITO:

01-A 02-C 03-D 04-C 05-B
06-B 07-C 08-B 09-C 10-C

1) Em termos de prescrição, a sentença absolutória, da qual o Ministério Público apela, pleiteando a condenação do réu,

- a) interrompe o prazo da prescrição superveniente.
- b) não interrompe o prazo da prescrição da pretensão punitiva.
- c) interrompe o prazo da prescrição retroativa.
- d) interrompe o prazo da prescrição da pretensão punitiva.

2) NA CONCEITUAÇÃO DE ATOS DE EXECUÇÃO:

- a) nenhuma das respostas anteriores é correta.
- b) é suficiente a presença de ameaça ao bem jurídico tutelado pela lei penal;
- c) tem-se admitido, em alguns crimes, atos que não constituem, a rigor, início de realização da conduta-núcleo;
- d) o Código Penal adota o critério material;

3) OS CRIMES PÚBLICOS:

- a) são crimes próprios;
- b) sempre terão como sujeito passivo a União Federal;
- c) são infrações potencial ofensivo;
- d) não admitem tentativa, nenhum deles.

4) Tício, após esconder no mato uma bicicleta que havia furtado, viu-se despojado dela por parte de Névio, que a subtraiu para si, com pleno conhecimento da origem do velocípede. Pode-se afirmar que o segundo ladrão

- a) não responde por nenhum delito, porque subtraiu para si coisa já furtada.
- b) cometeu crime de furto, em concurso com Tício.
- c) cometeu crime de receptação dolosa.
- d) cometeu crime de apropriação de coisa achada.

5) Assinale a alternativa correta:

- a) quando se trata de embriaguez proveniente de caso fortuito e força maior a pena é aumentada de 1/3 a 2/3
- b) a emoção e a paixão excluem a imputabilidade penal
- c) a embriaguez voluntária não exclui a imputabilidade penal
- d) a embriaguez completa exclui a imputabilidade penal

6) Com relação aos crimes de corrupção ativa e passiva é correto afirmar:

- a) A corrupção passiva na modalidade solicitar, não exige a figura da corrupção ativa, pois a lei não pune quem cede ou aceita a solicitação de vantagem por parte de funcionário público.
- b) O crime de corrupção, na modalidade ativa, art. 333 do Código Penal, pune tanto quem oferece, promete vantagem indevida a funcionário público, como quem cede ante a solicitação da vantagem pelo funcionário.

- c) A existência da corrupção passiva importa, necessariamente, na existência do crime de corrupção ativa.
- d) São sempre crimes de concurso necessário ou bilateral.

7) Deformidade permanente (CP, art. 129, § 2º, IV) significa:

- a) perda anatômica;
- b) lesão corporal irreversível;
- c) dano estético;
- d) enfermidade incurável.

8) Todas as condutas abaixo não admitem tentativa, exceto:

- a) Os crimes omissivos próprios.
- b) Os crimes unissubsistentes.
- c) Os crimes plurissubsistentes.
- d) Os crimes preterdolosos.

9) A pena aplicada ao homicídio qualificado é:

- a) 05 a 12 anos;
- b) 12 a 30 anos;
- c) 10 a 20 anos;
- d) 15 a 30 anos.

10) Considera-se praticado o crime:

- a) no momento da ação ou da omissão do agente, ainda que seja outro o momento do resultado;
- b) no momento do resultado, independentemente do momento da ação ou omissão;
- c) sempre após o momento do resultado;
- d) no período intermédio entre a ação ou omissão e o resultado.

GABARITO:

01-B 02-C 03-A 04-B 05-C
06-A 07-C 08-C 09-B 10-A

1) Constitui crime de falso testemunho ou de falsa perícia, conforme redação dada pela Lei nº 10.268, de 28 de agosto de 2001,

- a) fazer afirmação falsa, ou negar ou calar a verdade como testemunha, perito, contador, tradutor ou intérprete em processo judicial, ou administrativo, inquérito policial, ou em juízo arbitral.
- b) fazer afirmação falsa, ou negar ou calar a verdade como testemunha, perito, contador, tradutor ou intérprete apenas em processo judicial e inquérito policial.
- c) fazer afirmação falsa, ou negar ou calar a verdade como testemunha, perito, contador, tradutor ou intérprete apenas em processo judicial.
- d) fazer afirmação falsa, ou negar ou calar a verdade como testemunha, perito, contador, tradutor ou intérprete apenas em administrativo e em juízo arbitral.

2) “A” exigiu de “B”, como garantia de dívida, abusando da situação, documento que poderia dar causa a procedimento criminal contra a mãe de “B”. Qual a figura típica retratada pela ação de “A”?

- a) Extorsão indireta.
- b) Extorsão simples.
- c) Abuso de poder.
- d) Extorsão cumulada com abuso de poder.

3) Arnóbio e Bernardo, alta hora da noite, em via pública, abordam Creso, um travesti que acabara de deixar a "boite" em que trabalha, constringendo-o, mediante ameaça, a acompanhá-los a um beco ermo nas proximidades. Ali, após subtrair-lhe alguns pertences de valor, obrigam-no a manter relações sexuais com o primeiro. Indique corretamente o(s) delito(s) realizado(s) por Bernardo:

- a) Roubo qualificado em concurso com estupro.

- b) Roubo qualificado em concurso com atentado violento ao pudor.
- c) Furto qualificado em concurso com estupro.
- d) Furto qualificado em concurso com constrangimento ilegal.

4) Uma das alternativas abaixo está incorreta. Assinale-a.

- a) Nos crimes falimentares, a prescrição da pretensão punitiva é de dois anos.
- b) No crime de tráfico ilícito de entorpecentes, estando comprovado que o réu praticou o delito e é semi-imputável, cumpre ao juiz absolvê-lo e aplicar-lhe medida de segurança.
- c) Constitui forma típica qualificada de porte ilegal de arma de fogo o fato de o agente possuir condenação anterior por crime contra a pessoa, contra o patrimônio e por tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins.
- d) Nos crimes de sonegação fiscal, o pagamento do tributo posteriormente à denúncia não extingue a punibilidade do agente.

5) Pratica o crime de explosão o agente que expõe a perigo a vida, a integridade física ou o patrimônio de outrem,

- a) mediante explosão, arremesso ou simples colocação de engenho de dinamite ou de substância de efeitos análogos.
- b) apenas mediante arremesso ou simples colocação de engenho de dinamite ou de substância de efeitos análogos.
- c) apenas mediante explosão.
- d) apenas mediante arremesso ou simples colocação de engenho de dinamite ou de substância sem efeitos análogos.

6) Em regra, não se admite a tentativa nos crimes:

- a) preterdolosos, complexos, permanentes;
- b) culposos, permanentes, preterdolosos;
- c) culposos, preterdolosos, habituais;
- d) culposos, permanentes, habituais;

7) Se, por meio de imprensa, for cometido crime contra a honra de juiz de direito em razão de sua função, a exceção da verdade será admitida:

- a) na calúnia, na difamação e na injúria.
- b) na calúnia e na difamação.
- c) na difamação e na injúria.
- d) na injúria e na calúnia.

8) Em relação aos crimes fiscais é incorreto afirmar:

- a) nenhuma das respostas anteriores.
- b) em hipótese alguma se pode presumir a fraude fiscal;
- c) a emissão de notas fiscais frias comprovadas documentalmente constitui o crime de falsidade ideológica, contudo torna-se incabível a impetração de "habeas corpus" visando trancar o inquérito policial que se destina a apurar a existência do delito;
- d) a infração fiscal independe da boa fé do contribuinte;

9) "Caio ofendeu a integridade física de "A", resultando a perda de um dos testículos". Responde por lesão corporal:

- a) culposa - (129 § 6º resultado não se coaduna com dolo. Houve culpa).
- b) de natureza grave (129 § 1º III - debilidade permanente de membro, sentido ou função);
- c) de natureza gravíssima (129 § 2º III - perda ou inutilização de membro, sentido ou função);
- d) simples (artigo 129);

10) O Código Penal prevê em seu artigo 14, parágrafo único, que a tentativa deve ser punida com a pena correspondente ao crime consumado, diminuída de um a dois terços. O critério para tal diminuição de pena é aferido

- a) pelo percurso entre o início de execução do crime e sua consumação.

- b) pela personalidade e conduta social do réu.
- c) pela intensidade do dolo.
- d) pela gravidade do delito.

GABARITO:

01-A 02-A 03-B 04-B 05-A

06-C 07-B 08-A 09-B 10-A

1) Na hipótese de legítima defesa,

- a) é possível seu reconhecimento em favor de quem atua contra excesso de outra legítima defesa, praticado pelo oponente.
- b) é necessária a consciência da injustiça da agressão por parte do agressor.
- c) é exigível que a pessoa que se defende tenha antes procurado evitar a situação de confronto.
- d) a sua modalidade chamada putativa constitui excludente de ilicitude.

2) No dia 29.09.1983, no interior de um bar, Luciano, já penalmente responsável, por contar, comprovadamente, 20 anos de idade, agrediu Flávio, namorado de sua irmã, causando-lhe lesões corporais que o impediram de trabalhar por cinquenta dias. Luciano é denunciado e a denúncia recebida em 30.06.1987. Vem a ser condenado em 19.01.1989, a pena de 1 ano e dez meses, sem que as partes tenham recorrido. Na hipótese, pode-se dizer que ocorreu a seguinte prescrição da pretensão:

- a) executória
- b) punitiva retroativa
- c) punitiva abstrata
- d) punitiva intercorrente

3) No caso de concurso material de que forma incidirá a prescrição?

- a) Incidirá sobre a soma das penas.
- b) Em caso de concurso material não é possível extinguir a punibilidade pela prescrição
- c) Incidirá apenas sobre a pena mais leve
- d) incidirá sobre a pena de cada um, isoladamente.

4) Reinaldo, ao jogar futebol profissional, pratica violência esportiva contra um dos jogadores do time adversário. É correto afirmar que

- a) Reinaldo agiu em legítima defesa, o que constitui causa de exclusão da antijuridicidade e de culpabilidade.
- b) Reinaldo cometeu crime de lesões corporais culposas, previsto no artigo 129, parágrafo 6º do Código Penal.
- c) somente haverá crime a ser punido quando houver excesso do sujeito ativo, agindo Reinaldo com a intenção deliberada de desobedecer às normas esportivas, gerando resultados lesivos.
- d) caberá à Federação de Futebol definir, em processo próprio, se a agressão constitui crime a ser punido na esfera administrativa.

5) Pedro Pavão, absolutamente consciente, emitiu cheque sem suficiente provisão de fundos em poder do sacado. Recebida a denúncia e praticamente encerrada a instrução, o advogado de Pedro Pavão carregou para os autos a prova de que o pagamento correspondente ao cheque que motivara a ação penal havia sido efetuado, com todos os acréscimos legais. O Juiz, na oportunidade da sentença considerará esse fato como causa:

- a) De isenção de pena.
- b) De conversão da pena privativa de liberdade em penas de multa.
- c) De extinção de punibilidade.
- d) As alternativas 'A', 'B' e 'C' estão erradas. Sabidamente, o Supremo Tribunal Federal proclamou através de súmula que o pagamento de cheque emitido sem provisão de fundos, após o recebimento da denúncia, não obsta o prosseguimento da ação penal.

6) Um jovem da Capital foi ao interior, onde conheceu uma moça com 15 anos de idade, e que sempre viveu na zona rural em uma fazenda sem ter tido qualquer namorado. O rapaz, três dias após tê-la conhecido, propôs-lhe mancebia e uma vida faustosa na Capital, caso ela cedesse, mantendo com ele conjunção carnal. A menina cedeu fugindo com o jovem para São Paulo. Uma semana após, o rapaz mandou a jovem de volta para a casa dos pais. Pergunta-se, será o jovem responsabilizado por:

- a) somente rapto consensual.
- b) posse sexual mediante fraude e rapto consensual.
- c) corrupção de menores e rapto consensual;
- d) sedução e rapto consensual.

7) Assinale a alternativa incorreta:

- a) a ausência de potencial consciência da ilicitude dá lugar ao erro de proibição;
- b) a autoria mediata é hipótese de inexigibilidade de conduta diversa;
- c) a lei penal brasileira adotou a teoria limitada da culpabilidade;
- d) a obediência hierárquica constitui hipótese de inculpação, por ausência de potencial consciência do injusto;

8) A coação moral irresistível e a obediência hierárquica são admitidas como:

- a) causas excludentes da culpabilidade.
- b) causas dirimentes da imputabilidade;
- c) causas dirimentes da punibilidade;
- d) causas excludentes da ilicitude;

9) O Princípio da Legalidade é também denominado de:

- a) Reserva Legal.
- b) Common Law.
- c) Analogia Legal.
- d) Liberdade Legal.

10) Assinale o enunciado correto:

- a) o erro accidental exclui o dolo e a culpa em sentido estrito;
- b) o erro sobre elemento constitutivo do tipo legal de crime exclui o dolo e impede a punição por crime culposos;
- c) o erro evitável exclui sempre a punição a título de culpa em sentido estrito;
- d) tratando-se de erro essencial, os seus efeitos variam de acordo com sua natureza; o erro essencial invencível exclui o dolo e a culpa, o erro essencial vencível exclui o dolo mas não a culpa.

GABARITO:

01-A 02-B 03-D 04-C 05-D
06-D 07-D 08-A 09-A 10-D

1) O particular que, agindo em concurso com funcionário público e em razão da função por este exercida, exige, para outrem, vantagem indevida comete o crime de

- a) corrupção ativa.
- b) tráfico de influência.
- c) advocacia administrativa.
- d) concussão.

2) Conforme a Constituição da República, o julgamento dos crimes de responsabilidade cometidos por membros dos Tribunais Superiores é da competência do Supremo Tribunal Federal. São crimes de responsabilidade dos ministros do Superior Tribunal de Justiça, exceto:

- a) não há lei definindo crimes de responsabilidade dos ministros do STJ.
- b) exercer atividade político-partidária;
- c) recusar-se à prática de ato que lhe incumba;
- d) alterar, por qualquer forma, exceto por via de recurso, a decisão ou o voto já proferido em sessão do tribunal;

3) A não paga a multa a que fora condenado, apesar de solvente. A consequência é:

- a) majoração de 1/3 do valor
- b) conversão em reclusão
- c) conversão em detenção
- d) promoção de ação executória

4) Marque a alternativa correta numa das situações.

- a) O conceito de licitude ou ilicitude, de jurídico ou injurídico, não é conceito geral válido para todo o ordenamento jurídico.
- b) No crime contra os costumes, a mãe da vítima, pobre no sentido legal, somente tem qualidade para oferecer representação com a autorização do marido.
- c) A prescrição, depois da sentença condenatória com trânsito em julgado para a acusação, ou depois de improvido o seu recurso, regula-se pela pena imposta e pode ter por termo inicial data anterior ao recebimento da denúncia ou queixa.
- d) No peculato, a qualidade funcional ativa imposta pelo tipo comunica-se aos demais participantes, no caso de concurso de pessoas, mas excetuando-se os particulares.

5) Na condescendência criminosa:

- a) A tentativa é inadmissível.
- b) A tentativa é admissível.
- c) O resultado é qualificado.
- d) A consumação é antecipada.

6) Sabendo-se portador do vírus H.I.V. positivo, Carlos manteve relações sexuais com Joana, a qual, em decorrência desse contágio, e após longo tratamento, veio a falecer. Carlos praticou crime de:

- a) Homicídio doloso.
- b) Crime de perigo em concurso com homicídio doloso.
- c) Homicídio culposo.
- d) Lesão corporal gravíssima com resultado morte.

7) O inimputável por doença mental que pratica um fato penalmente típico

- a) incide em evidente causa extrapenal de extinção da punibilidade.
- b) sempre receberá uma Medida de Segurança independente da sua periculosidade.
- c) sempre receberá uma Medida de Segurança face sua evidente periculosidade.
- d) nem sempre receberá uma Medida de Segurança.

8) Assinale a alternativa correta.

- a) O estrangeiro pode ser extraditado, ainda que o fato tenha sido alcançado pela prescrição, segundo a lei brasileira.
- b) Não há culpabilidade quando o agente não possui sequer a potencial consciência da ilicitude do fato típico praticado.
- c) A lei brasileira é inaplicável a estrangeiro que cometer crime fora do Brasil.
- d) Um mês de prisão sempre corresponde a 30 dias de prisão.

9) Responde pelo resultado lesivo final o agente

- a) produtor da concausa superveniente relativamente independente, mesmo que sem culpa ou dolo.
- b) cuja conduta típica e antijurídica, para produzi-lo, se conjuga a uma concausa preexistente da qual tinha ciência e cujos efeitos aceitou.
- c) cuja conduta típica e antijurídica, para produzi-lo, se conjuga a uma concausa superveniente relativamente independente.
- d) sempre que sua conduta típica o produziu.

10) Osvaldo anuncia no jornal da cidade que deseja vender sua motocicleta pelo preço de R\$ 12.500,00 (doze mil e quinhentos reais). Mévio, após ler o anúncio e com o propósito prévio de lesar o patrimônio de Osvaldo, se apresenta como comprador da mesma e conversa sobre o valor, as condições de pagamento, o estado de conservação da motocicleta e etc. Mévio oferece a Osvaldo o valor de R\$ 12.000,00 (doze mil reais) a vista o que é aceito pelo mesmo, de imediato, porém Mévio solicita para que, ambos, possam dar uma volta na praça

com a motocicleta para 'sentir a máquina', o que é feito. Após Osvaldo levar Mévio na garupa da referida motocicleta e haver grande interesse na aquisição da mesma, Mévio solicita a Osvaldo que segure sua bolsa para que ele possa dar, sozinho, uma volta na praça e 'sentir mais uma vez a potência do motor'. Osvaldo, segurando a bolsa de Mévio, lhe entrega a chave e Mévio sai devagar com a motocicleta e do outro lado da praça dá adeus a Osvaldo e vai embora com a mesma, momento em que Osvaldo constata que a bolsa de Mévio estava cheia de papel e de pedras. Diante dos fatos, podemos afirmar que Mévio cometeu o crime de:

- a) receptação
- b) apropriação indébita
- c) estelionato
- d) furto qualificado mediante fraude

GABARITO:

01-D 02-A 03-C 04-C 05-A
06-A 07-D 08-B 09-B 10-C

1) O pagamento do tributo devido e de seus acréscimos, antes do recebimento da denúncia, nos crimes de sonegação fiscal, após a edição da Lei 9.249/95, atualmente em vigor, configura:

- a) causa especial de extinção de punibilidade
- b) arrependimento eficaz
- c) arrependimento posterior
- d) abolitio criminis

2) Assinale a alternativa incorreta:

- a) decadência é a extinção do direito de ação do ofendido, em razão do decurso do prazo que a lei fixa para o seu exercício.
- b) prescrição penal é a perda do direito de agir do Estado, antes de transitada a sentença condenatória;
- c) perempção é a perda do direito de prosseguir na ação, por inércia ou abandono;
- d) prescrição penal é a perda do direito de punir do Estado, causada pelo decurso do tempo fixado em lei;

3) "A" (comerciário) concorre com "B"(funcionário público) para o crime de Peculato (CP, art. 312). Peculato é crime próprio "A" responde por:

- a) peculato;
- b) crime diverso de "B";
- c) peculato culposo;
- d) crime de particular contra a Administração Pública.

4) Só há que se falar em extinção de culpabilidade quando ocorre:

- a) Coação moral irresistível.
- b) Erro na execução.
- c) Resultado diverso do pretendido.
- d) Erro sobre pessoa.

5) Walter, 20 anos, comete crime contra a honra do Presidente da República, sendo apenado severamente por isto. Contudo, na análise da execução da pena, o Defensor Público nota que ocorreu a prescrição da pretensão punitiva de maneira retroativa. Assim, é correto aduzir que

- a) são reduzidos de metade os prazos de prescrição quando o criminoso era, ao tempo do crime, menor de vinte e um anos, ou, na data da sentença, maior de setenta anos.
- b) a redução do prazo prescricional é afastada se Walter for emancipado civilmente à época dos fatos.
- c) por exceção, não são reduzidos os prazos prescricionais nos crimes contra o Presidente da República.
- d) são reduzidos de metade os prazos prescricionais quando o sujeito ativo é menor de vinte e um anos ou maior de setenta anos à época da prolação da sentença.

6) Por força do princípio da saisine, acolhido pelo nosso Código Civil:

- a) desde a abertura da sucessão, o domínio e a posse da herança transmitem-se aos herdeiros;

- b) o domínio e a posse da herança transmitem-se aos herdeiros capazes e legatários, desde a abertura da sucessão;
- c) a posse da herança transmite-se aos herdeiros e legatários, desde a abertura da sucessão;
- d) o domínio e a posse da herança transmitem-se somente após o registro do formal de partilha no Registro de Imóveis;

7) Pedro forneceu a seus amigos Gilberto e Mário o horário de abertura do cofre do banco em que trabalhava, para possibilitar-lhes a subtração dos valores nele guardados. Depondo como testemunha no inquérito policial instaurado a respeito dos fatos, afirmou nunca tê-los visto anteriormente, descobrindo-se, posteriormente, que não disse a verdade. No que se refere a Pedro, deverá este responder pelo crime de

- a) furto qualificado pelo concurso de agentes.
- b) furto qualificado pelo concurso de agentes, em concurso formal com o crime de falso testemunho.
- c) falso testemunho e crime de furto qualificado pelo abuso de confiança, em concurso material.
- d) furto qualificado pelo concurso de agentes, em concurso material com o crime de falso testemunho.

8) Em receituário médico em branco, que lhe foi arranjado, um empregado inseriu falso atestado sobre sua capacidade laborativa, falsificando a assinatura do profissional, entregando-o ao INSS para fins de benefício. Em tese, a conduta do empregado configura o crime de

- a) falsidade ideológica.
- b) falsidade de documento particular.
- c) uso de documento falso.
- d) falsidade de atestado médico.

9) Para a aplicação da pena deve o Magistrado:

- a) Fixar-se, apenas, na culpabilidade do Réu;
- b) Fixar-se na intensidade do dolo ou grau de culpa;
- c) Fixar-se nos seus antecedentes;
- d) Pautar-se pelos critérios legais e recomendados pela doutrina para ajustá-la ao seu fim social e adequá-la ao seu destinatário e ao caso concreto.

10) Mirtes comprou diversos presentes de natal em uma loja de departamentos pagando com cheque. Esqueceu de conferir o saldo bancário e o cheque terminou sendo devolvido. O ato de Mirtes, de passar o cheque sem a necessária provisão de fundos:

- a) não tem qualquer implicação penal, apenas cível;
- b) corresponderá ao delito do art. 171, § 2º, inciso VI, a depender do valor do cheque;
- c) corresponde ao delito do art. 171, § 2º, inciso VI;
- d) corresponderá ao delito do art. 171, mas na sua forma simples ("caput") já que não teve a intenção de passar o cheque sem fundos.

GABARITO:

01-A 02-B 03-A 04-A 05-A
06-A 07-A 08-B 09-D 10-A

1) O erro de tipo:

- a) isenta de pena;
- b) é erro sobre a ilicitude do fato;
- c) exclui o dolo;
- d) sempre exclui dolo e culpa.

2) Deixando o condenado solvente de pagar multa que lhe foi imposta na sentença condenatória transitada em julgado e, não tendo sido requerido o seu parcelamento, nem determinado o desconto sobre seus vencimentos, a sanção pecuniária será:

- a) convertida em pena de detenção na base de um dia de detenção para cada dia-multa
- b) convertida em pena restritiva de direito
- c) convertida em pena de prisão simples

d) considerada dívida de valor

3) Assinale a afirmação correta. I - A prescrição da pretensão executória tem efeito "ex tunc". II - A prescrição retroativa tem efeito "ex nunc". III - O perdão judicial tem efeito "ex nunc", na forma do entendimento atual do STJ. IV - O perdão judicial tem efeito "ex tunc", na forma do entendimento atual do STJ. V - O dolo de conseqüências necessárias é uma forma de dolo direto.

a) As afirmações II, IV e V estão corretas.

b) As afirmações III e V estão corretas.

c) As afirmações I, II e IV estão corretas.

d) As afirmações IV e V estão corretas.

4) "H", SERVIDOR PÚBLICO, APREGOANDO ESTA CONDIÇÃO, A QUE SE SEGUEM ATOS DE GRAVE AMEAÇA, LOGRA FAZER COM QUE "Z" DEMOLISSE PEQUENA CONSTRUÇÃO QUE "Z" TINHA DENTRO DE SEU PRÓPRIO LOTE, PORQUE "H" SENTIA-SE INCOMODADO COM TAL CONSTRUÇÃO:

a) há constrangimento ilegal.

b) há exercício arbitrário das próprias razões;

c) há extorsão;

d) há concussão;

5) A pronúncia (art. 408 do CPP) tem a natureza jurídica de:

a) decisão interlocutória mista não terminativa

b) sentença que extingue o processo com julgamento do mérito

c) decisão interlocutória mista terminativa de mérito

d) sentença que extingue o processo sem julgamento do mérito

6) "A", desconhecendo a intenção e até mesmo a presença de "B", desferiu um tiro contra "C", no exato momento em que "B" adotava o mesmo comportamento. "C" faleceu, não se identificando o autor do disparo.

a) Ocorreu co-autoria de homicídio.

b) "A" e "B" respondem por tentativa de homicídio, absolvidos do delito consumado, por falta de provas da autoria.

c) "A" responde por homicídio e "B", por tentativa desse delito.

d) "B" responde por homicídio consumado e "A", pela mobilidade tentada.

7) Dentro do tema "concurso de crimes" quais figuras mais se aproximam em termos de sua composição?

a) Crime continuado com vítimas diversas e concurso material homogêneo.

b) Crime continuado com concurso formal.

c) Concurso material com concurso formal sem desígnios autônomos.

d) Crime continuado com vítimas diversas e concurso material heterogêneo.

8) Durante uma partida de futebol, que terminou num conflito entre jogadores, o torcedor Raimundo invade o campo e passa a distribuir socos e pontapés nos contendores, um dos quais vem a sofrer ferimentos graves, causados por outra pessoa envolvida no tu multo. A infração penal cometida por Raimundo caracteriza-se como

a) contravenção de vias de fato.

b) crime de lesão corporal grave.

c) participação em rixa qualificada.

d) participação em crime de rixa simples.

9) NO QUE DIZ RESPEITO A PENAS:

a) inexistente pena de recolhimento domiciliar.

b) no abuso de autoridade são aplicadas autônoma ou alternadamente;

c) cominadas cumulativamente, em lei especial, penas privativas de liberdade e pecuniária, é defeso a substituição da prisão por multa;

d) inexistente pena de publicação da condenação na imprensa;

10) Assinale a alternativa CORRETA:

Absolvido em processo-crime porque teria agido sob o pálio da legítima defesa putativa, o réu é acionado pela vítima, no juízo cível, para haver indenização pelas lesões sofridas. No seu modo de ver, o que poderá acontecer?

- a) O réu poderá ser obrigado a indenizar, apesar da absolvição na área criminal.
- b) Embora ilícito o ato, a absolvição afastou a reparação pretendida.
- c) A decisão na área criminal afastou a indenização pleiteada.
- d) Não cabe pedido de indenização porque o ato não foi ilícito.

GABARITO:

01-C 02-D 03-D 04-A 05-A

06-B 07-A 08-C 09-C 10-A

1) A pena privativa de liberdade numa sentença condenatória com trânsito em julgado para o Ministério Público e com apelação da defesa:

- a) servirá como parâmetro para o cálculo da prescrição retroativa visto a impossibilidade da "reformatio in pejus".
- b) servirá como parâmetro para o cálculo da prescrição superveniente ou intercorrente.
- c) não poderá servir como parâmetro de cálculo para qualquer tipo de prescrição em face da ausência do trânsito em julgado.
- d) servirá como parâmetro para o cálculo da chamada e contestada "prescrição antecipada".

2) Durante uma partida de futebol, que terminou num conflito entre jogadores, o torcedor Raimundo invade o campo e passa a distribuir socos e pontapés nos contendores, um dos quais vem a sofrer ferimentos graves, causados por outra pessoa envolvida no tu multo. A infração penal cometida por Raimundo caracteriza-se como

- a) contravenção de vias de fato.
- b) crime de lesão corporal grave.
- c) participação em rixa qualificada.
- d) participação em crime de rixa simples.

3) João subtrai uma furadeira pertencente a seu vizinho José, sem que este saiba disto, com o intuito de usá-la para pendurar um quadro na sala de sua casa, devolvendo-a intacta, minutos depois, no mesmo lugar. José descobre tal fato. Na hipótese, ocorreu

- a) roubo simples - art. 157, caput, do Código Penal.
- b) furto de uso, que é fato atípico.
- c) furto simples - art. 155, caput, do Código Penal.
- d) apropriação indébita - art. 168, caput, do Código Penal.

4) Constituem elementos do fato típico culposo, exceto:

- a) resultado voluntário;
- b) tipicidade;
- c) previsibilidade objetiva;
- d) resultado.

5) O tempo de cumprimento das penas privativas de liberdade não pode ser superior a:

- a) 35 anos.
- b) 30 anos.
- c) 20 anos.
- d) 50 anos.

6) O arrependimento posterior nos crimes cometidos sem violência ou grave ameaça à pessoa, reparado o dano ou restituída a coisa, até o recebimento da queixa, por ato voluntário do agente permite:

- a) facultativa redução de pena;
- b) recepcionar atenuante;
- c) conceder ao sentenciado benefício em sede de execução penal;
- d) reconhecer causa obrigatória de diminuição de pena, que pode ser reduzida de um a dois terços;

7) Depreende-se da teoria extrema da culpabilidade:

- a) exige-se no dolo apenas a potencialidade do conhecimento do injusto, desprezando-se a real e atual consciência da ilicitude;
- b) entende que a consciência da antijuridicidade, não faz parte do dolo, mas sim da culpabilidade;
- c) entende que o dolo é integrado pela consciência da antijuridicidade, nos termos da teoria psicológica da culpabilidade;
- d) fundamenta-se na teoria causal da conduta, exigindo-se no dolo somente a potencialidade do conhecimento do injusto.

8) A exigência da anterioridade da lei é fundamento essencial do princípio:

- a) "in dubio pro reo";
- b) da especialidade;
- c) da isonomia;
- d) da legalidade.

9) Estudando-se a Lei nº 6.368/76 - Lei Antitóxicos verifica-se que a conduta culposa por parte do agente

- a) não está ali prevista ficando, portanto, atípica.
- b) não está prevista visto que a lei exige sempre o dolo direto.
- c) está prevista como um dos crimes nela descritos.
- d) está prevista como caso de diminuição de pena para o usuário.

10) Se o agente lesiona levemente a vítima, sabendo de seu estado de gravidez, e esta vem a abortar em virtude da ação do réu, o agente responderá por

- a) perigo para a vida ou à saúde de outrem.
- b) lesões graves.
- c) lesões gravíssimas.
- d) lesões leves.

GABARITO:

01-B 02-C 03-B 04-A 05-B
06-D 07-B 08-D 09-C 10-C

1) A pena aplicada ao homicídio qualificado é:

- a) 05 a 12 anos;
- b) 10 a 20 anos;
- c) 12 a 30 anos;
- d) 15 a 30 anos.

2) Apropriar-se de bens ou rendas públicas, ou desviá-los em proveito próprio ou alheio (Decreto nº 201, de 27 de fevereiro de 1967)

- a) é crime de ação pública.
- b) é crime punido apenas com reclusão e multa;
- c) é crime de ação privada.
- d) é crime punido apenas com detenção e multa.

3) A respeito das penas, o Código Penal adotou o sistema vicariante. Por ele, o Juiz pode:

- a) aplicar ao condenado pena restritiva de direitos ou medida socioeducativa.
- b) e deve aplicar ao condenado pena privativa de liberdade e pena restritiva de direitos.
- c) aplicar ao condenado pena privativa de liberdade e medida de segurança, cumulativamente.
- d) aplicar ao condenado pena privativa de liberdade ou medida de segurança.

4) O crime de corrupção passiva, definido no art. 317 do Código Penal ("Solicitar ou receber, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida, ou aceitar promessa de tal vantagem.") é classificado pela doutrina como crime

- a) impróprio.
- b) próprio.
- c) de mão própria.
- d) de culpa imprópria.

5) Funcionário público "A" deixa, propositadamente, a porta do prédio da repartição aberta, sabendo que seu amigo, não funcionário "B", irá nele penetrar e subtrair objetos valiosos da administração. Neste caso,

- a) "A" responderá por peculato-apropriação e "B", por furto simples.
- b) "A" responderá por peculato culposo e "B", por peculato-furto.
- c) ambos responderão por peculato-furto.
- d) "A" responderá por peculato-furto e "B", por peculato-apropriação.

6) "A" (Prefeito Municipal) determina ao funcionário responsável pelos pagamentos da Prefeitura não descontar o valor do imposto de renda de seus vencimentos. O Prefeito comete crime contra a(o)

- a) União Federal e o Município
- b) Município
- c) Estado
- d) União Federal

7) Um agiota, havendo emprestado determinada quantia, exigiu do devedor documento com data em branco em que declarava ter recebido aquela importância para depositar no dia seguinte em certo banco. O mutuário foi avisado que, se no dia apazado não pagasse a soma mutuada e mais os juros onzenários, ele preencheria a data no documento e daria queixa à Polícia por apropriação indébita. Com sua ação, o agiota descreveu um tipo do Código Penal:

- a) extorsão;
- b) apropriação indébita;
- c) extorsão indireta;
- d) ameaça.

8) No que diz respeito à prova penal, assinale a alternativa correta :

- a) todas as provas tem valor relativo.
- b) o juiz não pode reintervir na produção das provas;
- c) há no nosso sistema legal a pré-fixação hierárquica das provas;
- d) a confissão do acusado constitui prova plena;

9) Segundo a teoria finalista, em sua versão hoje dominante, a classificação técnica e analítica mais rigorosa dos elementos subjetivos do crime dispõe que o

- a) dolo integra a antijuridicidade e a culpa integra o tipo.
- b) dolo e a culpa integram o tipo.
- c) dolo e a culpa integram a culpabilidade.
- d) dolo integra o tipo e a culpa integra a culpabilidade.

10) Juntamente com o meliante "Gato", menor de 18 anos, os marginais Arnóbio, Brutus e Creso combinam praticar roubos em postos de gasolina e lojas de conveniência, abertos de madrugada. Ao visitarem o primeiro estabelecimento, um frentista suspeita dos mesmos e comunica-se com a polícia. Dois deles, ao iniciarem o assalto a mão armada, à loja de conveniência, são impedidos pela ação policial e presos em flagrante, enquanto os dois outros logram evadir-se do local, sendo identificados posteriormente. Indique os delitos praticados pelos mesmos:

- a) Roubo qualificado.
- b) Quadrilha ou bando armado.
- c) Roubo qualificado em concurso com corrupção de menor.

d) Quadrilha ou bando armado combinado com tentativa de roubo qualificado.

GABARITO:

01-C 02-A 03-D 04-B 05-C

06-B 07-C 08-A 09-A 10-D

1) O porte de arma branca, a exemplo de navalha, punhal, peixeira, estilete, faca, canivete, facão de mato e até o chamado soco inglês, evidenciada a vontade do agente de utilização para fins de ataque ou defesa, configura:

- a) crime contra a incolumidade pública;
- b) contravenção do porte ilegal de arma, pois a Lei nº 9.437/97 não transformou tal conduta em crime;
- c) mero ilícito administrativo;
- d) crime previsto na Lei nº 9.437/97, que instituiu o Sistema Nacional de Armas, estabelecendo condições para o registro e para o porte de arma de fogo;

2) O homicídio praticado sob coação a que o agente poderia resistir implica no reconhecimento:

- a) de causa que qualifica o homicídio.
- b) de causa que privilegia o agente;
- c) de circunstância que atenua a pena do agente;
- d) de causa que isente o agente de pena;

3) A coação moral irresistível é causa de:

- a) exclusão da antijuridicidade
- b) exclusão da tipicidade
- c) exclusão da culpabilidade
- d) extinção da punibilidade

4) A substituição da pena privativa de liberdade por restritivas de direitos

- a) não pode ser feita por multa, ainda que cumulada com restritiva de direitos, se superior a um ano.
- b) não cabe para o condenado reincidente.
- c) pode ser feita apenas por multa, se a condenação for de um ano.
- d) cabe nos crimes culposos se a condenação não for superior a quatro anos.

5) O agente que, dolosamente, impede o socorro ao suicida que se arrependera do ato extremado e tentava buscar auxílio, comete

- a) fato penalmente irrelevante.
- b) crime de induzimento ao suicídio.
- c) crime de homicídio.
- d) crime de omissão de socorro.

6) O comerciante que alterar seu livro mercantil verdadeiro, para obter redução de ICMS, praticará:

- a) crime contra a fé pública;
- b) crime contra a ordem tributária;
- c) crime contra a ordem social;
- d) crime contra a ordem econômica;

7) No interior de um navio mercante brasileiro, no Porto de Amsterdã, foi cometido um crime por brasileiro. A Holanda não se interessa pelo fato. a incidência da lei brasileira decorre do princípio da:

- a) especialidade.
- b) territorialidade;
- c) personalidade;
- d) legalidade;

8) "A" (comerciante) falsifica documento e com ele comete estelionato. Segundo súmula do Superior Tribunal de Justiça, há

- a) dois crimes
- b) crime de falso
- c) crime contra o patrimônio
- d) crime contra o patrimônio se o falso, no caso, exaurir a potencialidade lesiva

9) Comprovada por prova pericial a semi-imputabilidade do réu, pode o Juiz, sob tal fundamento:

- a) isentar o réu de pena;
- b) diminuir a pena ou aplicar medida de segurança;
- c) diminuir a pena e impor medida de segurança;
- d) absolver o réu.

10) CACÁ DEPRESSIVO contratou JUVENAL MERCENÁRIO, dizendo-lhe pretender que JUVENAL matasse um inimigo dele, e que pagaria uma boa soma em dinheiro por isso. Aceito o serviço e pago o combinado, JUVENAL MERCENÁRIO, aproveitando-se da escuridão da noite, devidamente escondido, alvejou a pessoa que CACÁ lhe assegurara passaria pelo local apontado. Após o fato, verificou-se que a vítima alcançada fora o próprio CACÁ DEPRESSIVO, que sobreviveu, mas ficou com deformidade permanente. Na realidade, CACÁ, desiludido da vida que levava, contratara a própria morte, já que não tinha coragem para matar-se, detalhe que JUVENAL desconhecia, acreditando tratar-se de um suposto inimigo de CACÁ. Em vista dos fatos, JUVENAL praticou

- a) tentativa de homicídio qualificado, e CACÁ não praticou crime.
- b) favorecimento ao suicídio, e CACÁ praticou auto-lesão.
- c) tentativa de homicídio qualificado, mediante erro provocado por terceiro, e CACÁ praticou tentativa de homicídio.
- d) lesão corporal consumada, e CACÁ praticou tentativa de homicídio consentido.

GABARITO:

01-B 02-C 03-C 04-C 05-C
06-B 07-A 08-D 09-B 10-A

1) Responde pelo resultado lesivo final o agente

- a) sempre que sua conduta típica o produziu.
- b) cuja conduta típica e antijurídica, para produzi-lo, se conjuga a uma concausa superveniente relativamente independente.
- c) cuja conduta típica e antijurídica, para produzi-lo, se conjuga a uma concausa preexistente da qual tinha ciência e cujos efeitos aceitou.
- d) produtor da concausa superveniente relativamente independente, mesmo que sem culpa ou dolo.

2) Após acirrada discussão, Edmundo Valência ameaça Antonio Pedro, dizendo que iria matá-lo. Inicialmente, Antonio Pedro não levou a sério a referida ameaça. No entanto, sete meses após o fato e amedrontado com a má reputação de Edmundo, o ofendido resolve tomar as medidas legais adequadas ao caso. O que poderá ser feito legalmente contra Edmundo?

- a) Nada poderá ser feito contra Edmundo, pois decaiu o direito de representação do ofendido;
- b) O ofendido poderá oferecer representação contra Edmundo pelo delito de ameaça;
- c) Nada poderá ser feito contra Edmundo, pois decaiu o direito de queixa do ofendido;
- d) O ofendido poderá oferecer queixa-crime contra Edmundo, pela prática do delito de ameaça.

3) As normas penais em branco:

- a) existem em dispositivos que requerem do operador jurídico conhecimento técnico, sempre daí resultando a sua incompletude.
- b) nem sempre necessitam de outros dispositivos legais para serem completadas.
- c) apresentam-se incompletas, reclamando sempre outras normas legais.
- d) são praticamente inexeqüíveis.

4) Potiguar é um silvícola que vive em Brasília, onde freqüenta escola de ensino médio. Vem ele a cometer crime de estupro com 19 anos de idade. Potiguar

- a) deverá ser considerado inimputável por desenvolvimento mental incompleto.

- b) é semi-imputável.
- c) é inimputável.
- d) é imputável.

5) Rogério, amigo íntimo de Rubens, comenta com este que vai assaltar o Banco "Y" na manhã de segunda-feira, pedindo que guarde segredo. No dia do roubo, Rogério é preso e diz à polícia que Rubens sabia disto. Portanto, diante desta hipótese, é correto afirmar que

- a) Rogério responde pelo crime de roubo e Rubens terá a pena diminuída de um a dois terços por participação de menor importância.
- b) Rubens é partícipe, eis que tinha ciência do crime a ser praticado por Rogério.
- c) somente Rogério é autor do crime de roubo.
- d) Rogério é autor e Rubens é co-autor.

6) Sobre obediência hierárquica e coação irresistível:

I. para caracterizar a obediência hierárquica a relação de subordinação se pode fundamentar no direito administrativo, nas relações trabalhistas, familiares e religiosas;

II. para o acolhimento da exculpante da obediência hierárquica deve haver o estrito cumprimento de ordem não manifestamente ilegal, porque, se a ordem for legal, o problema deixa de ser de culpabilidade, podendo caracterizar causa de exclusão de ilicitude;

III. a coação irresistível que exclui a culpabilidade é a moral; tratando-se de coação física irresistível, o problema não é de culpabilidade, mas sim de fato típico, que não existe em relação ao coato por ausência de conduta voluntária;

IV. na hipótese de coação resistível, não haverá exclusão da culpabilidade penal do coagido, mas uma redução da sua pena pelo acolhimento de uma causa de diminuição prevista na parte geral do Código Penal;

V. o coator será sempre punível: na coação irresistível, na condição de autor mediato, na coação resistível, na condição de co-autor ou de partícipe na medida de sua culpabilidade.

- a) somente II e V estão corretas;
- b) II, III e V estão corretas;
- c) I, III e IV estão corretas;
- d) I, II e III estão corretas;

7) A relação de causalidade

- a) não está regulada, em nosso sistema, pela teoria da equivalência dos antecedentes causais.
- b) é normativa no crimes omissivos impróprios ou comissivos por omissão.
- c) é dispensável nos crimes materiais.
- d) é imprescindível nos crimes formais.

8) A conduta do sujeito que seqüestra pessoa com o fim de obter, para si, como condição ou preço do resgate, o pagamento da dívida, típica:

- a) o crime de extorsão mediante seqüestro;
- b) o crime de exercício arbitrário das próprias razões;
- c) o crime de cárcere privado;
- d) o crime de constrangimento ilegal.

9) O funcionário que patrocina interesse privado perante a administração pública, valendo-se de sua qualidade, comete o crime de

- a) advocacia administrativa.
- b) exploração de prestígio.
- c) tráfico de influência.
- d) prevaricação.

10) Na prática de delitos de estupro e de atentado violento ao pudor pode advir resultado qualificador. Assim, se constatada lesão corporal de natureza grave ou a vítima é morta há concurso material entre os crimes contra os costumes e contra a pessoa e:

- a) presente o dolo em relação à lesão corporal de natureza grave ou morte;

- b) o resultado não for procurado ou desejado pelo autor;
- c) existir nexo de causalidade entre a violência empregada pelo agente e o resultado;
- d) o resultado tido como forma qualificadora é imputado ao agente a título de culpa em sentido estrito;

GABARITO:

01-C 02-A 03-A 04-D 05-C
06-B 07-B 08-B 09-A 10-A

1) Em termos de prescrição, a sentença absolutória, da qual o Ministério Público apela, pleiteando a condenação do réu,

- a) interrompe o prazo da prescrição superveniente.
- b) interrompe o prazo da prescrição retroativa.
- c) não interrompe o prazo da prescrição da pretensão punitiva.
- d) interrompe o prazo da prescrição da pretensão punitiva.

2) Assinale a alternativa CORRETA:

Absolvido em processo-crime porque teria agido sob o pálio da legítima defesa putativa, o réu é acionado pela vítima, no juízo cível, para haver indenização pelas lesões sofridas. No seu modo de ver, o que poderá acontecer?

- a) O réu poderá ser obrigado a indenizar, apesar da absolvição na área criminal.
- b) A decisão na área criminal afastou a indenização pleiteada.
- c) Embora ilícito o ato, a absolvição afastou a reparação pretendida.
- d) Não cabe pedido de indenização porque o ato não foi ilícito.

3) Uma das causas relacionadas abaixo não interrompe a prescrição. Assinale-a:

- a) decisão confirmatória da pronúncia;
- b) sentença condenatória recorrível;
- c) pronúncia;
- d) acórdão confirmatório da condenação.

4) M resolve matar X. Emboscado M atira sobre um vulto, supondo ser X. Todavia, a pessoa concretamente visada era, na verdade, Y. Erra o tiro e acerta Z que passava ao fundo. Como é que se enquadra a situação?

- a) "Error in persona" e "aberratio ictus".
- b) "Error in persona" e erro sucessivo (dolo geral);
- c) Erro sucessivo (dolo geral) e "aberratio criminis";
- d) "Aberratio delicti" e "aberratio ictus";

5) Comete crime de denunciação caluniosa o advogado que, recebendo incumbência de cliente, requer providência de caráter penal em nome do mesmo, sendo certo que este imputa falsamente crime contra terceira pessoa. Tal afirmação é

- a) totalmente correta, pois que inexistente o crime anterior.
- b) totalmente incorreta, pois o advogado se limitou a orientar o cliente de acordo com os dados por ele fornecidos.
- c) correta, mas dependente de assinatura de seu cliente, reafirmando a conduta delitativa da parte adversa.
- d) incorreta, mas subordinada à representação da parte adversa.

6) DOIS POLICIAIS FEDERAIS E UM FISCAL DA RECEITA FEDERAL, COM COLETES IDENTIFICADORES E PORTANDO ARMAS, INTERCEPTAM UM ÔNIBUS, EM REGIÃO PRÓXIMA À FRONTEIRA. ADENTRAM AOS GRITOS E MANDAM OS SACOLEIROS ENTREGAR-LHES AS CAIXAS DE CIGARROS BRASILEIROS TIPO EXPORTAÇÃO, ADQUIRIDOS NO PARAGUAI. TÃO LOGO OS SACOLEIROS FAZEM A ENTREGA, OS POLICIAIS E O FISCAL MANDAM O MOTORISTA DO ÔNIBUS PROSSEGUIR A VIAGEM. TRATA-SE DE:

- a) roubo;
- b) extorsão;
- c) concussão;

d) constrangimento ilegal e abuso de autoridade.

7) Caio porque quer matar, fere Beatriz que, entretanto, é morta no hospital, por efeito de uma injeção trocada que lhe ministra o enfermeiro. Caio responde por:

a) homicídio preterdoloso (dolo no antecedente e culpa no conseqüente).

b) homicídio culposo;

c) homicídio doloso (dolo eventual);

d) tentativa de homicídio;

8) No caso de concorrência de culpas entre dois agentes no eventus delicti, deve o Juiz, ao prolatar sua decisão,

a) optar, na fixação da pena, pela compensação das culpas, atento ao princípio da equidade.

b) declarar extinta a punibilidade de ambos os agentes.

c) admitir que os dois agentes são responsáveis pelo evento lesivo.

d) reconhecer que a culpa de um dos agentes afasta a do outro.

9) Mário Antonio comparece à 9ª Delegacia de Polícia e requer a instauração de inquérito policial contra Pedro, pela prática do crime de furto, que sabe não ter sido cometido pelo último. Após a análise da notícia de crime apresentada por Mário, a autoridade policial determina a instauração de inquérito policial. Assinale a alternativa correta.

a) Mário não praticou ilícito penal.

b) Mário praticou o crime de denúncia caluniosa.

c) Mário praticou o crime de falsa comunicação de crime.

d) Mário praticou o crime de falso testemunho.

10) Se o agente falsifica ideologicamente documento, do qual faz posteriormente uso, ocorre:

a) apenas um crime de falso.

b) concurso formal destas infrações.

c) crime continuado.

d) concurso material dos crimes de falsidade ideológica com o de uso de documento falso.

GABARITO:

01-C 02-A 03-D 04-A 05-B

06-C 07-D 08-C 09-B 10-A

1) Em hipótese de absolvição proferida em processo iniciado por queixa do ofendido, o Ministério Público

a) poderá apelar da sentença em caso de ação privada exclusiva.

b) nunca poderá apelar da sentença.

c) poderá apelar da sentença independentemente da espécie da ação penal.

d) poderá apelar da sentença em caso de ação privada subsidiária da pública.

2) Conforme o Código Penal, ao terceiro que em concurso participa de crime de furto praticado pelo marido contra a mulher, na constância da sociedade conjugal, aplica-se:

a) em qualquer caso, a regra da imunidade penal absoluta que beneficiará o marido;

b) a regra da imunidade penal relativa que poderá beneficiar o marido;

c) a regra da imunidade penal absoluta, apenas se a circunstância de natureza pessoal for do seu conhecimento;

d) não se aplica a regra da imunidade penal, respondendo pelo crime.

3) Em relação aos fatos que podem, em tese, configurar os chamados crimes agravados pelo resultado,

a) o agente é apenado segundo as regras do crime continuado, considerado o fato conseqüente como continuação do antecedente.

b) o agente que dolosamente o produziu responde, na verdade, por crime autônomo, se existente e que corresponda a tal resultado.

c) por ele responde quem objetivamente lhe tenha dado causa, ainda que sem dolo ou culpa.

d) por ele só responde o agente que o tiver causado com dolo, direto ou eventual.

4) O fenômeno da ultratividade da lei penal

- a) está circunscrito às leis excepcionais ou temporárias.
- b) pode ocorrer em outra hipótese além das previstas nas leis excepcionais ou temporárias.
- c) está impedido por ferir mandamento constitucional.
- d) ocorre na vacatio legis e nada tem com leis excepcionais ou temporárias.

5) A dispara, com animus necandi, a sua arma contra B, supondo tratar-se de C e atinge, por descuido, tão somente D que se encontrava, nas proximidades. Em termos de teoria do erro, qual o enquadramento da situação?

- a) Error in persona simultâneo com aberratio delicti.
- b) Dolus generalis com error in persona.
- c) Aberratio criminis simultâneo com aberratio ictus.
- d) Aberratio ictus simultâneo com error in persona.

6) Funcionário público 'A' deixa, propositadamente, a porta do prédio da repartição aberta, sabendo que seu amigo, não funcionário 'B', irá nele penetrar e subtrair objetos valiosos da administração. Neste caso,

- a) 'A' responderá por peculato-apropriação e 'B', por furto simples.
- b) ambos responderão por peculato-furto.
- c) 'A' responderá por peculato culposo e 'B', por peculato-furto.
- d) 'A' responderá por peculato-furto e 'B', por peculato-apropriação.

7) As espécies de pena previstas no Código Penal vigente são:

- a) restritivas de direitos; multa; regime fechado.
- b) privativas de liberdade; restritivas de direitos; multa.
- c) privativas de liberdade, interdição temporária de direitos; multa.
- d) restritivas de direitos; multa; prestação de serviços à comunidade.

8) A chamada prescrição retroativa regula-se pela pena aplicada e se verifica nos prazos fixados em lei

- a) que não sofrem qualquer acréscimo, seja o condenado primário ou reincidente.
- b) quando houver decisão condenatória transitada em julgado para a Acusação, desde que pendente apelação da Defesa.
- c) ainda que pendente recurso da Acusação objetivando o aumento da pena privativa de liberdade.
- d) que são aumentados de um terço se o condenado for reincidente.

9) COM REFERÊNCIA AOS CRIMES CONTRA O HONRA, É INCORRETO AFIRMAR:

- a) Não constitui injúria a opinião desfavorável da crítica artística ou literária.
- b) A calúnia versa sobre fato criminoso, enquanto a injúria ofende a dignidade ou decoro da vítima.
- c) A difamação consiste na imputação de fato ofensivo à reputação da vítima; a injúria pode consistir em violência ou vias de fato.
- d) Não é crime a injúria ou difamação irrogada em juízo pela parte ou seu procurador.

10) O curso da prescrição interrompe-se, exceto:

- a) pelo recebimento da denúncia;
- b) pela decisão confirmatória da pronúncia;
- c) pela pronúncia;
- d) pela sentença condenatória irrecorrida;

GABARITO:

01-D 02-D 03-B 04-B 05-D
06-B 07-B 08-A 09-D 10-D

1) Aponte o enunciado falso.

- a) É exemplificativo o rol de causas de extinção de punibilidade, constante do Código Penal.
- b) É possível falar-se em estado de necessidade recíproco e impossível dizer-se de legítima defesa recíproca.
- c) Pode-se dizer que a condenação irrecorrível do sentenciado a pena privativa de liberdade ou a pena restritiva de direitos, por crime culposos ou contravenção, durante o período de prova, é causa de revogação obrigatória do sursis.
- d) Desprezam-se, nas penas privativas de liberdade e nas restritivas de direitos, as frações de dia e, quanto à multa, também se desprezam frações.

2) Assinale a alternativa correta:

- a) Em caso de concurso formal de crimes, dolosos ou culposos, se eles resultarem de desígnios autônomos, as penas aplicam-se cumulativamente;
- b) A relevância causal de qualquer conduta omissiva somente fica caracterizada quando o omitente podia e devia agir para evitar o resultado e não o faz dolosa ou culposamente;
- c) No caso de aplicação cumulativa das penas de detenção ou reclusão, cabe ao Juiz decidir qual será executada primeiro;
- d) Se, por erro na execução do crime, sobrevém resultado diverso do pretendido, mas ocorre também o resultado pretendido, aplica-se a regra do concurso formal;

3) Sobre os crimes de difamação e injúria é correto afirmar:

- a) a difamação consiste na imputação de fato ofensivo à reputação da vítima; a injúria pode consistir em violência ou vias de fato; não é crime a injúria ou difamação irrogada em juízo pelo procurador da parte;
- b) a difamação consiste na imputação de fato ofensivo à reputação da vítima; a injúria pode consistir em violência ou vias de fato; é crime a injúria ou difamação irrogada em juízo pela parte ou seu procurador;
- c) a injúria consiste na ofensa da dignidade ou decoro da vítima; a injúria não pode consistir em violência ou vias de fato; não é crime a injúria ou difamação irrogada em juízo pela parte ou seu procurador;
- d) a injúria consiste na ofensa da dignidade ou decoro da vítima; a injúria não pode consistir em violência ou vias de fato; é crime a injúria ou difamação irrogada em juízo pela parte ou seu procurador.

4) Carlos briga com Márcio em um bar, e termina enfiando-lhe uma faca na barriga, causando-lhe lesões de natureza grave. Para se enquadrar o fato como tentativa de homicídio ou lesão corporal grave, é preciso:

- a) atentar para a intenção de Carlos, desde que a sede da lesão seja distante de algum órgão vital.
- b) atentar para a intenção de Carlos;
- c) atentar para o tempo de recuperação - se ultrapassar trinta dias, teremos tentativa de homicídio;
- d) atentar para a sede da lesão - se próxima a um órgão vital, teremos tentativa de homicídio;

5) Determinado sujeito, mediante violência ou grave ameaça, pretende que uma outra pessoa realize determinado comportamento para que ele obtenha uma devida vantagem econômica. Crime cometido:

- a) estelionato.
- b) exercício arbitrário das próprias razões.
- c) extorsão.
- d) injúria consistente em violência.

6) Na sistemática do conflito aparente de normas penais, aponte a alternativa errada:

- a) o princípio da consunção é também denominado princípio da alternatividade.
- b) para se constatar a relação primariedade-subsiariedade deve-se analisar o fato "in concreto";
- c) considera-se especial uma norma penal em relação a outra geral, quando reúne todos os elementos desta, acrescidos de mais algum, denominado especializante;
- d) os princípios utilizados para solucionar esta espécie de conflito são a especialidade, a subsidiariedade e consunção;

7) Analisando o nosso Código Penal, verifica-se, dentro do tema " do tempo do crime ", que a teoria do resultado:

- a) excepciona a teoria da ubiqüidade.
- b) excepciona a teoria da atividade.
- c) é mero sinônimo da teoria da atividade.
- d) não foi adotada nesse mandamento legal.

8) Agabeó, conhecido comerciante na cidade de Campina Verde/MG, a fim de praticar crime de estelionato, deliberadamente dirige-se até o 1º cartório extrajudicial de sua cidade. Lá chegando, apresenta determinado documento público devidamente assinado, solicitando ao tabelião o reconhecimento de sua firma. Este, examinando que a assinatura lançada no documento não pertence a Agabeó, mesmo assim, de forma silenciosa, reconhece a assinatura como verdadeira, outorgando-lhe fé. De posse do referido documento, Agabeó consuma o delito pretendido. Conclui-se:

- a) A conduta deliberada e consciente do tabelião, muito embora não o tome co-autor do delito praticado por Agabeó, o faz cúmplice.
- b) "In casu", a conduta praticada pelo tabelião infringe o disposto no art. 299 do C.P. (falsidade ideológica).
- c) No caso em tela não se pode enquadrar o tabelião no delito inserido no art. 171 do C.P., considerando que sua conduta amolda-se ao crime previsto no art. 297 do estatuto repressivo (falsificação de documento público).
- d) N.D.A.

9) Para o crime de rapto consensual consta razoável diminuição de pena quando foi ele praticado "para fim de casamento". Essa redução de pena, se aplicada, significa que o

- a) casamento efetivamente ocorreu.
- b) casamento não ocorreu.
- c) crime de rapto foi exaurido.
- d) crime de rapto não foi exaurido.

10) O art. 19 da Lei nº 6.368/76 dispõe ser isento de pena o agente que, em razão da dependência, ou sob o efeito de substância entorpecente ou que determine dependência física ou psíquica, proveniente de caso fortuito ou força maior, era, ao tempo da ação ou da omissão, qualquer que tenha sido a infração penal praticada, inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento. A hipótese caracteriza:

- a) inimputabilidade;
- b) exclusão de ilicitude;
- c) perdão judicial;
- d) exclusão de antijuridicidade.

GABARITO:

01-C 02-D 03-A 04-B 05-B

06-D 07-B 08-D 09-B 10-A

1) O agente instiga a gestante a fazer auto-aborto mediante curetagem e esta vem a falecer em virtude das manobras abortivas, sem que o agente quisesse o evento morte da gestante. Nessa hipótese, o agente responderá

- a) apenas pelo crime de auto-aborto como co-autor.
- b) pelo crime de auto-aborto, qualificado pela morte da gestante.
- c) pelo crime de auto-aborto na condição de partícipe e homicídio culposo.
- d) apenas pelo crime de auto-aborto na condição de partícipe.

2) Rosa Flores vai ao seu escritório de advocacia, tendo em vista ter recebido uma correspondência, com aviso de recebimento, que a intimava a comparecer ao IX Juizado Especial Criminal, no dia 23 de maio de 1998, para a realização de uma audiência preliminar. Ao final da mencionada narrativa, a Sra. Rosa faz a seguinte pergunta: " O que são infrações penais de menor potencial ofensivo ? " Você, então, responderá corretamente que :

- a) Consideram-se infrações penais de menor potencial ofensivo, de acordo com a Lei 9.099/95, somente os crimes a que a lei comine a pena mínima igual ou inferior a 1 (um) ano, excetuados os casos em que a lei preveja procedimento especial.
- b) Consideram-se infrações penais de menor potencial ofensivo, de acordo com a Lei 9.099/95, todas as contravenções penais e todos os crimes a que a lei comine a pena mínima igual ou inferior a 1 (um) ano;
- c) Consideram-se infrações penais de menor potencial ofensivo, de acordo com a Lei 9.099/95, as contravenções penais e os crimes a que a lei comine a pena máxima não superior a 1 (um) ano, excetuados os casos em que a lei preveja procedimento especial;

d) Consideram-se infrações penais de menor potencial ofensivo, de acordo com a Lei 9.099/95, as contravenções penais e os crimes a que a lei comine a pena mínima igual ou inferior a 1 (um) ano, excetuados os casos em que a lei preveja procedimento especial;

3) A faculdade presidencial de conceder indulto

a) só pode ser limitada pelo conteúdo de dispositivos constitucionais.

b) pode ser limitada por dispositivos contidos nas normas constitucionais, bem como na legislação ordinária.

c) é ato político e, como tal, não pode sofrer qualquer limitação de ordem normativa.

d) abrange a possibilidade de reduzir penas, resultantes de condenações já transitadas em julgado, por qualquer crime ou contravenção.

4) O homicídio praticado sob coação a que o agente poderia resistir implica no reconhecimento:

a) De causa que isente o agente de pena;

b) De circunstância que atenua a pena do agente;

c) De causa que privilegia o agente;

d) De causa que qualifica o homicídio.

5) Qual o dito que está errado?

a) A unificação de penas é um incidente da execução e o recurso cabível, na hipótese, é o agravo em execução.

b) A Lei Federal nº 9034/95 (que dispõe sobre a utilização de meios operacionais para a prevenção e repressão de ações praticadas por organizações criminosas), admite a progressão do regime fechado no caso do condenado por crime decorrente de organização criminosa.

c) No caso de conflito entre dois juízes competentes da execução, um do Paraná e o outro de Santa Catarina, a competência para julgá-lo é do Superior Tribunal de Justiça.

d) A prática de crime culposos enseja obrigatoriamente a regressão no respectivo regime de cumprimento de pena, o mesmo não acontecendo com a contravenção.

6) Certa mulher deu à luz dois gêmeos, matando o primeiro, quando se separou de seu ventre, e o segundo a golpes de tamanco, quando a cabeça surgiu na abertura vulvar. Perante nossa lei:

a) ambos constituem infanticídio porque a mãe estava necessariamente sob a influência do estado puerperal;

b) ambos constituem aborto, porque o produto da concepção não houvera completado ainda o processo fisiológico da gravidez;

c) o primeiro constitui homicídio ou infanticídio, conforme as condições da parturiente, mas o segundo configura aborto;

d) ambos os casos constituem homicídio ou infanticídio, conforme as condições da parturiente;

7) Para a fixação da pena-base, o juiz deve considerar

a) as circunstâncias atenuantes e agravantes e as causas de diminuição e de aumento.

b) circunstâncias judiciais previstas no Código Penal.

c) a reincidência, se a condenação anterior data de menos de 5 anos, e a menoridade do réu.

d) a fixação da pena de multa, atendendo à situação econômica do réu.

8) Considere as seguintes afirmações sobre os crimes contra o patrimônio: I - A receptação não admite a figura privilegiada do delito. II - A apropriação indébita qualificada não admite a suspensão condicional do processo. III - A ação penal é pública incondicionada em relação ao terceiro que auxilia agente a praticar estelionato contra o tio deste último. IV - É cabível arrependimento posterior no crime de dano culposos. SOMENTE é correto o que se afirma em

a) I e II

b) I e III

c) II e III

d) II e IV

9) O crime de desobediência não se tipifica se:

a) o agente estava embriagado.

b) a autoridade entrou em férias após emitir a ordem.

- c) a autoridade estava embriagada.
- d) a ordem era legal mas o agente entendeu desimportante a determinação.

10) Evidencia-se o crime de estelionato na emissão de cheque quando:

- a) todas as alternativas estão corretas.
- b) for o cheque, sem cobertura, emitido para pagamento de dívida de jogo de azar;
- c) o cheque, reconhecidamente, é pré-datado;
- d) for o mesmo emitido sem suficiente provisão de fundos em poder do banco sacado;

GABARITO:

01-C 02-C 03-B 04-B 05-D

06-D 07-B 08-C 09-A 10-D

1) Constitui crime de uso de documento particular falso, fazer uso de:

- a) contrato de dação em pagamento falsificado;
- b) livro mercantil falsificado;
- c) testamento particular falsificado;
- d) título ao portador falsificado;

2) No crime de furto, se o veículo subtraído for transportado para o exterior ou outro Estado importará em :

- a) circunstância qualificadora, sendo a pena, neste caso, de reclusão de três a oito anos;
- b) manutenção da pena-base por inexistência de previsão legal de aumento da mesma;
- c) aumento da pena até a metade;
- d) aumento da pena em um terço;

3) O artigo 32 da Lei das Contravenções Penais, no tocante à falta de habilitação para dirigir veículo na via pública:

- a) será considerado quando inexistir perigo de dano à coletividade;
- b) deve ser objeto de valoração ao instante da dosimetria da pena quando a conduta do agente provocar lesões em pessoas ou morte;
- c) subsiste porque lei posterior não o revogou;
- d) está revogado, ainda que tacitamente, porque o Código de Trânsito Brasileiro (Lei nº 9.503/97), estabeleceu regras, num só corpo, para toda a matéria penal e administrativa relativa a infrações cometidas na direção de veículos automotores na via pública;

4) Nos chamados crimes preterdolosos, ocorre:

- a) dolo específico;
- b) somente o dolo eventual;
- c) dolo na conduta antecedente e culpa no resultado;
- d) apenas a culpa "stricto sensu";

5) A suspensão condicional da pena privativa de liberdade - SURSIS - em regra recai sobre pena não superior a dois (2) anos. Excepcionalmente, poderá recair sobre pena superior, não excedente, porém, a quatro (4) anos. Isso se verifica quando:

- a) todas as circunstâncias judiciais forem favoráveis ao condenado;
- b) o condenado reparou integralmente o dano proveniente do crime;
- c) o condenado for menor de vinte e um (21) anos de idade;
- d) o condenado for maior de setenta (70) anos de idade;

6) 'Taxatividade', em Direito Penal, significa que

- a) as regras de direito penal decorrem do princípio da reserva legal.
- b) o fato é típico ou atípico.
- c) o conjunto de normas incriminadoras admitem pena de multa.
- d) os fatos descritos na lei penal admitem ampliações de entendimento.

7) Conseqüências jurídicas do delito: legislação penal brasileira em vigor. Assinale a alternativa incorreta:

- a) multa, interdição temporária de estabelecimento, obra ou atividade, detenção;
- b) limitação de fim de semana, confisco, suspensão total ou parcial de atividades;
- c) prestação pecuniária, recolhimento domiciliar e reclusão;
- d) multa, prestação de serviços à comunidade, interdição temporária de direitos;

8) O Princípio da Legalidade é também denominado de:

- a) Reserva Legal.
- b) Analogia Legal.
- c) Common Law.
- d) Liberdade Legal.

9) Assinale a alternativa CORRETA:

Paulo resolve atirar em José que está conversando com Afonso. E mesmo prevendo que poderá atingir o terceiro (Afonso), não desiste do seu intento e atira, acertando-o. Responderá pelo crime a título de:

- a) dolo direto.
- b) dolo alternativo.
- c) dolo eventual.
- d) culpa inconsciente.

10) Pratica o crime de explosão o agente que expõe a perigo a vida, a integridade física ou o patrimônio de outrem,

- a) apenas mediante arremesso ou simples colocação de engenho de dinamite ou de substância sem efeitos análogos.
- b) apenas mediante arremesso ou simples colocação de engenho de dinamite ou de substância de efeitos análogos.
- c) apenas mediante explosão.
- d) mediante explosão, arremesso ou simples colocação de engenho de dinamite ou de substância de efeitos análogos.

GABARITO:

01-A 02-A 03-D 04-C 05-D
06-B 07-B 08-A 09-C 10-D

1) "A" (funcionário público) aceita receber R\$ 800,00 de "B" para dar parecer favorável, em processo administrativo, de interesse de "B". No momento da entrega do dinheiro, quando ia ser feita a transferência do numerário, "A" é preso em flagrante. A conduta de "A" configura

- a) crime consumado
- b) crime tentado
- c) crime impossível
- d) crime permanente

2) Instruções: Nas questões de números 38 e 39 são dadas quatro afirmativas que podem estar corretas ou incorretas. Assinale, na folha de respostas, a alternativa que contém SOMENTE afirmações corretas. Em relação ao Código Penal: I. A legítima defesa real é causa de exclusão da punibilidade. II. A prescrição da pretensão punitiva em face da pena em concreto compreende período anterior ao recebimento da denúncia. III. A Lei de Tortura e a Lei dos Crimes Hediondos não admitem progressão de regime prisional. IV. Os crimes próprios admitem co-autoria e participação.

- a) III e IV
- b) II e III
- c) II e IV
- d) I e III

3) Conforme a Constituição da República, o julgamento dos crimes de responsabilidade cometidos por membros dos Tribunais Superiores é da competência do Supremo Tribunal Federal. São crimes de responsabilidade dos ministros do Superior Tribunal de Justiça, exceto:

- a) alterar, por qualquer forma, exceto por via de recurso, a decisão ou o voto já proferido em sessão do tribunal;
- b) exercer atividade político-partidária;
- c) recusar-se à prática de ato que lhe incumba;
- d) não há lei definindo crimes de responsabilidade dos ministros do STJ.

4) A teoria da actio libera in causa é tema que interessa ao regime:

- a) do habeas corpus porque diz com a liberdade das pessoas;
- b) da imputabilidade penal;
- c) da excludente do exercício regular de direito;
- d) da liberdade provisória.

5) Quando o agente, disparando arma de fogo em direção a seu desafeto, mas, errando o alvo, vem a atingir pessoa não visada, pode-se dizer que ocorreu:

- a) Erro sobre pessoa;
- b) Erro na execução;
- c) Erro sobre objeto;
- d) Erro provocado por terceiro.

6) Pode ser sujeito passivo do delito de atentado violento ao pudor:

- a) somente o homem.
- b) qualquer pessoa maior de catorze e menor de dezoito anos;
- c) qualquer pessoa, homem ou mulher, com qualquer idade;
- d) somente a mulher;

7) Caio, usando de uma arma de fogo clandestina, rouba o relógio e o carro de Tício. Sendo condenado, Caio sofrerá:

- a) a perda do produto do crime e ficará inabilitado para dirigir veículo;
- b) a perda do instrumento do crime e ficará incapaz para o exercício do pátrio poder;
- c) a perda dos produtos e do instrumento do crime;
- d) a inabilitação para dirigir veículo e ficará obrigado a indenizar a vítima.

8) A individualização da pena compreende:

- a) aplicação e execução
- b) cominação e aplicação
- c) cominação, aplicação e execução
- d) cominação

9) Ato do Poder Legislativo que extingue a punibilidade denomina-se:

- a) indulto.
- b) anistia.
- c) graça.
- d) detração.

10) Não constitui sujeito passivo crime de estupro:

- a) pessoa do sexo masculino.
- b) pessoa do sexo feminino;
- c) a mulher menor de 18 anos;
- d) a mulher virgem;

GABARITO:

01-A 02-C 03-D 04-B 05-B
06-C 07-C 08-C 09-B 10-A

1) Suspensa a execução da pena privativa de liberdade, o condenado observará e cumprirá as seguintes condições fixadas pelo juiz:

- a) Prestará serviços à comunidade e não freqüentará determinados lugares, no primeiro ano do prazo;
- b) Prestará serviços à comunidade e submeter-se-á à limitação de fim de semana, no primeiro ano do prazo;
- c) Submeter-se-á à prestação de serviços à comunidade e ausentar-se-á da comarca onde reside, com autorização do Juiz, no segundo ano do prazo;
- d) Submeter-se-á à limitação de fim de semana, não ingerirá bebidas alcoólicas até o segundo ano do prazo.

2) Manuel, credor de seu primo Pedro da quantia de quinhentos reais, subtrai-lhe um cheque cuja importância consignada é também de quinhentos reais, acreditando estar autorizado quitar-se, por esse meio, da dívida de que é credor. A hipótese revela:

- a) A incidência de um erro de tipo, excedente do dolo;
- b) Que Manuel estaria isento de pena em razão de seu parentesco com Pedro;
- c) A prática, por Manuel, de um crime de furto;
- d) A incidência de erro de proibição;

3) Constitui crime de denúncia caluniosa, de acordo com a redação dada pela Lei nº 10.028, de 19 de outubro de 2000,

- a) dar causa a instauração de investigação policial, de processo judicial, instauração de investigação administrativa, inquérito civil ou ação de improbidade administrativa contra alguém, imputando-lhe crime de que o sabe inocente.
- b) apenas dar causa a processo judicial e a instauração de investigação administrativa contra alguém, imputando-lhe crime de que o sabe inocente.
- c) apenas dar causa a instauração de investigação policial e de processo judicial contra alguém, imputando-lhe crime de que o sabe inocente.
- d) apenas dar causa a instauração de investigação administrativa e a inquérito civil contra alguém, imputando-lhe crime de que o sabe inocente.

4) Assinale a alternativa certa:

- a) a alteração de limites, como a supressão ou deslocamento de tapume, para a apropriação no todo ou em parte, de coisa alheia móvel, configura prática do crime de apropriação indébita.
- b) a supressão ou alteração de marca em animais não constitui conduta penalmente tipificada e punível;
- c) pratica o crime de usurpação que desvia ou represa, em proveito próprio ou de outrem, águas alheias;
- d) a invasão, com violência a pessoa ou grave ameaça, para o fim de esbulho, possessório, não é penalmente tipificada como usurpação;

5) Assinale a opção incorreta.

- a) Antes de a Lei n.º 9.714/1998 incluir a prestação pecuniária como espécie de pena restritiva de direitos, ela já era prevista na Lei n.º 9.605/1998, que disciplina sanções penais e administrativas das condutas lesivas ao meio ambiente.
- b) Na pena de prestação pecuniária, exige-se a demonstração do prejuízo da vítima, a exemplo do que ocorre na multa reparatória.
- c) A fixação do regime inicial de cumprimento da sanção considera a quantidade de pena imposta, a reincidência e as circunstâncias judiciais.
- d) Quanto à execução das penas privativas de liberdade, o Brasil, com algumas modificações, adota o sistema denominado inglês ou irlandês.

- 6) I - As penas cominadas ao aborto provocado por terceiro, sem ou com o consentimento da gestante, são aumentadas em um terço, se, em consequência do aborto ou dos meios empregados para provocá-lo, a gestante sofrer lesão corporal de natureza grave; e são duplicadas, se, por qualquer dessas causas, lhe sobrevier a morte.
- II - No crime de roubo, se a subtração for de veículo automotor que venha a ser transportado para outro Estado ou para o exterior, a pena é aumentada de um à dois terços.
- III - A agravante genérica de violação de dever funcional não se aplica ao crime de peculato, por expressa disposição legal.
- IV - A sentença estrangeira, quando a aplicação da lei brasileira produz na espécie as mesmas consequências, pode ser homologada no Brasil, atendidas as exigências legais, para obrigar o condenado à reparação do dano, a restituições e outros efeitos civis ou sujeitá-lo a medida de segurança.

V - Nos casos de condenação por crime hediondo, prática de tortura, terrorismo, tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, não é admitido o livramento condicional porque a pena deve ser integralmente cumprida em regime fechado.

- a) somente a II, III e V estão corretas
- b) somente a I, II e IV estão corretas
- c) somente a III, IV e V estão corretas
- d) somente a I, III e IV estão corretas

7) Antônio de Souza e Pedro Soares, este último menor inimputável, com a unidade de propósitos, associaram-se para comercializar substâncias entorpecentes. Por denúncia anônima, foram autuados em flagrante delito em frente a uma escola municipal de segundo grau, portando pedras de 'crack'. Assinale a alternativa correta.

- a) Antônio, se condenado, deverá cumprir sua pena privativa de liberdade, integralmente, em regime fechado.
- b) Antônio de Souza é réu primário e sem qualquer outro antecedente criminal. Assim, se condenado, poderá cumprir a pena em regime aberto.
- c) Por ter cometido crime hediondo, Antônio não terá direito à detração se vier a ser definitivamente condenado à pena privativa de liberdade.
- d) No caso narrado, não há crime de associação, pois um dos agentes é menor inimputável.

8) São pressupostos da culpabilidade

- a) a imputabilidade e a previsibilidade do resultado.
- b) a exigibilidade de conduta diversa e a previsibilidade do resultado.
- c) a possibilidade de conhecer a ilicitude do fato e a falta de dever de cuidado.
- d) a imputabilidade e a exigibilidade de conduta diversa.

9) São medidas de segurança:

- a) a internação e a proibição do exercício de profissão;
- b) a proibição do exercício de profissão e a limitação de fim de semana;
- c) a internação e a sujeição a tratamento ambulatorial;
- d) a sujeição a tratamento ambulatorial e a limitação de fim de semana.

10) O fenômeno da ultratividade da lei penal

- a) ocorre na vacatio legis e nada tem com leis excepcionais ou temporárias.
- b) está impedido por ferir mandamento constitucional.
- c) pode ocorrer em outra hipótese além das previstas nas leis excepcionais ou temporárias.
- d) está circunscrito às leis excepcionais ou temporárias.

GABARITO:

01-C 02-D 03-A 04-D 05-B
06-D 07-A 08-D 09-C 10-C

1) Em relação à execução penal, aponte a afirmação errada.

- a) A Lei Federal nº 7210/84 não prevê qualquer dispositivo a respeito do concurso de faltas disciplinares, no caso da prática de duas ou mais infrações.
- b) A aplicação de sanção disciplinar ao preso independe de que o fato considerado como falta ainda esteja sendo objeto de inquérito ou ação penal.
- c) Inexiste na Lei Federal nº 7210/84 a figura da falta disciplinar continuada.
- d) Não se aplica a Lei de Execução Penal ao condenado pela Justiça Militar, mesmo que recolhido a estabelecimento sujeito à jurisdição ordinária.

2) É correto afirmar:

- a) a difamação se consuma no momento em que a ofensa chega ao conhecimento do ofendido.
- b) a injúria se consuma no momento em que a ofensa chega ao conhecimento de uma terceira pessoa;
- c) a calúnia e a difamação se consumam no momento em que a ofensa chega ao conhecimento de uma terceira pessoa;

d) a calúnia e a difamação se consumam no momento em que a ofensa chegou ao conhecimento do próprio ofendido;

3) Mulher que, durante cerimônia de enterro de seu marido vilipendia o cadáver, cuspiendo-lhe:

a) comete o crime de vilipêndio a cadáver, agravado porque cometido contra cônjuge;

b) não comete crime; em sendo o cadáver coisa, podem a mulher e descendentes dele dispor livremente, a exemplo de doar para estudos ou para transplante de órgãos; cuspir-lhe nos restos ou cinzas é apenas o mau uso do direito de propriedade e, por isso, socialmente reprovável.

c) comete o crime de injúria contra os descendentes do marido, e na falta deles, contra os ascendentes, pois cadáver não mais pode ser sujeito passivo de crime;

d) É crime de ação pública; qualquer pessoa pode noticiá-lo à autoridade.

4) É correto dizer-se que, quando o agente produz dolosamente um incêndio, mas logo depois, para salvar do sinistro um terceiro, vem a sacrificar a vida de outra pessoa,

a) comete o crime de homicídio.

b) age sob a égide do exercício regular de direito.

c) age sob a égide de estado de necessidade de terceiro.

d) é de reconhecer-se a inexigibilidade de outra conduta.

5) Joseph Comellon pratica delito de sedução, em razão do qual, após condenado por esse delito, casa-se com a ofendida. Um ano depois, estupra uma prima de sua mulher. Diante disso, é correto afirmar que:

a) houve reincidência específica.

b) não há reincidência, porquanto houve a extinção da punibilidade em face do casamento com a ofendida;

c) houve reincidência, tão-somente;

d) houve reincidência genérica;

6) Marque a alternativa falsa:

a) para efeitos de reincidência não se toma em consideração qualquer espécie de crime político, militar ou a sentença condenatória anterior que concedeu o perdão judicial.

b) a reincidência é considerada causa interruptiva da prescrição;

c) haverá reincidência se o agente condenado definitivamente por um crime, no Brasil ou no estrangeiro, pratica uma contravenção no Brasil, em um período inferior a cinco anos;

d) não haverá reincidência se o agente condenado definitivamente por uma contravenção penal pratica um crime;

7) Qual dos requisitos abaixo relacionados não é exigível para a concessão do chamado "sursis" simples?

a) não reincidência em crime doloso em que a condenação anterior não tenha sido à pena de multa

b) condenação à pena privativa de liberdade não superior a dois anos

c) reparação do dano

d) não cabimento da substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direito

8) É correto dizer-se que, quando o agente produz dolosamente um incêndio, mas logo depois, para salvar do sinistro um terceiro, vem a sacrificar a vida de outra pessoa,

a) comete o crime de homicídio.

b) age sob a égide de estado de necessidade de terceiro.

c) age sob a égide do exercício regular de direito.

d) é de reconhecer-se a inexigibilidade de outra conduta.

9) Assinale a alternativa não verdadeira:

a) A conduta de um proprietário de um bar que, sem licença da autoridade, serve a freguesia com um revólver na cinta devidamente municiado configura a contravenção de porte ilegal de arma

b) A conduta do motorista que consiste e voluntariamente dirige o veículo em via pública de forma perigosa, de forma a expor a perigo direto e real a vida e a saúde de uma pessoa determinada, configura a contravenção de direção perigosa de veículo na via pública

- c) A conduta da pessoa que em meio a festividades carnavalescas de rua efetua disparos para cima configura a contravenção de disparo de arma de fogo
- d) A conduta do motorista que transporta no porta-luvas de seu veículo, em condições de pronto uso, sem licença da autoridade, um revólver devidamente municiado, configura a contravenção de porte ilegal de arma

10) A coação moral irresistível e a obediência hierárquica são admitidas como:

- a) causas excludentes da ilicitude;
- b) causas dirimentes da punibilidade;
- c) causas dirimentes da imputabilidade;
- d) causas excludentes da culpabilidade.

GABARITO:

01-D 02-C 03-D 04-A 05-B

06-A 07-C 08-A 09-B 10-D

1) Tratando-se de caso de crime de sonegação fiscal, a falsidade ideológica, como meio para execução daquele delito, é considerada:

- a) ação constitutiva de crime continuado, pois encontra-se no contexto de uma única conduta causadora de dois resultados;
- b) crime-fim;
- c) não absorvida, aplicando-se a pena nos termos do regramento estabelecido para o crime continuado;
- d) absorvida em face do princípio da especialidade;

2) Na hipótese de legítima defesa,

- a) a sua modalidade chamada putativa constitui excludente de ilicitude.
- b) é necessária a consciência da injustiça da agressão por parte do agressor.
- c) é exigível que a pessoa que se defende tenha antes procurado evitar a situação de confronto.
- d) é possível seu reconhecimento em favor de quem atua contra excesso de outra legítima defesa, praticado pelo oponente.

3) O tempo de cumprimento das penas privativas de liberdade não pode ser superior a:

- a) 50 anos.
- b) 20 anos.
- c) 30 anos.
- d) 35 anos.

4) A PRESCRIÇÃO:

- a) subsequente é uma forma da prescrição da pretensão executória;
- b) da pretensão executória regula-se pela pena imposta, não se computando o acréscimo da continuação;
- c) da pena em abstrato regula-se pelo máximo da pena privativa de liberdade cominada ao crime, computando-se inclusive o acréscimo da continuação;
- d) interrompe-se com o aditamento de denúncia que altera a capitulação legal do fato.

5) Antônio, agindo com animus necandi e utilizando-se de um revólver, produz em Bernardo determinados ferimentos apontados no exame de corpo de delito. Bernardo vem a falecer, não em razão das lesões produzidas diretamente por Antônio, mas por complicações decorrentes do tratamento hospitalar. Assinale a alternativa correta:

- a) Antônio não responde por homicídio doloso, pois houve a superveniência de uma causa relativamente independente que, por si só, produziu o resultado, sendo responsável somente por tentativa de homicídio.
- b) Antônio responde por homicídio doloso, pois houve a superveniência de uma causa relativamente independente que não produziu por si só o resultado.
- c) Antônio não responde pelo resultado da morte a título de dolo pois houve a superveniência de uma causa absolutamente independente, respondendo o agente dolosamente somente pelos atos anteriores cometidos.
- d) Antônio responde por lesão corporal seguida de morte, pois houve a superveniência de uma causa relativamente independente e a sua vontade era somente de ofender a integridade corporal.

6) Dar às verbas ou rendas públicas aplicação diversa da estabelecida em lei constitui

- a) crime contra a fé pública.
- b) infração administrativa pelo emprego indevido de verbas ou rendas públicas.
- c) crime de emprego irregular de verbas ou rendas públicas.
- d) contravenção penal pelo emprego irregular de verbas ou rendas públicas.

7) No crime de atentado violento ao pudor:

- a) o sujeito ativo só pode ser homem;
- b) o constrangimento pode ser realizado mediante violência ou grave ameaça;
- c) o sujeito passivo só pode ser mulher;
- d) para a sua consumação não é necessário o contato corporal.

8) Examine as hipóteses abaixo: I - É incabível penalmente a compensação e a concorrência de culpas. II - Para a teoria finalista da ação, o dolo é natural, ou seja, corresponde à vontade de realizar os elementos objetivos do tipo, com a respectiva consciência da ilicitude. III - Há casos em que a tentativa é punida com a mesma pena do crime consumado, sem o desconto legal. IV - O arrependimento posterior é circunstância comunicável, no concurso de pessoas. V - As causas interruptivas da prescrição incidem nos crimes falimentares e de imprensa. Assinale a opção correta.

- a) As assertivas I, III e IV estão corretas.
- b) As assertivas III, IV e V estão corretas.
- c) As assertivas II, III e V estão corretas.
- d) Todas as assertivas estão corretas.

9) A calúnia, o furto e a omissão de socorro classificam-se, respectivamente, como crimes:

- a) comissivos, formais e omissivos impróprios.
- b) de mera conduta, materiais e comissivos por omissão.
- c) formais, comissivos e omissivos próprios.
- d) materiais, de mera conduta e comissivos por omissão.

10) Pode ser sujeito passivo do delito de atentado violento ao pudor:

- a) somente o homem.
- b) qualquer pessoa, homem ou mulher, com qualquer idade;
- c) qualquer pessoa maior de catorze e menor de dezoito anos;
- d) somente a mulher;

GABARITO:

01-D 02-D 03-C 04-B 05-B
06-C 07-B 08-B 09-C 10-B

1) Considerando que a condenação produz efeitos secundários de natureza penal e extrapenal, indique, entre as hipóteses abaixo, aquelas que se enquadram no primeiro caso:

- a) aumento do prazo para a concessão da reabilitação, pressuposto da reincidência, perda do cargo ou função pública.
- b) pressuposto da reincidência, obrigação de reparar o dano resultante do crime confisco;
- c) aplicação de pena de multa, revogação do livramento condicional, revogação do sursis;
- d) aumento do prazo da prescrição executória, revogação do livramento condicional, revogação da reabilitação;

2) Como sabemos por recente legislação, as penas restritivas de direito sofreram alterações no seu elenco e nas hipóteses de substituição das penas privativas da liberdade. O condenado por determinado crime, praticado na sua forma culposa, que recebeu a pena de detenção de quatro anos

- a) não mais poderá receber o benefício da substituição, embora pudesse pela legislação alterada.
- b) continua a poder receber o benefício da substituição permitida nessa hipótese.

- c) poderá agora receber o benefício da substituição já que o limite imposto pela nova legislação, na hipótese, passou para quatro anos.
- d) não poderá receber o benefício da substituição já que, pela nova legislação, na hipótese, a pena privativa de liberdade só pode ser de até um ano.

3) Assinale a alternativa CORRETA:

- a) O crime de peculato configura-se quando o funcionário público subtrai, para si, dinheiro ou bem público.
- b) Considera-se funcionário público, para os efeitos penais, quem, embora transitariamente, mas necessariamente remunerado, exerce cargo, emprego ou função pública.
- c) Está tipificado o crime de desobediência quando o agente desobedece a ordem de funcionário público.
- d) Comete crime de corrupção ativa quem promete vantagem indevida a funcionário público, para determiná-lo a retardar ato de ofício.

4) João ingressa no imóvel de Maria, durante o repouso noturno, sem sua autorização, quando é por ela surpreendido. Maria chama a polícia e o conduz à delegacia. Pode-se afirmar que o fato:

- a) configura crime de violação de domicílio;
- b) configura tentativa de furto;
- c) constitui crime de violação de domicílio qualificado;
- d) é penalmente irrelevante;

5) Assinale a alternativa INCORRETA. O livramento condicional pode ser concedido a réu condenado a três anos de reclusão por furto qualificado com emprego de chave falsa e mediante concurso de duas pessoas, desde que (cumpridos os demais requisitos):

- a) cumprido mais de um terço da pena se não for reincidente em crime doloso e tiver bons antecedentes;
- b) cumprido mais de um terço da pena se for reincidente em crime doloso;
- c) comprovado comportamento satisfatório durante a execução da pena, bom desempenho no trabalho que lhe foi atribuído e aptidão para prover à própria subsistência mediante trabalho honesto;
- d) tenha reparado o dano ou reconhecida a impossibilidade de fazê-lo;

6) Tício e Caio, com nítido propósito de matarem Mévio, postam-se de emboscada, ignorando cada um o comportamento do outro. Ambos atiram na vítima, que vem a falecer unicamente em razão dos disparos efetuados por Tício. A hipótese consubstancia-se em:

- a) autoria colateral;
- b) concurso eventual de agentes;
- c) participação material;
- d) co-delinquência;

7) Qual a providência cabível quando, embora presentes os pressupostos de admissibilidade recursal, deixa o juiz de receber o recurso?

- a) Recurso em sentido estrito;
- b) Carta testemunhável;
- c) Recurso especial;
- d) Embargos infringentes.

8) É incorreto afirmar-se que

- a) para a realização do aborto sentimental, é prescindível a existência de autorização judicial.
- b) em caso de aborto necessário feito por médico, nenhum crime pratica a enfermeira que o auxiliou.
- c) o namorado que acompanha a gestante que deseja abortar ou paga o aborto criminoso, a pedido dela, comete o crime de auto-aborto na condição de co-autor.
- d) para a realização do aborto necessário é prescindível o consentimento da gestante ou de seus familiares.

9) O termo "ofendículos", em tema de legítima defesa, significa

- a) aparato para defender o patrimônio ou qualquer bem jurídico de ataque ou ameaça.
- b) sujeitos passivos atingidos pela legítima defesa.
- c) sujeitos ativos atingidos pela legítima defesa.

d) a ofensa inicial ao bem jurídico atingido, a qual motiva a legítima defesa.

10) Para que a medida de segurança seja aplicada, é necessário

a) que a internação persista após a extinção da punibilidade.

b) que seja o réu maior de 21 anos para que possa ser internado ou submetido a tratamento ambulatorial, no prazo mínimo de 1 a 3 anos.

c) que, sendo o agente imputável, torna-se imprescindível a prévia imputação de periculosidade na peça exordial acusatória.

d) que o réu tenha cometido um ilícito penal punível.

GABARITO:

01-D 02-B 03-D 04-C 05-B

06-A 07-B 08-C 09-A 10-D

1) No crime de peculato culposo (CP, art. 312, § 3º), se a reparação do dano preceder à sentença irrecorrível, extinguir-se-á a punibilidade. A hipótese configura

a) graça

b) perdão judicial

c) perempção

d) retratação

2) CACÁ DEPRESSIVO contratou JUVENAL MERCENÁRIO, dizendo-lhe pretender que JUVENAL matasse um inimigo dele, e que pagaria uma boa soma em dinheiro por isso. Aceito o serviço e pago o combinado, JUVENAL MERCENÁRIO, aproveitando-se da escuridão da noite, devidamente escondido, alvejou a pessoa que CACÁ lhe assegurara passaria pelo local apontado. Após o fato, verificou-se que a vítima alcançada fora o próprio CACÁ DEPRESSIVO, que sobreviveu, mas ficou com deformidade permanente. Na realidade, CACÁ, desiludido da vida que levava, contratara a própria morte, já que não tinha coragem para matar-se, detalhe que JUVENAL desconhecia, acreditando tratar-se de um suposto inimigo de CACÁ. Em vista dos fatos, JUVENAL praticou

a) tentativa de homicídio qualificado, e CACÁ não praticou crime.

b) favorecimento ao suicídio, e CACÁ praticou auto-lesão.

c) tentativa de homicídio qualificado, mediante erro provocado por terceiro, e CACÁ praticou tentativa de homicídio.

d) lesão corporal consumada, e CACÁ praticou tentativa de homicídio consentido.

3) Relativamente ao tempo, as lei temporárias são:

a) Retroativas, se beneficiar o agente;

b) Retroativas, independentemente de prejudicar ou beneficiar o agente;

c) Retroativas se, embora prejudicando o agente, beneficiarem a sociedade;

d) Ultrativas.

4) Aplicada a pena na sentença a prescrição intercorrente fica sustada com o recurso da acusação, ao menos provisoriamente, desde que:

a) não se objetive aumento de pena privativa de liberdade;

b) o aumento da pena privativa de liberdade imposta no julgado venha ser pleiteado no recurso sobre qualquer fundamento;

c) o recurso interposto se refira a decisão contra a concessão da suspensão condicional da pena;

d) tenha ocorrido a substituição da pena privada de liberdade por multa;

5) O agente instiga a gestante a fazer auto-aborto mediante curetagem e esta vem a falecer em virtude das manobras abortivas, sem que o agente quisesse o evento morte da gestante. Nessa hipótese, o agente responderá

a) apenas pelo crime de auto-aborto na condição de partícipe.

b) pelo crime de auto-aborto, qualificado pela morte da gestante.

c) pelo crime de auto-aborto na condição de partícipe e homicídio culposo.

d) apenas pelo crime de auto-aborto como co-autor.

6) Henrique furtou a bicicleta de Carlos. Após alguns dias, envergonhado de tal ato, Henrique compra outra bicicleta nova e a restitui a Carlos. Nesta hipótese,

- a) a ação penal só poderá ser proposta com a representação de Carlos.
- b) a pena imposta a Henrique será reduzida de um a dois terços, diante do arrependimento posterior.
- c) Carlos poderá perdoar Henrique e este não será processado por crime de furto.
- d) a pena imposta a Henrique deverá se situar no patamar mínimo, sem qualquer diminuição.

7) No sistema processual penal brasileiro, a queixa significa :

- a) Todas as respostas acima estão incorretas.
- b) A notícia de crime levada pelo ofendido ao conhecimento da autoridade policial.
- c) O ato processual por meio do qual inicia-se a ação penal de iniciativa privada.
- d) A notícia de crime levada por qualquer pessoa do povo ao conhecimento da autoridade policial.

8) O Juiz das Execuções Penais concederá livramento condicional quando o condenado:

- a) houver cumprido um sexto (1/6) da pena que lhe foi imposta;
- b) nos últimos doze meses de cumprimento da pena o condenado estiver classificado no mau comportamento carcerário;
- c) a pena privativa de liberdade imposta ao condenado for de um ano;
- d) nenhuma das respostas.

9) Nos crimes contra a ordem tributária, definidos na Lei 8.137/90, o pagamento do tributo antes do recebimento da denúncia caracteriza:

- a) circunstância legal atenuante.
- b) pressuposto da transação penal.
- c) causa de diminuição de pena.
- d) causa extintiva de punibilidade.

10) Caio resolveu matar o seu inimigo, invadiu a sua casa, encontrando-o dormindo. Fez vários disparos, atingindo a vítima na cabeça, tendo a vizinhança acordado com os disparos, chamado a polícia, que efetuou a prisão do agente, indiciando-o nas penas do Art.121, § 2º, inciso IV. Com a perícia tanatoscópica, contudo, anexada ao inquérito policial dez dias depois, verificou-se que a vítima, ao receber os disparos, já se encontrava morta há mais de duas horas, fulminada que fora por um violento enfarte. Pergunta-se: pode o agente responder por homicídio qualificado?

- a) Não, tendo em vista que é impossível se praticar homicídio contra uma pessoa já falecida.
- b) Sim, apenas na sua forma tentada, porque realizou todos os atos para a consumação do delito, que não se consumou em função de circunstâncias alheias à sua vontade.
- c) Não, porque o caso seria de homicídio simples, dado que não poderia haver surpresa, pois a vítima já estava morta.
- d) Sim, na sua forma consumada, porque o agente realizou todos os atos para a consumação do delito e o fato da vítima já estar morta é irrelevante, pois morreria do mesmo jeito.

GABARITO:

01-B 02-A 03-D 04-B 05-C
06-B 07-C 08-D 09-D 10-A

1) No que concerne ao tempo do crime, nosso Código Penal adotou a teoria

- a) do resultado.
- b) mista.
- c) da ubiqüidade.
- d) da atividade.

2) Açal Tanti, criminoso conhecido na região, embriaga-se completamente com intuito de praticar um furto. O fato criminoso efetivamente ocorreu. Neste caso verifica-se:

- a) a absolvição face a inexigibilidade de conduta diversa, evidenciando-se a embriaguez por caso fortuito.

- b) a não exclusão da imputabilidade;
- c) a atipicidade do delito;
- d) exclusão da imputabilidade, posto tratar-se de embriaguez voluntária;

3) Julgue os itens a seguir. I - Ao prescrever que o erro sobre elemento constitutivo do tipo legal de crime exclui o dolo, mas permite a punição por crime culposo, se previsto em lei, o CP abrange o erro de tipo essencial, mas não o erro de tipo accidental. II - O erro sobre elemento constitutivo do tipo legal de crime exclui o dolo, enquanto o erro sobre a ilicitude do fato exclui a culpabilidade. III - O ordenamento jurídico deve ser, necessariamente, um conjunto de normas harmônicas, não se compreendendo que possa, em seu íntimo, apresentar dissonâncias. O ilícito penal não é constitutivo, mas, simplesmente, complementar; de forma que a conduta considerada lícita em qualquer campo jurídico terá também licitude na esfera penal. Isso pode ser indicado como fundamento da excludente de ilicitude do exercício regular de direito. IV - Uma diferença entre o estado de necessidade e a legítima defesa reside em que, na legítima defesa, há reação contra agressão; no estado de necessidade, existe ação em razão de um perigo e não de uma agressão; acresce-se, ainda, que, na legítima defesa, pressupõe-se uma agressão humana e, no estado de necessidade, não. Assinale a opção correta.

- a) Apenas os itens I e III estão certos.
- b) Apenas os itens I, II e IV estão certos.
- c) Apenas os itens II, III e IV estão certos.
- d) Todos os itens estão certos.

4) Na culpa consciente, o agente tem:

- a) vontade de cometer o crime.
- b) previsão do resultado.
- c) previsibilidade do resultado.
- d) indiferença quanto ao resultado.

5) Por capacidade especial do sujeito ativo entende-se que:

- a) o sujeito ativo deve praticar o crime em face de certos destinatários especiais da norma penal incriminadora.
- b) certos crimes só podem ser praticados por agente que possua determinada posição jurídica ou de fato.
- c) certos crimes só podem ser praticados por pessoa imputável.
- d) certos crimes somente podem ser efetuados por intermédio de interposta pessoa que possua capacidade especial.

6) Quando o agente tem vontade consciente e livre de realizar os elementos do tipo penal, mas não se importa em produzir este ou aquele resultado, o seu dolo é:

- a) direto;
- b) alternativo;
- c) genérico;
- d) sem previsão;

7) A lei posterior, que de qualquer modo favorece o agente:

- a) Aplica-se aos fatos anteriores, ainda que decididos por sentença condenatória, mas ainda tramitando recurso interposto pela defesa.
- b) Aplica-se aos fatos anteriores, mesmo havendo sentença condenatória, desde que não tenha transitado em julgado.
- c) Aplica-se aos fatos anteriores, ainda que decididos por sentença condenatória transitada em julgado, desde que não se trate de crime hediondo.
- d) Aplica-se aos fatos anteriores, ainda que decididos por sentença condenatória transitada em julgado.

8) No caso de concurso material de que forma incidirá a prescrição?

- a) incidirá sobre a pena de cada um, isoladamente.
- b) Em caso de concurso material não é possível extinguir a punibilidade pela prescrição
- c) Incidirá apenas sobre a pena mais leve
- d) Incidirá sobre a soma das penas.

9) O excesso na legítima defesa decorre:

- a) do uso inadequado de meio empregado e da falta de moderação na repulsa;
- b) de uma provocação extremamente injusta;
- c) da conduta em desacordo com o ordenamento jurídico;
- d) do uso inadequado de meio empregado ou da falta de moderação na repulsa;

10) A maioria penal começa

- a) ao meio-dia do dia primeiro de março, se a pessoa completaria dezoito anos no dia vinte e nove de fevereiro e o ano não for bissexto.
- b) à meia-noite do dia do décimo-oitavo aniversário.
- c) à hora correspondente à de seu nascimento, no dia do décimo-oitavo aniversário.
- d) à zero hora do dia em que a pessoa completa dezoito anos de idade.

GABARITO:

01-D 02-B 03-D 04-B 05-B

06-B 07-D 08-A 09-D 10-D

1) Assinale a alternativa correta:

- a) a lei penal posterior que favoreça o agente aplica-se aos fatos anteriores, ainda que decididos por sentença penal condenatória transitada em julgado;
- b) a lei mais favorável não se aplica no caso de haver sentença condenatória transitada em julgado;
- c) o agente pode ser punido pelo fato delituoso, mesmo que lei posterior deixe de considerá-lo como crime;
- d) a lei penal posterior não se aplica aos casos anteriores.

2) Relativamente ao tempo, as lei temporárias são:

- a) retroativas, se beneficiar o agente;
- b) retroativas se, embora prejudicando o agente, beneficiarem a sociedade;
- c) retroativas, independentemente de prejudicar ou beneficiar o agente;
- d) ultrativas.

3) Em relação aos semi-imputáveis, é correto afirmar que tais indivíduos não apresentam:

- a) capacidade de se auto-determinar, por não terem maturidade
- b) capacidade total de discernimento e, por isso, estarão sujeitos a uma pena reduzida ou uma medida de segurança
- c) culpabilidade por não apresentarem potencial conhecimento da ilicitude
- d) capacidade total de discernimento e, por isso, estarão sujeitos a uma pena reduzida e uma medida de segurança

4) Na hipótese de legítima defesa,

- a) a sua modalidade chamada putativa constitui excludente de ilicitude.
- b) é necessária a consciência da injustiça da agressão por parte do agressor.
- c) é exigível que a pessoa que se defende tenha antes procurado evitar a situação de confronto.
- d) é possível seu reconhecimento em favor de quem atua contra excesso de outra legítima defesa, praticado pelo oponente.

5) A prescrição penal

- a) pode não impedir futura reincidência.
- b) não ocorre nos crimes hediondos ou assemelhados.
- c) é apenas da pretensão executória.
- d) é apenas da pretensão punitiva.

6) Nos crimes de ação penal privada a queixa será oferecida:

- a) aos três, independentemente.
- b) ao delegado de polícia;

- c) ao juiz;
- d) ao promotor de justiça;

7) Omitir dizeres sobre a nocividade de produtos em publicidade (Lei no 8.078/90, art. 61) configura:

- a) crime culposo
- b) culpa consciente
- c) impossibilidade de tentativa
- d) consumação antecipada

8) O inimputável por doença mental que pratica um fato penalmente típico

- a) incide em evidente causa extrapenal de extinção da punibilidade.
- b) sempre receberá uma Medida de Segurança independente da sua periculosidade.
- c) sempre receberá uma Medida de Segurança face sua evidente periculosidade.
- d) nem sempre receberá uma Medida de Segurança.

9) Legítima defesa putativa. Assinale a alternativa correta:

- a) erro de tipo permissivo;
- b) legítima defesa sucessiva;
- c) erro de proibição indireto;
- d) legítima defesa recíproca;

10) Servio, advogado, levantou em cartório numerário pertencente ao seu cliente Saulo decorrente de ação indenizatória que ajuizou perante a 8ª Vara Cível da Comarca de Campo Grande. Servio, por entender-se credor de parte da quantia levantada, a título de despesas, custas e honorários advocatícios, ficou com a quantia levantada. Ocorreu na hipótese:

- a) a apropriação de uma verba da qual Sérvio se julgou com o direito de retê-la legitimamente;
- b) o crime de apropriação indébita;
- c) o delito de estelionato;
- d) crime de corrupção ativa.

GABARITO:

01-A 02-D 03-B 04-D 05-C
06-C 07-C 08-D 09-A 10-B

1) Analise os itens abaixo, considerando o Código de Processo Penal, e assinale a alternativa correta:

I - Quando o réu, que se livrou solto, e o defensor por ele constituído não forem encontrados, e assim o certificar o oficial de justiça, a intimação da sentença será feita mediante edital.

II - Quando o réu, sem defensor constituído, não for encontrado, e assim o certificar o escrivão, a intimação da sentença será feita ao defensor nomeado.

III - A intimação da sentença será feita ao defensor constituído pelo réu, se este, inafiançável a infração, expedido o mandado de citação, não tiver sido encontrado, e assim o certificar o oficial de justiça.

- a) Apenas os itens I e II estão corretos.
- b) Apenas o item II está correto.
- c) Apenas o item III está correto.
- d) Apenas o item I está correto.

2) A autoridade policial, para fins de classificação jurídica provisória de fato de se encontrar o agente na posse de substância entorpecente (traficante - art. 12 - ou usuário - art. 16, da Lei n. 6.368/76), deve considerar:

- a) Todas as alternativas estão corretas.
- b) As condições do local do fato.
- c) A quantidade de substância entorpecente e os antecedentes do agente.
- d) A natureza da substância entorpecente.

3) I - As penas cominadas ao aborto provocado por terceiro, sem ou com o consentimento da gestante, são aumentadas em um terço, se, em consequência do aborto ou dos meios empregados para provocá-lo, a gestante sofrer lesão corporal de natureza grave; e são duplicadas, se, por qualquer dessas causas, lhe sobrevier a morte.

II - No crime de roubo, se a subtração for de veículo automotor que venha a ser transportado para outro Estado ou para o exterior, a pena é aumentada de um à dois terços. III - A agravante genérica de violação de dever funcional não se aplica ao crime de peculato, por expressa disposição legal. IV - A sentença estrangeira, quando a aplicação da lei brasileira produz na espécie as mesmas conseqüências, pode ser homologada no Brasil, atendidas as exigências legais, para obrigar o condenado à reparação do dano, a restituições e outros efeitos civis ou sujeitá-lo a medida de segurança. V - Nos casos de condenação por crime hediondo, prática de tortura, terrorismo, tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, não é admitido o livramento condicional porque a pena deve ser integralmente cumprida em regime fechado.

- a) somente a I, III e IV estão corretas
- b) somente a I, II e IV estão corretas
- c) somente a III, IV e V estão corretas
- d) somente a II, III e V estão corretas

4) "A", na véspera de seu aniversário de 18 anos, atira em "B". Este morre um mês depois no Hospital das Clínicas.

- a) "A" praticou contra "B" tentativa de homicídio.
- b) "A" é responsável pelos ferimentos que provocou em "B" mas não pela morte;
- c) "A" é penalmente imputável pois que era maior no momento do resultado de sua ação;
- d) "A" é penalmente inimputável ficando sujeito às normas estabelecidas na legislação especial;

5) Assinale a alternativa certa:

- a) a invasão, com violência a pessoa ou grave ameaça, para o fim de esbulho, possessório, não é penalmente tipificada como usurpação;
- b) pratica o crime de usurpação que desvia ou represa, em proveito próprio ou de outrem, ágas alheias;
- c) a supressão ou alteração de marca em animais não constitui conduta penalmente tipificada e punível;
- d) a alteração de limites, como a supressão ou deslocamento de tapume, para a apropriação no todo ou em parte, de coisa alheia móvel, configura prática do crime de apropriação indébita.

6) Sobre os crimes comissivos por omissão, assinale a opção correta:

- a) por exigirem a ocorrência de um evento naturalístico, não admitem tentativa;
- b) nunca exigem a ocorrência de evento naturalístico para sua caracterização;
- c) o evento naturalístico é previsto exatamente pelo núcleo do tipo incriminador;
- d) para caracterizar o núcleo do tipo, necessária a violação ao dever de agir;

7) Afonso Arcanjo, engenheiro civil, era responsável pela construção de uma ponte sobre o Rio Vermelho. Descurou-se quanto ao controle do material empregado e não fez nenhuma inspeção durante todas as etapas da obra, até porque o mestre-de-obras era seu irmão, com mais de 15 (quinze) anos de experiência. O que é certo é que o mestre-de-obras terminou aceitando lingotes já comprometidos pela ferrugem. No dia da inauguração a ponte ruiu, causando ferimentos leves em 5 (cinco) pessoas, uma delas com apenas 13 (treze) anos de idade. O mestre-de-obras irmão de Afonso Arcanjo, veio a falecer esmagado por uma pilastra. Afonso sofreu grave ferimento e, finalmente, tivera a mão direita amputada.

- a) Cuida-se da ocorrência de crimes dolosos, em concurso formal, porque Afonso Arcanjo, deixando de inspecionar a obra, e os materiais empregados, como era do seu dever, assumiu o risco de produzir aquele resultado.
- b) Cuida-se da ocorrência de crimes culposos, em concurso formal porque Afonso Arcanjo foi negligente, confiando na experiência do mestre-de-obras, deixou de inspecionar a obra e os materiais empregados, como era do seu dever. Contudo, considerando que as conseqüências da infração atingiram Afonso Arcanjo de forma tão grave, o juiz deve deixar de aplicar a pena.
- c) Cuida-se da ocorrência de crimes culposos, em concurso formal porque Afonso Arcanjo foi negligente, confiando na experiência do mestre-de-obras, deixou de inspecionar a obra e os materiais empregados, como era do seu dever. Contudo, considerando que as conseqüências da infração atingiram Afonso Arcanjo de forma tão grave, o juiz pode deixar de aplicar a pena.
- d) Cuida-se da ocorrência de crimes culposos, em concurso formal porque Afonso Arcanjo foi negligente, confiando na experiência do mestre-de-obras, deixou de inspecionar a obra e os materiais empregados, como era do seu dever. A toda evidência, as conseqüências da infração atingiram Afonso Arcanjo de forma muito grave, mesmo assim, o juiz não pode deixar de aplicar a pena porque uma das vítimas contava menos de 14 (quatorze) anos de idade.

8) O crime de prevaricação (CP, art. 319) é:

- a) crime impróprio, pois só o funcionário público pode praticá-lo;
- b) crime próprio e de mão própria;
- c) crime-meio do delito de corrupção passiva;
- d) crime impróprio mas não de mão própria.

9) Segundo a Lei de Execuções Penais, o instituto da remição é relevante para:

- a) a concessão do livramento condicional.
- b) progressão para regime penitenciário menos rigoroso.
- c) permissão de saída temporária.
- d) determinar o cumprimento do regime semi-aberto.

10) O crítico literário que, por despeito, ofende a dignidade pessoal ou o decoro de um escritor:

- a) não comete crime.
- b) comete injúria.
- c) comete injúria real.
- d) comete difamação.

GABARITO:

01-D 02-A 03-A 04-D 05-A
06-D 07-C 08-B 09-A 10-B

1) Quando um agente, em seqüência e no mesmo contexto, violenta um menor e pratica em sua irmã atos libidinosos, comete crime de

- a) violento atentado ao pudor contra ambos.
- b) sedução contra a irmã e atos libidinosos contra o menor.
- c) estupro contra o menor e violento atentado ao pudor contra a irmã.
- d) estupro contra ambos.

2) Para a configuração do crime culposo, além da tipicidade, torna-se necessária a prática de conduta com

- a) inobservância do dever de cuidado que cause um resultado não desejado, mas previsível.
- b) inobservância do dever de cuidado que cause um resultado não desejado e imprevisível.
- c) inobservância do dever de cuidado que cause um resultado cujo risco foi assumido pelo agente.
- d) observância do dever de cuidado que cause um resultado não desejado e imprevisível.

3) São causas de inexigibilidade de conduta diversa:

- a) coação moral irresistível, estado de necessidade justificante e obediência hierárquica;
- b) obediência hierárquica, estado de necessidade exculpante e desenvolvimento mental incompleto ou retardado;
- c) coação moral irresistível, estrito cumprimento do dever legal e obediência hierárquica;
- d) obediência hierárquica, coação moral irresistível e estado de necessidade exculpante.

4) As "lesões corporais graves" estão definidas no parágrafo 1º do art. 129 do Código Penal Brasileiro. O inciso II do referido parágrafo cuida do "perigo de vida" que se configura:

- a) Apenas com a idoneidade da lesão;
- b) Com a idoneidade da lesão e a manifestação real da situação de perigo;
- c) No caso concreto, com a constituição excepcional do ofendido;
- d) Com a natureza do instrumento utilizado para ofender a integridade corporal da vítima.

5) Continuar a exercer função pública depois de saber oficialmente que foi aposentado...:

- a) é crime de exercício funcional prolongado, previsto no Código Penal;
- b) não está incluído entre os crimes praticados por funcionário contra a administração em geral;
- c) é crime de exercício funcional ilegal, previsto no Código Penal;

d) é crime de excesso de exação administrativa;

6) Deixando o condenado solvente de pagar multa que lhe foi imposta na sentença condenatória transitada em julgado e, não tendo sido requerido o seu parcelamento, nem determinado o desconto sobre seus vencimentos, a sanção pecuniária será:

- a) considerada dívida de valor
- b) convertida em pena restritiva de direito
- c) convertida em pena de prisão simples
- d) convertida em pena de detenção na base de um dia de detenção para cada dia-multa

7) Ricardo Fernandes subtraiu folha de cheque pertencente a Roberto Rodrigues e, após falsificar a assinatura do correntista, utilizou o título na compra de determinado bem, obtendo, assim, vantagem ilícita em prejuízo alheio. Se aplicado o princípio da consunção, Ricardo responderá por:

- a) estelionato.
- b) estelionato e furto, em concurso material.
- c) estelionato e furto, em concurso formal.
- d) furto.

8) Maria, de 13 anos, pratica relação sexual com seu namorado José, de 18 anos. É correto afirmar, diante de tal situação, que

- a) José praticou crime de estupro, diante da presunção relativa de violência.
- b) José praticou crime de sedução, diante da tenra idade de Maria.
- c) José não praticou crime algum, independentemente da idade de Maria.
- d) José deverá ser punido por crime de sedução e corrupção de menores.

9) Para a configuração do crime culposo, além da tipicidade, torna-se necessária a prática de conduta com

- a) inobservância do dever de cuidado que cause um resultado não desejado, mas previsível.
- b) inobservância do dever de cuidado que cause um resultado cujo risco foi assumido pelo agente.
- c) inobservância do dever de cuidado que cause um resultado não desejado e imprevisível.
- d) observância de dever de cuidado que cause um resultado não desejado e imprevisível.

10) Com relação ao delito de tortura, previsto na Lei no 9.455/97, assinale a alternativa correta.

- a) A tortura infligida apenas por sadismo ou vingança tipifica o crime de tortura.
- b) O crime de tortura distingue-se do delito de maus-tratos pela natureza do dolo que, em tese, neste é sempre de perigo.
- c) A Lei de Tortura, a exemplo da Lei dos Crimes Hediondos, veda a concessão de indulto e anistia.
- d) Quando praticado contra velho ou enfermo, constitui causa de aumento de pena prevista na Lei de Tortura.

GABARITO:

01-A 02-A 03-D 04-B 05-B

06-A 07-A 08-A 09-A 10-B

1) Para que a medida de segurança seja aplicada, é necessário

- a) que o réu tenha cometido um ilícito penal punível.
- b) que seja o réu maior de 21 anos para que possa ser internado ou submetido a tratamento ambulatorial, no prazo mínimo de 1 a 3 anos.
- c) que, sendo o agente imputável, torna-se imprescindível a prévia imputação de periculosidade na peça exordial acusatória.
- d) que a internação persista após a extinção da punibilidade.

2) Aponte a afirmação incorreta.

- a) A prescrição da pretensão executória não afeta os efeitos secundários da condenação, perdendo o réu a condição de primário.

b) Deve o Promotor de Justiça aditar a queixa quando verifique que nela não foi incluído um dos autores do crime.

c) Admite-se a continuidade entre contravenções e entre crimes consumados e tentados.

d) O erro de tipo afasta sempre o dolo, seja evitável ou não.

3) O condenado por crime hediondo

a) pode pedir o livramento condicional após o cumprimento de 2/3 da pena, se não for reincidente em crime da mesma natureza.

b) pode pleitear o livramento condicional após o cumprimento de um terço da pena, se não for reincidente em crime doloso e tiver bons antecedentes.

c) pode requerer o livramento condicional após o cumprimento de metade da pena, se for reincidente em crime doloso.

d) não tem direito a livramento condicional, devendo cumprir a pena integralmente no regime fechado.

4) Assinale a alternativa incorreta.

a) O "sursis" é incompatível com a condenação por crime hediondo, mesmo tentado.

b) A morte de um dos autores do roubo, em virtude de legítima defesa exercida pela vítima, não configura latrocínio, nem mesmo para os demais agentes do crime patrimonial.

c) O Direito Penal não é um fim em si mesmo, existindo como fator de bem-estar entre os homens. Assim é que porventura considera relevantes circunstâncias não expressamente previstas na norma, que atenuem o desvalor da conduta incriminada. Tal possibilidade materializa-se, por exemplo, no julgamento pelo júri, face à desnecessidade de fundamentação das decisões.

d) O homicídio cometido por vingança pode ser considerado qualificado pelo motivo torpe.

5) Aponte qual das situações abaixo enumeradas está correta. I - O ato obsceno é um exemplo de crime vago; a participação impunível é um exemplo de quase-crime. II - São na íntegra, elementos do fato típico culposo: conduta humana voluntária, previsibilidade objetiva, ausência de previsão, resultado involuntário e nexo de causalidade. III - Os crimes especiais impuros são aqueles que faltando a qualidade do sujeito ativo, apresentam subsidiariamente correspondência com os crimes gerais. IV - Todo delito tem resultado material e não necessariamente resultado jurídico. V - O consentimento do ofendido, desde que válido, sendo atual ou anterior em relação à conduta do agente, sempre exclui a antijuridicidade.

a) As afirmações II, IV e V estão corretas.

b) As afirmações I e III estão corretas.

c) As afirmações I e IV estão corretas.

d) As afirmações I, II e IV estão corretas.

6) O Código Penal brasileiro adota as seguintes espécies de pena:

a) privativas de liberdade e restritivas de direitos;

b) privativas de liberdade, restritivas de direitos e de multa;

c) reclusão, detenção e multa;

d) privativas de liberdade, restritivas de direito, multa e medida de segurança.

7) A imputabilidade, segundo a teoria finalista, é:

a) concurso de crimes;

b) elemento de dolo;

c) elemento de culpabilidade;

d) elemento da antijuridicidade;

8) Marque a alternativa correta numa das situações.

a) No peculato, a qualidade funcional ativa imposta pelo tipo comunica-se aos demais participantes, no caso de concurso de pessoas, mas excetuando-se os particulares.

b) A prescrição, depois da sentença condenatória com trânsito em julgado para a acusação, ou depois de improvido o seu recurso, regula-se pela pena imposta e pode ter por termo inicial data anterior ao recebimento da denúncia ou queixa.

c) No crime contra os costumes, a mãe da vítima, pobre no sentido legal, somente tem qualidade para oferecer representação com a autorização do marido.

d) O conceito de licitude ou ilicitude, de jurídico ou injurídico, não é conceito geral válido para todo o ordenamento jurídico.

9) Estudando a Lei das Contravenções Penais verificamos que a aplicação prática da regra contida na figura do erro na execução ("aberratio ictus"), prevista no artigo 73 do Código Penal:

- a) poderá ocorrer nas infrações contra a pessoa.
- b) nela aparece no rol das discriminantes putativas.
- c) nela ocorre como "erro de direito".
- d) não tem qualquer incidência nessa legislação.

10) Aquele que mata alguém "sob a influência de violenta emoção, provocada por ato injusto da vítima" incidirá, na ausência de outras circunstâncias, no crime de homicídio doloso praticado na sua forma:

- a) simples, servindo a "violenta emoção" nas condições acima como uma agravante genérica.
- b) privilegiada.
- c) qualificada.
- d) simples, servindo a "violenta emoção" nas condições acima como uma atenuante genérica.

GABARITO:

01-A 02-B 03-A 04-A 05-B
06-B 07-C 08-B 09-A 10-D

1) Examine as hipóteses abaixo: I - É incabível penalmente a compensação e a concorrência de culpas. II - Para a teoria finalista da ação, o dolo é natural, ou seja, corresponde à vontade de realizar os elementos objetivos do tipo, com a respectiva consciência da ilicitude. III - Há casos em que a tentativa é punida com a mesma pena do crime consumado, sem o desconto legal. IV - O arrependimento posterior é circunstância comunicável, no concurso de pessoas. V - As causas interruptivas da prescrição incidem nos crimes falimentares e de imprensa. Assinale a opção correta.

- a) As assertivas I, III e IV estão corretas.
- b) As assertivas II, III e V estão corretas.
- c) As assertivas III, IV e V estão corretas.
- d) Todas as assertivas estão corretas.

2) A DETERMINAÇÃO DO NEXO CAUSAL:

- a) é indispensável em todos os crimes;
- b) pode decorrer tanto de um juízo de causação como de evitação;
- c) é desnecessária nos crimes omissivos impróprios;
- d) visa estabelecer a diferença entre causa e condição do resultado.

3) "A" (comerciante) adquire, no exercício de seu comércio, arma, de importação proibida, que sabe haver sido introduzida clandestinamente, no território nacional. "A" comete o crime de

- a) receptação
- b) descaminho
- c) apropriação indébita
- d) contrabando

4) Se "A", Delegado de Polícia, acata ordem de "B", seu superior hierárquico, para não instaurar inquérito contra determinado funcionário, amigo de "A", acusado de falsidade documental:

- a) "A" praticou o crime de prevaricação e "B" é inocente, já que não tinha atribuição para apurar o crime de falsidade;
- b) só "B" praticou o crime de prevaricação, porque "A" obedeceu ordem de seu superior hierárquico;
- c) nenhum dos dois delegados praticou delito, porque a instauração de inquérito não é ato de ofício;
- d) "A" e "B", praticaram o crime de prevaricação.

5) Pessoa que anuncia cura de doença, por meio secreto ou infalível, pratica

- a) curandeirismo.

- b) exercício ilegal da medicina.
- c) charlatanismo.
- d) exploração da credulidade pública.

6) Arnóbio, tesoureiro de órgão público municipal, adredeamente ajustado com Bernardo, um mecânico de motores, seu vizinho, deixa aberto o cofre de sua repartição ao final do expediente. Bernardo, altas horas da noite, através de uma janela do 2º andar, ali ingressa e subtrai do interior do cofre vultosa quantia em dinheiro. É correto afirmar-se que:

- a) Arnóbio cometeu peculato e Bernardo furto qualificado.
- b) Ambos cometeram crime de peculato impróprio.
- c) Ambos cometeram crime de peculato próprio.
- d) Ambos cometeram crime de furto qualificado.

7) A extinção da punibilidade, pela retratação do agente, ocorre:

- a) no crime de falso testemunho, mesmo após a sentença transitada em julgado.
- b) nos crimes de calúnia, difamação e falso testemunho, se proferida antes da sentença transitar em julgado.
- c) no crime de injúria.
- d) nos crimes de injúria real e sedução.

8) Marque a alternativa incorreta. São características da teoria finalista da ação:

- a) os elementos da culpabilidade não são psicológicos, mas normativos, puros juízos de valor;
- b) a ausência de dolo ou culpa torna o fato atípico;
- c) o erro que recai sobre a ilicitude do fato, sobre a regra de proibição, exclui o dolo;
- d) dolo e culpa constituem elementos do tipo;

9) Quem exige ou recebe, como garantia de dívida, abusando da situação de alguém, documento que pode dar causa a procedimento criminal contra a vítima ou contra terceiro, comete o crime de:

- a) extorsão;
- b) estelionato;
- c) extorsão indireta;
- d) apropriação indébita.

10) O regime semi-aberto pode ser concessível:

- a) aos condenados a mais de 8 (oito) anos de reclusão;
- b) aos condenados não reincidentes cuja pena seja igual ou inferior a 4 (quatro) anos;
- c) aos condenados a 12 (doze) anos de reclusão;
- d) aos condenados não reincidentes cuja pena seja superior a 4 (quatro) anos e não exceda a 8 (oito) anos;

GABARITO:

01-C 02-B 03-D 04-D 05-C
06-B 07-B 08-C 09-C 10-D

1) São penalmente inimputáveis:

- a) Nenhuma das respostas acima.
- b) Os menores de 16 anos.
- c) Os doentes mentais e os menores de 18 anos.
- d) Os menores de 18 anos.

2) A falsificação e uso de um documento público, pelo mesmo agente, configura o delito de:

- a) uso de documento falso e falsificação de documento público, em concurso formal;
- b) falsificação de documento público e uso de documento falso, em concurso material;
- c) uso de documento falso;
- d) falsificação de documento público.

3) Far-se-á a citação por edital:

- a) quando inacessível, em virtude de epidemia, o lugar em que estiver o réu, com o prazo de cinco dias.
- b) quando o réu não for encontrado, com o prazo de dez dias.
- c) quando o réu se oculta para não ser citado, com o prazo de cinco dias.
- d) quando incerta a pessoa que tiver de ser citada, com o prazo de noventa dias.

4) Assinale a alternativa falsa:

- a) o estado de necessidade justificante exclui a ilicitude do fato e possui previsão legal tanto na parte geral como na parte especial do Código Penal;
- b) o princípio da defesa (ou real) tem em vista a titularidade ou nacionalidade do bem jurídico lesado ou exposto a perigo de lesão pelo crime cometido;
- c) segundo a teoria dos elementos negativos do tipo, o erro que recai sobre os pressupostos de uma causa de justificação será sempre erro de proibição;
- d) no erro de mandamento, o agente, que se encontra na posição de garantidor, diante de situação de perigo de cujas circunstâncias fáticas tem perfeito conhecimento, omite a ação que lhe é determinada pela norma preceptiva, supondo, por erro inevitável, não estar obrigado a agir para obstar o resultado;

5) Juiz de Direito, que deixa de ordenar, sem justa causa, a imediata liberação de adolescente, ao tomar conhecimento da ilegalidade da apreensão, pratica

- a) mera irregularidade funcional.
- b) crime previsto na Lei de Abuso de Autoridade.
- c) crime previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente.
- d) crime previsto no Código Penal.

6) "Crime putativo" é

- a) aquele no qual o agente imagina, por erro, que está cometendo uma conduta ilícita, prevista no nosso ordenamento jurídico, quando o fato não é considerado crime.
- b) aquele em que o sujeito ativo pressupõe, por negligência, que não há fato ilícito, quando, a vítima consente com a conduta.
- c) todo o crime praticado por menores inimputáveis.
- d) o fato típico em que a conduta do sujeito ativo se confunde com a conduta, também ilícita, do sujeito passivo.

7) Assinale a alternativa CORRETA:

Dois grupos de jovens entram em conflito durante festival, estabelecendo-se confusão generalizada e agressões entre grande número de participantes do evento, sendo impossível a identificação da autoria individualizada das hostilidades. Qual a infração penal?

- a) Lesões corporais.
- b) Contravenções de vias de fato.
- c) Crimes de maus-tratos.
- d) Rixa.

8) Um indivíduo praticou conjunção carnal com uma mulher de dezenove anos, a qual se encontrava sob efeito de substância entorpecente ministrada por ele. Considerando que não houve violência ou grave ameaça contra a vítima para a prática de referido ato sexual, é correto afirmar que esse indivíduo perpetrou o delito denominado

- a) atentado ao pudor mediante fraude.
- b) posse sexual mediante fraude.
- c) atentado violento ao pudor com violência presumida, pois a vítima estava impossibilitada de oferecer resistência.
- d) estupro com violência presumida, pois a vítima estava impossibilitada de oferecer resistência.

9) Antonio, por motivo torpe de vingança, pretende matar Bernardo. No período noturno, permanece nas proximidades da casa de Bernardo e vê um vulto saindo da residência. Efetua um disparo de revólver e mata Carlos, pessoa que até então desconhecia, imaginando que se tratava de Bernardo. Escolha a alternativa correta:

- a) trata-se de hipótese de aberratio criminis, respondendo Antonio por homicídio doloso em relação a Carlos e tentativa de homicídio qualificado pelo motivo torpe em relação a Bernardo.
- b) trata-se de homicídio cometido com erro sobre a pessoa, respondendo Antonio por homicídio qualificado pelo motivo torpe, pois sua pretensão era, por vingança, matar Bernardo.
- c) trata-se de homicídio cometido com aberratio ictus, respondendo Antonio por homicídio simples pois até então desconhecia Carlos.
- d) trata-se de homicídio cometido com aberratio ictus, respondendo Antonio por homicídio qualificado pelo motivo torpe, pois sua pretensão era, por vingança, matar Bernardo.

10) Crime contra a Administração da Justiça. Advogado devidamente constituído retirou os autos em cartório e os reteve por 06 (seis) meses. Intimado para efetuar a devolução em 24 horas, fê-lo decorridos 05 (cinco) dias. Houve comunicação à OAB. Pergunta-se sobre a tipificação do crime ou de mera tentativa:

- a) a retenção dos autos com devolução posterior ao prazo assinado pelo juiz tipifica crime.
- b) a retenção dos autos com posterior devolução, ainda que desatendendo a prazo assinado pelo juiz, consubstancia o arrependimento eficaz.
- c) a retenção dos autos com posterior devolução, desatendendo a prazo assinado pelo juiz, tipifica a tentativa.
- d) a retenção dos autos deságua em comunicações administrativas, passível de multa. Não há falar em crime ou tentativa.

GABARITO:

01-C 02-D 03-C 04-C 05-C
06-A 07-D 08-D 09-B 10-A

1) Estudando o nosso Código Penal verifica-se que no concurso de crimes as penas a serem aplicadas ao agente envolvido na prática de mais de um delito podem ser somadas no concurso

- a) material e no formal.
- b) formal, mas não no material.
- c) material, mas não no formal.
- d) material e no crime continuado, mas não no formal.

2) M resolve matar X. Emboscado M atira sobre um vulto, supondo ser X. Todavia, a pessoa concretamente visada era, na verdade, Y. Erra o tiro e acerta Z que passava ao fundo. Como é que se enquadra a situação?

- a) "Aberratio delicti" e "aberratio ictus";
- b) Erro sucessivo (dolo geral) e "aberratio criminis";
- c) "Error in persona" e erro sucessivo (dolo geral);
- d) "Error in persona" e "aberratio ictus".

3) Por ocasião do cálculo da pena, após ter fixado a pena-base, o juiz deve considerar, obrigatoriamente, pela ordem:

- a) as circunstâncias agravantes e as atenuantes e, por último, as causas de aumento e de diminuição;
- b) as causas de diminuição e de aumento e, por último, as circunstâncias atenuantes e as agravantes;
- c) as circunstâncias atenuantes e as agravantes e, por último, as causas de aumento e de diminuição;
- d) as circunstâncias atenuantes e as agravantes e, por último, as causas de diminuição e de aumento.

4) No estudo da dosimetria da pena observando-se o sistema de fases adotado em nossa legislação penal, quando o julgador estiver verificando a redução de pena por ter ocorrido a forma tentada do crime analisado ele estará percorrendo a sua

- a) segunda fase.
- b) primeira fase.
- c) terceira fase.
- d) fase preliminar da culpabilidade sem ainda começar a percorrer o sistema de fases adotado em nossa legislação penal.

5) "B" está na iminência de praticar suicídio, "A" usa de violência para impedir esse deslocado gesto, ocasião em que lesa a integridade física do possível suicida. Na hipótese sobre a conduta de "A" é correto dizer:

- a) constituirá lesão corporal culposa;

- b) ocorreu uma causa de exclusão de ilicitude;
c) houve coação moral irresistível;
d) constituirá lesão corporal dolosa;
- 6) É correto dizer-se que, quando o agente provoca lesões corporais, uma de natureza grave e outra de natureza gravíssima, contra a mesma vítima, num mesmo contexto de ação, ocorre
- a) crime único.
b) concurso material.
c) crime continuado.
d) concurso formal.
- 7) O comerciante que alterar seu livro mercantil verdadeiro, para obter redução de ICMS, praticará:
- a) crime contra a ordem econômica;
b) crime contra a ordem tributária;
c) crime contra a ordem social;
d) crime contra a fé pública;
- 8) De conformidade com o que dispõe a Lei das Contravenções Penais (Decreto-lei nº 3.688/41), pode-se afirmar: I - a condenação por crime de furto ou roubo pode integrar o tipo da contravenção de posse não justificada de instrumento de emprego usual na prática de furto; II - o agente que exerce atividade de que está impedido por decisão administrativa pratica a contravenção de exercício ilegal de profissão ou atividade; III - não são aplicáveis às contravenções penais as medidas de segurança previstas no Código Penal; IV - nas contravenções penais, a ação penal será sempre pública; V - a única pena privativa de liberdade é a de prisão simples a qual não pode, em caso algum, ser superior a 05 (cinco) anos.
- a) I, III e IV estão corretas
b) I, IV e V estão corretas
c) II, III e V estão corretas
d) I, II e V estão corretas
- 9) "A" foi surpreendido pela polícia quando vendia a um viciado porção de cocaína. Além do mais tinha em depósito, com o evidente intuito de tráfico, mais outra boa porção do entorpecente. Neste caso:
- a) "A" teria praticado um só delito de tráfico de entorpecente, ainda que mediante duas ações, tendo em conta que o artigo 12 da Lei n.º 6.368/76 é conceituado como tipo misto alternativo.
b) "A" teria praticado dois delitos de tráfico de entorpecente, um porque vendeu ao viciado uma porção da droga e outro pelo fato de manter em depósito mais outra quantidade de cocaína, porque o artigo 12 da Lei n.º 6.368/76 é conceituado como tipo misto alternativo;
c) "A" teria praticado um só delito de tráfico de entorpecente, tendo em conta que o tipo penal do artigo 12 da Lei n.º 6.368/76 é acentuado como crime complexo;
d) "A" teria praticado dois delitos de tráfico de entorpecente, um porque vendeu ao viciado uma porção da droga e outro pelo fato de manter em depósito mais outra quantidade de cocaína, com finalidade de mercancia;
- 10) Em razão do processo de informatização da Administração Pública, a lei instituiu novos tipos penais a fim de coibir quaisquer desvios ou manipulação indevida de dados dos administrados. Tendo em vista essas inovações é correto afirmar que:
- a) não há crime quando, devidamente instado por autoridade competente, o funcionário modifica ou altera sistema de informações ou programas de informática da Administração Pública.
b) é partícipe de crime o funcionário autorizado que facilita a exclusão de dados corretos nos sistemas de informatização da Administração Pública com o fim de obter vantagem indevida para outro funcionário.
c) confira-se apenas ilícitos disciplinares se o Delegado de Polícia empresta a sua senha permitindo que pessoas não autorizadas tenham acesso a sistemas de informações ou banco de dados de dados da Secretaria de Segurança Pública
d) não há relevância penal na conduta de um Delegado de Polícia que se utiliza indevidamente do acesso irrestrito a sistemas de informações ou banco de dados da Administração Pública.

GABARITO:

01-A 02-D 03-D 04-C 05-B
06-A 07-B 08-B 09-A 10-A

1) É correto dizer-se que, quando o agente provoca lesões corporais, uma de natureza grave e outra de natureza gravíssima, contra a mesma vítima, num mesmo contexto de ação, ocorre

- a) crime único.
- b) concurso material.
- c) crime continuado.
- d) concurso formal.

2) O "nomen juris" da peça acusatória que inaugura a ação penal de iniciativa privada é denominada:

- a) Notícia de crime.
- b) Libelo acusatório.
- c) Denúncia.
- d) Queixa.

3) Quem pratica o crime contra a saúde pública de omissão de notificação compulsória de doença é:

- a) o médico.
- b) o policial de plantão;
- c) o atendente;
- d) o auxiliar de enfermagem;

4) Com relação ao delito de tortura, previsto na Lei no 9.455/97, assinale a alternativa correta.

- a) A tortura infligida apenas por sadismo ou vingança tipifica o crime de tortura.
- b) A Lei de Tortura, a exemplo da Lei dos Crimes Hediondos, veda a concessão de indulto e anistia.
- c) O crime de tortura distingue-se do delito de maus-tratos pela natureza do dolo que, em tese, neste é sempre de perigo.
- d) Quando praticado contra velho ou enfermo, constitui causa de aumento de pena prevista na Lei de Tortura.

5) Marque a alternativa correta:

- a) pune-se a tentativa com pena correspondente ao crime consumado diminuída de um sexto;
- b) diz-se o crime tentado quando iniciados os atos preparatórios para a execução, não se consuma por circunstâncias alheias à vontade do agente;
- c) os atos preparatórios configuram a tentativa;
- d) a redução de pena na tentativa é obrigatória.

6) O erro de tipo:

- a) isenta de pena;
- b) é erro sobre a ilicitude do fato;
- c) exclui o dolo;
- d) sempre exclui dolo e culpa.

7) Se o funcionário público, ainda que fora de seu ofício, insere, a pedido de amigo, em documento público a que ajudou a redigir, declaração falsa com o fim de beneficiá-lo, alterando a verdade sobre fato relevante e em prejuízo de terceira pessoa, comete crime de:

- a) corrupção passiva.
- b) falsidade ideológica.
- c) prevaricação.
- d) falsificação de documento público.

8) O percentual do acréscimo de pena em razão do crime continuado é fixado tendo-se em vista

- a) o montante do prejuízo.
- b) a capacidade econômica das vítimas.
- c) o número de infrações cometidas.
- d) o iter criminis percorrido.

9) O prefeito e seu motorista particular (não funcionário público), em co-autoria, se apropriaram do caminhão da municipalidade, valendo-se das prerrogativas do primeiro que lhe permitiam a posse do veículo. Sobre o concurso de pessoas aqui estabelecido, é correto afirmar:

- a) as circunstâncias de caráter pessoal sempre se comunicam;
- b) não importam as circunstâncias pessoais, mas a medida da culpabilidade;
- c) as circunstâncias de caráter especial nunca se comunicam;
- d) as circunstâncias pessoais se comunicam quando elementares do crime.

10) Para a consumação do crime de estupro, é exigida(o)

- a) rompimento do hímen.
- b) a introdução completa do pênis na vagina da ofendida, com ejaculação.
- c) somente a introdução parcial do membro viril na vagina da ofendida.
- d) a introdução completa do pênis na vagina da vítima.

GABARITO:

01-A 02-D 03-A 04-C 05-D
06-C 07-B 08-C 09-D 10-C

1) A Lei no 8.666/93 define como crime 'impedir injustamente, a inscrição de qualquer interessado nos respectivos registros cadastrais' (art. 98). Na espécie, injustamente, significa elemento:

- a) natural
- b) subjetivo
- c) objetivo
- d) normativo

2) Sobre o erro de tipo e o erro de proibição, pode-se afirmar que:

- a) erro de tipo é o que recai sobre circunstância que constitui elemento essencial do tipo;
- b) erro de proibição é o antigo erro de fato;
- c) erro de tipo é sinônimo de erro de direito;
- d) erro de tipo não pode ser escusável.

3) É correto afirmar:

- a) no dolo direto o agente visa resultado certo e determinado.
- b) na culpa consciente o agente admite e aceita o risco de produzir o resultado;
- c) no dolo indireto a vontade do agente não se dirige a um ou outro resultado;
- d) no dolo eventual o agente admite, mas não aceita o risco de produzir o resultado;

4) As discriminantes putativas são:

- a) causas de isenção de pena;
- b) hipóteses de inimizabilidade;
- c) causas de exclusão de crime;
- d) hipóteses de periculosidade;

5) Assinale a alternativa correta:

- a) a embriaguez completa exclui a imputabilidade penal
- b) a embriaguez voluntária não exclui a imputabilidade penal
- c) a emoção e a paixão excluem a imputabilidade penal
- d) quando se trata de embriaguez proveniente de caso fortuito e força maior a pena é aumentada de 1/3 a 2/3

6) DURANTE O VÔ SÃO PAULO-MIAMI, DA TRANSBRASIL, NA ALTURA DO MAR DO CARIBE, UM PASSAGEIRO ALCOOLIZADO, DE NACIONALIDADE AMERICANA, MATA COMISSÁRIO DE BORDO, DE NACIONALIDADE BRASILEIRA:

- a) depende, entre outras condições, de o Brasil ter negado a extradição.
- b) se for absolvido nos Estados Unidos, deve ser processado no Brasil;

- c) só pode ser processado no Brasil;
- d) será obrigatoriamente processado nos Estados Unidos e no Brasil;

7) Na dosagem da pena, o juiz analisa as qualificadoras:

- a) quando da fixação da pena-base;
- b) na segunda fase da dosimetria, juntamente com as agravantes;
- c) na terceira fase da dosimetria, juntamente com as causas de aumento de pena;
- d) logo após a fixação da pena-base.

8) Na culpa consciente, o agente tem:

- a) vontade de cometer o crime.
- b) previsibilidade do resultado.
- c) previsão do resultado.
- d) indiferença quanto ao resultado.

9) Averiguando notícia anônima que apontava o 'Bar do Luiz' como local de consumo de drogas, policiais civis lograram êxito em surpreender três frequentadores fumando cigarros de maconha. Apurou-se posteriormente que o Sr. Luiz, mesmo não se dedicando ao comércio nem ao uso de entorpecentes, consentia em ceder gratuitamente suas instalações para que os fregueses fizessem uso de tais substâncias proibidas. De acordo com a Lei n.º 6368/76, o Sr. Luiz incorreu:

- a) em delito algum, sendo sua conduta atípica;
- b) nas mesmas penas do artigo 12, sendo sua conduta equiparada pela referida legislação ao tráfico de drogas;
- c) nas sanções do artigo 12, diminuídas de 1/6 (um sexto) a 1/3 (um terço) por força do disposto no artigo 29, §1º, do Código Penal (participação de menor importância);
- d) nas mesmas penas do artigo 16, sendo sua conduta equiparada pela referida legislação ao uso de drogas;

10) Quanto á titularidade, a ação penal classifica-se em:

- a) condicionada, subsidiária e privada.
- b) pública e privada.
- c) de conhecimento, de execução e cautelar.
- d) de conhecimento, pública e privada.

GABARITO:

01-D 02-A 03-A 04-A 05-B
06-A 07-A 08-C 09-B 10-B